

COLEÇÃO HISTÓRIA DO PARANÁ

textos introdutórios

Urbanização e Industrialização no Paraná

DENNISON DE OLIVEIRA



9 788567 310275

Cidade e indústria são os elementos mais frequentemente associados à civilização contemporânea. Industrializar e urbanizar tornaram-se na cultura ocidental quase que sinônimos de desenvolvimento econômico e social, marcando a passagem da sociedade tradicional para a moderna.

No Paraná o tema da industrialização foi alçado à condição de principal objeto da ação governamental logo após a Segunda Guerra Mundial. Superar a vocação agrícola do nosso Estado e erigir uma economia de base industrial foi um objetivo perseguido por praticamente todos os governos estaduais desde 1945, ainda que sob diferentes perspectivas e com desiguais graus de êxito. Já no que se refere à urbanização, o Paraná pode aspirar à condição de único detentor de uma experiência bem sucedida na área do planejamento urbano, no caso, a própria capital do Estado.

Este livro se propõem a interpretar de que forma nosso Estado se industrializou e urbanizou, forjando-se no processo uma rede de cidades, uma economia altamente diversificada e uma determinada estrutura de poder, as quais podem ser entendidas como os elementos mais marcantes da sociedade paranaense contemporânea.

Sobre o autor

Dennison de Oliveira

Formado em História (UFPR, 1987);

Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1990);

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995).

É autor, entre outros livros, de "Estado e Mercado: telecomunicações no Brasil" (Editora Prephacio, 1991) e "Curitiba e o mito da cidade modelo (Editora da UFPR, 2000) bem como de vários artigos em revistas científicas nacionais.

Atualmente é professor adjunto II do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

DENNISON DE OLIVEIRA

Urbanização e industrialização no Paraná

2ª edição eletrônica

Curitiba

2017

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

Créditos



Apoio

Governador do Paraná
Beto Richa



Secretário de Estado da Cultura
João Luiz Fiani



Diretora-Geral da SEEC
Jader Alves



**Coordenador do Sistema
Estadual de Museus e
Diretor do Museu Paranaense**
Renato Augusto Carneiro Junior



Edição e preparação e-book
Roberto Guiraud – Designer



**Sociedade de Amigos do
Museu Paranaense – SAMP**
Marionilde Dias Brepohl de Magalhães
Presidente

Este livro foi reeditado com recursos do CNPq e Fundação Araucária.

Apresentação da Coleção

O presente exemplar integra uma coleção de 5 livros que foi originalmente publicada em 2001 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada Coleção História do Paraná. O objetivo era propiciar aos educadores o acesso a conhecimentos e interpretações da História Regional, abordando diversos aspectos que conferiram identidade ao Estado.

Com o tempo, constatou-se que outros leitores se interessavam pela coleção: além dos professores, pesquisadores e estudantes, profissionais das mais diversas áreas procuravam obter os livros para saber mais sobre o Paraná; sua formação econômica, a população que ocupou o território, sua cultura, sua contribuição política à nação brasileira.

Esta foi a motivação que levou o Museu Paranaense, sempre dedicado à difusão da História sob uma perspectiva científica, a lançar uma segunda edição do material, que ora é denominada Coleção Paraná- Textos introdutórios.

A coleção é composta pelos seguintes títulos:

Paraná: Ocupação do Território, população e migrações,
por Sergio Odilon Nadalin;

Vida material, vida econômica,
por Carlos Roberto Antunes dos Santos;

Cultura e educação no Paraná,
por Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza;

Paraná: política e governo,
por Marion Brepohl;

Urbanização e Industrialização do Paraná,
por Dennison de Oliveira.

O leitor que apreciar estes conteúdos poderá conhecer não apenas os fatos e as conjunturas que revelam a trajetória social desta região, mas também familiarizar-se com uma rica bibliografia acadêmica que orientou a escrita de seus autores, todos eles, professores da Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, longe de ser uma resposta definitiva, estes estudos ampliam as questões e os debates em torno do tema, procurando despertar a curiosidade intelectual de todos relativamente aos personagens, experiências, instituições e movimentos sociais que configuram a singularidade de nosso estado.

Que a presente coleção, ao sugerir fontes e métodos de estudos, estimulem trabalhos outros que venham a enriquecer a história como instrumento de conhecimento, de educação, de ensino.

Agradecimentos

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a esta publicação, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência - PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Coleção Histórias do Paraná

Marion Brepohl de Magalhães

Presidente da SAMP

Renato Carneiro Jr.

Diretor do Museu Paranaense

Pesquisa

Lorena Beghetto

Revisão bibliográfica

Ligia Leindorf Bartz Kramer

Editoração Eletrônica e Capa

Amiraldo M. de Gusmão Jr.

Lilian Alcantara Soares

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba - PR

O48

Oliveira, Dennison de
Urbanização e industrialização no Paraná [recurso
eletrônico] / Dennison de Oliveira. — Curitiba : SAMP,
2017.

Recurso on-line : PDF.

ISBN 978-85-67310-27-5

1. Economia - Paraná. 2. Cidades e vilas. 3. Paraná -
História. 4. Migração rural-urbana. 5. Indústria - Paraná.
6. Política industrial. 7. Urbanização - Paraná. I. Título.
II. Série.

CDD: 338.098162

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Ilustração da capa:

Imagem invertida de DEBRET, Jean Baptiste - Curitiba, 1827.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	007
LISTA DE TABELAS E QUADROS	008
1 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: QUESTÕES PRELIMINARES	009
2 CIDADE E INDÚSTRIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	021
3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA SOCIEDADE PARANAENSE: INDÚSTRIAS E CIDADES	026
3.1 O CASO DA INDÚSTRIA DE ERVA MATE	026
3.2 A EXTRAÇÃO DA MADEIRA	030
3.3 CAFÉ: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	033
3.4 SOJA: ÊXODO RURAL E INDUSTRIALIZAÇÃO	036
4 A FORMAÇÃO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO	038
4.1 O PAPEL DO ESTADO E DA CLASSE EMPRESARIAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO	038
4.2 OS PROJETOS INDUSTRIALIZANTES DA CODEPAR E DO BADEP.....	045
4.3 REFORMA URBANA E INDÚSTRIA: O CASO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	059
4.4 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E METROPOLIZAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE DO PARANÁ	065
4.4.1 UM PROJETO: A TERMELÉTRICA NO LITORAL	065
4.4.2 UM CASO CONCRETO: O PÓLO AUTOMOTIVO	073
5 CONCLUSÃO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO DO PARANÁ NO III MILÊNIO	095
REFERÊNCIAS	100

BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS	106
TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS	115

LISTA DE SIGLAS

- ACP – Associação Comercial do Paraná
- APEOP – Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas
- BADEP – Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
- CBPO – Companhia Brasileira de Projetos e Obras
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CIC – Cidade Industrial de Curitiba
- COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
- CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
- COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico
- FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
- GM – General Motors
- HSBC – Hong Kong and Shanghai Bank
- IAP – Instituto Ambiental do Paraná
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PV – Partido Verde
- RMC – Região Metropolitana de Curitiba
- SAGMACS – Soc. de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais
- TER/PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
- URBS – Urbanização de Curitiba S/A

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas

1	Distribuição relativa da população, por situação de domicílio, no Paraná, 1940-1980	010
2	Taxa de urbanização dos municípios – região metropolitana de Curitiba, 1950-1980	011
3	Participação relativa dos setores da economia na geração de renda interna estadual, 1970-1980	013
4	Principais produtos de exportação – Brasil, 1821-1910	023
5	Dados referentes à indústria, por Estado, 1913	024
6	Exportação de erva mate pelo Estado do Paraná, 1851-1892	029
7	Número e participação percentual nos estabelecimentos industriais, segundo classes e gêneros da indústria, no Paraná – 1939-1980	031
8	Movimento de mercadorias no Porto de Paranaguá, 1948-1955	034
9	Produção – Área cultivada com soja no Paraná – 1970-1978	036
10	Exportações paranaenses de óleo e farelo de soja – 1969-1976	037
11	Investimentos estaduais em energia elétrica e rodovias – 1961-1966	049
12	Participação relativa do valor da produção das grandes empresas do Paraná no valor agregado de vários grupos – 1975	054
13	Distribuição do valor adicionado da indústria paranaense, segundo micro-regiões – 1975-1979	056
14	Valor acrescido relativo às manufaturas	097
15	Valor das compras e das vendas do gênero mecânica, segundo origem e destino, no Paraná – 1986-1989	098
16	Distribuição da população urbana, segundo estratos de tamanho, no Paraná – 1970-1991	099

Quadros

1.	Prestação de contas de Jaime Lerner/demonstração de recursos arrecadados	068
2.	Prestação de contas de Álvaro Dias/demonstração de recursos arrecadados	068
3.	Prestação de contas de Cássio Taniguchi/demonstração de recursos arrecadados	070
4.	Prestação de contas de Carlos Xavier Simões/demonstração de recursos arrecadados	070

1 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: QUESTÕES PRELIMINARES

A sociedade brasileira do ano 2000 é industrial e urbana. Isso significa que grande parte do valor do conjunto da sua produção é gerado na Indústria e que a maioria da sua população vive nas cidades, e não no campo. Esse quadro é perfeitamente adequado às tendências mundiais, que apontam, de forma consistente, para o declínio do valor médio da produção agrícola e para o crescimento das cidades, em especial das grandes cidades. O crescimento do setor terciário – dedicado à prestação de serviços, inclusive financeiros – também reforça a tendência à urbanização (e, no limite, metropolização), ao mesmo tempo em que diminui a participação relativa do setor agrícola na geração da renda nacional.

O fato de a indústria e a cidade serem as imagens mais representativas das sociedades contemporâneas não quer dizer, necessariamente, que ambos os processos tenham de ocorrer nas mesmas circunstâncias, ou mesmo que um seja, necessariamente, a causa de outro. A diversidade de casos nacionais, com seus respectivos contextos institucionais, diferentes padrões de formação histórica de suas classes sociais, para não mencionar as posições distintas que ocupam no quadro da divisão internacional do trabalho, são fatores a ser levados em conta no debate sobre as origens e as transformações da sociedade urbana e industrial.

Historicamente, a urbanização antecede a industrialização, embora se possa reconhecer que a passagem da economia rural para outra de base industrial intensifique a urbanização. O crescimento de malhas urbanas relativamente próximas forma autênticas redes de cidades, chegando inclusive a se tornar difícil distinguir onde começa e onde terminam os municípios, caracterizando o fenômeno da conurbação urbana. Pode-se falar em metropolização quando estiverem presentes tanto uma expressiva concentração da população urbana em algumas poucas cidades, quanto o papel proeminente destas no desenvolvimento de uma rede de cidades que com elas mantém relações de interdependência.

No caso paranaense, essa transição se completou apenas nos anos 1980, quando finalmente a população urbana ultrapassou a rural (tabela 1).

TABELA 1			
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ, 1940-1980			
ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	Situação do Domicílio	
		• Urbana (%)	Rural (%)
1940	100,0	24,5	75,5
1950	100,0	25,0	75,0
1960	100,0	30,7	69,3
1970	100,0	36,1	63,9
1980	100,0	58,6	41,4

FONTE: IPARDES. **Séries retrospectivas do Paraná** : dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993. p.17

Foi também nos anos 80 que se assistiu a um autêntico processo de metropolização no Paraná. A referência aqui é ao caso de Curitiba. Apesar de a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), ligada ao governo do Estado do Paraná, existir desde 1973, poucos autores defendem que interfaces autenticamente metropolitanas entre Curitiba e seus municípios vizinhos tenham se materializado já naquela época. Nem mesmo no plano institucional se verificou qualquer articulação consistente ao longo do tempo. A participação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) enquanto proporção do total do Estado também pode ser usada como argumento a favor do entendimento de uma metropolização nos anos 80. Na década de 50, a população da futura RMC representava 15% do total do Estado; 12% em 1960; 11% em 1970; 18% em 1980. Em que pese à precariedade dos dados, resultado de diversas adesões de municípios à RMC, pode-se dizer que nos anos 90 essa participação alcançou 26% (LIMA, 2000, p.69).

Outro indicador que permite falar da metropolização de Curitiba é a conurbação. Esse fenômeno é tão mais provável quanto mais alta for a taxa de urbanização dos municípios. À medida que vai declinando a área rural dos municípios, em proveito do crescimento da malha urbana, e

decai a proporção de habitantes na zona rural, a sua fusão se torna mais comum. A esse respeito, é instrutivo examinar a tabela 2, a seguir:

TABELA 2				
TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS				
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, 1950-1980				
(Em %)				
MUNICÍPIO	1950	1960	1970	1980
Almirante Tamandaré	14,45	15,76	28,03	79,21
Araucária	12,49	28,97	31,97	77,96
Balsa Nova	-	-	26,23	23,87
Bocaiúva do Sul	6,86	11,45	13,06	19,28
Campina Grande do Sul	-	3,77	4,04	38,61
Campo Largo	15,29	28,35	46,29	68,20
Colombo	-	15,66	5,67	87,43
Contenda	-	13,84	15,53	46,29
Curitiba	78,21	97,22	95,97	100,00
Mandirituba	-	-	12,36	46,70
Piraquara	12,59	19,38	56,99	86,25
Quatro Barras	-	-	27,17	61,17
Rio Branco do Sul	4,84	9,97	20,16	45,36
São José dos Pinhais	13,43	28,49	62,93	80,42
Média (exclui Curitiba)	11,60	20,20	33,90	72,25
Média Regional	50,26	73,24	79,91	91,99

FONTE: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.). *Metrópole grande Curitiba! teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p.9

Faz sentido então falar de uma convergência tanto da industrialização quanto da urbanização no caso do Paraná. Cabe refletir sobre tais processos à luz dos precedentes históricos disponíveis, em particular dos efeitos que um possa exercer sobre o outro.

Isso exige uma reflexão, numa perspectiva historicamente comparada, sobre as origens da Revolução Industrial e o correspondente processo de urbanização. A referência aqui é ao caso britânico.

A Revolução Industrial proporcionou à economia a oportunidade de incrementar cada vez mais a produtividade de um vasto número de atividades. As práticas tradicionais de produção e comercialização baseadas no artesanato e na manufatura cederam espaço à produção em escala industrial de bens de consumo não-duráveis e, portanto, de baixo custo final ao consumidor: têxteis, calçados e, mais tarde, alimentos, passaram a ser fabricados a um custo tão baixo que se tornaram capazes de criar a sua própria demanda. A Revolução Industrial original ocorreu nas Ilhas Britânicas no final do século XVIII, quando boa parte da economia local já se achava organizada com base em práticas capitalistas, inclusive o setor agrícola.

O incremento precedente da produtividade do setor agrícola naquela região, o qual remonta ao século XVII, fez-se tanto com base na adoção de novas técnicas produtivas, quanto na necessidade de redução dos gastos com mão-de-obra. Os preços alcançados pela lã no século XV induziram um processo constante de erradicação das terras comunais, as quais as comunidades camponesas exploravam em comum, dedicando-se à agricultura de subsistência. Desejosos de utilizar área cada vez maior para as pastagens dos rebanhos, os proprietários de terra começaram a se apropriar dessas áreas (geralmente de forma ilegal), ao mesmo tempo que introduziam formas de pagamento pelos serviços prestados pelos trabalhadores baseadas no salário. O aumento constante da população, somado à redução da área plantada, levou a um rebaixamento geral desses salários rurais, provocando maciça migração para as cidades. O resultado foi a criação de um vasto contingente de mão-de-obra barata que tornar-se-ia eventualmente disponível para alavancar uma futura Revolução Industrial. Os alimentos e matérias-primas passaram a compor a partir daí proporções cada vez maiores da pauta de importações da Grã-Bretanha.

Dessa forma, a sociedade britânica foi a primeira na História a não depender da economia rural para a sua subsistência, bem como a primeira a possuir a maioria de seus habitantes residindo nas cidades, e não mais no campo. Tais tendências foram seguidas, já a partir da segunda metade do século XIX, por boa parte da Europa Ocidental e do Norte dos EUA, bem como em áreas que podem ser consideradas parte da periferia do capitalismo no plano mundial.

O progressivo rompimento dos laços jurídicos, políticos e sociais que ligavam o homem à economia agrícola e à sociedade rural, bem como a substituição da agricultura, do extrativismo e da pecuária pela indústria, como principal setor da atividade econômica, marcam o início da sociedade contemporânea, industrial e urbana.

A generalização do trabalho assalariado, a separação do local de trabalho daquele de domicílio, para não mencionar a expansão do setor terciário, tornaram o estilo de pensar e viver radicalmente diferente daqueles encontrados nas sociedades agrícolas, regidas geralmente pelos ciclos da natureza. As origens, motivações, agentes, implicações e até mesmo o grau em que se pensa possível generalizar as conclusões afetas a esses diversos tópicos são sempre motivo de controvérsia. Sem dúvida, porém, as cidades e, mais ainda, as metrópoles tornaram-se o hábitat da maior parte da população mundial, impondo um estilo de vida que pouco ou nada era regulado pelos padrões típicos das sociedades agrícolas.

Segundo pelo menos uma metodologia disponível de análise e tratamento dos dados, no Paraná o valor da produção industrial finalmente ultrapassou aquele das atividades agrícolas também nos anos 80, coincidindo, pois, com a fase final do processo de urbanização paranaense (tabela 3).

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	25,17	16,62	58,21	100,00
1971	32,22	14,88	51,90	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	100,00
1977	25,56	22,49	51,95	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	100,00
1980(*)	18,53	28,07	53,40	100,00

FONTE: LEÃO, I. Z. C. Indústria no Paraná. In: PAZ, F. (Org.). Paraná: cenários de economia e sociedade. Curitiba Ed. Prephácio, 1993. p.43

(*) Estimativa.

O exame desses dados coloca uma série de questões, em particular no que diz respeito à maneira como nos referimos e delimitamos os diversos setores de atividade econômica: primário, referindo-se às atividades agropecuárias e extrativistas; secundário, à indústria; terciário, a serviços.

As ciências econômicas discutem se e quando pode-se dizer que o processo de industrialização esteja em andamento ou efetivamente concluído. Pode-se falar de industrialização quando se inclui o beneficiamento de produtos primários para exportação? Em que condições? Indústria é entendida como a produção de mercadorias? Como se define uma política industrial na era da Sociedade da Informação, na qual o poder político (tecnologia militar) e o econômico (biotecnologia, robótica, informática, etc.) se basciam no monopólio do conhecimento? A resposta a essas questões – cujo debate está longe de ser concluído – deverá produzir efeitos tanto sobre a elaboração das estatísticas oficiais, quanto nas correspondentes políticas públicas que elas suportam. Nos censos oficiais, em particular, a definição da metodologia de coleta e análise dos dados pode assumir grande importância. No que diz respeito ao exame da literatura acadêmica, a maneira pela qual se concebe e se descreve a industrialização pode variar consideravelmente em função do resultado desses debates.

Dentre a extensa produção dedicada ao tema, cabe agora comentar o estado da arte no interior das ciências humanas e aplicadas. O interesse das primeiras tem recaído, no que respeita à Sociologia e à História, no estudo da transição da sociedade tradicional (entendida aqui como de base rural e economia agrícola) para a moderna (urbana e industrial). A ênfase é dada a temas como o papel do Estado e das classes sociais no processo de transição e até mesmo às discussões sobre as virtudes de uma Teoria da História etapista e seqüencial. Com relação a esse último ponto, foi produzida toda uma vasta bibliografia dedicada a interpretar o papel desempenhado pelas Revoluções Burguesas em diferentes contextos nacionais (MOORE JUNIOR, 1983; DAHRENDORF, 1982; HOBBSAWM, 1981; POLANYI, 1980).

No que diz respeito a essas Humanidades, notam-se algumas tendências que, pelo seu conteúdo, têm se colocado permanentemente em oposição, tanto no que respeita às suas orientações teóricas, quanto no que se refere às suas fontes de inspiração política relativas a esses dois processos. Estamos nos referindo aos estudos orientados pelas perspectivas marxista, weberiana ou pela orientação liberal.

Segundo os estudos inspirados pela ótica marxista, regida pelo conceito de modo de produção, cuja versão original remonta a 1864, a industrialização e a urbanização podem ser entendidas como componentes de uma etapa no processo de superação histórica do feudalismo pelo capitalismo. Nessas abordagens, tanto as transformações políticas quanto as econômicas são entendidas, em boa medida, como parte do projeto social de uma certa classe – a burguesia – que atua de forma consistente na construção de um determinado tipo de sociedade – a capitalista.

A ocorrência quase simultânea das Revoluções Burguesas e da Revolução Industrial é entendida na ótica marxista como parte de um mesmo processo: a superação histórica do feudalismo e sua progressiva substituição pelas formas capitalistas de produção. A Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688) e a Revolução Francesa (1789) assumiram grande importância nesse processo de transição por terem destruído as bases do poder político dos senhores feudais. Ao abolir as normas jurídicas que garantiam tanto o poder político do Estado Absolutista quanto as fontes de renda da aristocracia e do clero, as Revoluções Burguesas teriam logrado impor as condições necessárias ao pleno advento da sociedade capitalista: a liberdade de comerciar e produzir, a garantia do direito de propriedade, o reconhecimento formal de todos como iguais perante a lei, a criação de condições favoráveis ao surgimento e consolidação de um mercado de trabalho assalariado, etc.

Tal corrente surgiu como uma crítica àquelas teorias que enfatizavam o Idealismo como principal fator explicativo da ascensão do modo de vida capitalista. A vertente marxista recusa a noção de que a transformação histórica possa ser entendida como mera prevalência de idéias mais avançadas sobre outras. Sua ênfase é sempre nas condições políticas, institucionais e econômicas, produzidas historicamente, que teriam gerado as condições para se desencadear e sustentar um determinado projeto político da classe burguesa. Sua crítica se dirige às doutrinas identificadas com os propósitos da própria burguesia, notadamente o pensamento liberal, que presume que a prevalência das relações capitalistas de produção se dá de forma "espontânea", ou "natural", ou "inevitável" em toda e qualquer sociedade.

Em tempos mais recentes, o entendimento do processo de formação das classes sociais tem conhecido considerável avanço tanto a partir da História Social do Trabalho (THOMPSON, 1987), quanto da Sociologia

do Trabalho. Em todos esses estudos, a inspiração marxista pode ser observada, ainda que em diferentes graus.

A alienação é um dos conceitos centrais no marxismo. Pode ser descrita como o estado no qual o indivíduo ou grupo se encontram estranhos ou alheios aos resultados ou produtos de seu trabalho, à natureza, aos outros seres humanos e até a si mesmos e às suas possibilidades como agentes da mudança da situação em que vivem.

Segundo MARX (1968), os seres humanos alienam parte importante de si mesmos na forma de Deus, bem como os produtos da sua atividade econômica sob a forma de mercadoria ou dinheiro. Também o seu papel social é alienado sob a forma do Estado e das instituições políticas.

O paradoxo da sociedade capitalista no que se refere à alienação do trabalho, segundo MARX (1968), diz respeito à relação do trabalhador com a forma pela qual ele se relaciona com o processo produtivo e com os resultados de seu trabalho. Por um lado, existe sobrevalorização cultural do trabalho, segundo a qual somente os indivíduos que trabalham são dignos de respeito e crédito. Somente os trabalhadores é que podem ser considerados pessoas respeitáveis. O resultado é que o trabalhador se empenha de forma desproporcional no seu trabalho em relação a outras atividades (lazer, família, ócio, etc.), dedicando o melhor da sua vida à atividade produtiva.

Além da pressão social, devem ser levadas em conta também as motivações de ordem pessoal, que induzem o indivíduo a fazer do trabalho a atividade central da sua vida. Existem textos dedicados à moral e satisfação no trabalho que identificam quatro fontes de satisfação pessoal dos indivíduos no que se refere ao seu trabalho:

- 1) o próprio trabalho;
- 2) o orgulho de pertencer ao grupo de trabalho;
- 3) o fato de pertencer à empresa;
- 4) o salário e o *status* do posto de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que as atividades afetas ao trabalho podem ser fonte de satisfação em si, mas mesmo assim isso não implica que o trabalhador possa se identificar com os resultados de sua atividade produtiva.

Percebe-se que até fatores de satisfação pessoal podem ser raros ou inexistentes, dado o grande número de queixas constatadas em pesquisas sociais que apontam para a frustração com o caráter repetitivo das operações típicas do processo produtivo, a falta de perspectivas no que se refere à ascensão funcional, baixos salários, etc.

Sendo assim, podemos dizer que, no que se refere às atitudes diante do trabalho, vigoram tanto uma moral que privilegia a positividade do trabalho (manifesta no orgulho profissional) quanto a desqualificação do não-trabalho ("quem não trabalha, não come"). Em suma, pode ou não haver identificação do trabalhador com o seu trabalho, mas, na proposta marxista, jamais poderá ocorrer tal fato no que se refere aos frutos do trabalho assalariado.

Dadas a divisão social do trabalho e a apropriação dos seus produtos pelos donos dos meios de produção, esse mesmo trabalho assume um conteúdo alienante. Afinal de contas, o resultado final, o produto socialmente obtido, é apropriado privadamente, desligando-se os vínculos que prendiam o trabalhador à sua produção. Dessa forma, apesar de o trabalhador ter se dedicado de corpo e alma à produção de mercadorias e serviços, estas não pertencem a ele. Ao contrário, segundo Karl Marx (GIANOTTI, 1994), é o trabalhador que pertence às mercadorias e à sua produção. De fato, produzi-las se torna um fim em si mesmo, uma finalidade estranha aos desejos e fins próprios do trabalhador. Nessas circunstâncias é que se pode falar em alienação do trabalho.

Esse processo se estende à forma pela qual o trabalhador percebe – ou não – sua inserção na divisão do trabalho. De fato, numa sociedade complexa e dinâmica como a nossa, na qual a organização da produção de mercadorias e serviços obedece a uma lógica de escala às vezes planetária, pouca é a possibilidade de o trabalhador perceber, no seu conjunto, o sentido e a importância do seu papel no processo produtivo. Na impossibilidade de esse entendimento se realizar, muito provavelmente o indivíduo também mostrar-se-á alienado do papel que pode desempenhar na criação e ampliação das possibilidades históricas de mudança social.

As origens da atual separação do produtor direto dos frutos do seu trabalho têm um nexos evidente com o processo de construção histórica da sociedade de mercado. A partir do fim da Idade Média, assistiu-se à progressiva reinstauração de uma economia monetária, da vida urbana e de uma sociedade de mercado, realidades que praticamente haviam desaparecido da Europa com a queda do Império Romano.

O principal fenômeno do período diz respeito ao surgimento de uma classe de comerciantes que revendiam nas feiras urbanas os produtos manufaturados pelos produtores diretos. Nessa fase, o produtor tem controle

de todo o processo produtivo, da aquisição da matéria-prima à elaboração final da mercadoria. Contudo, à medida que mais e mais produtores iam entrando no processo como fornecedores dos comerciantes, estes percebiam a oportunidade de alterar os termos vigentes nas relações entre ambos – sempre em proveito da nascente classe mercantil que, por viver nas cidades ou burgos, tornar-se-ia conhecida como burguesia.

Um primeiro passo importante no processo de obtenção de domínio da burguesia sobre os produtores diretos foi a introdução do chamado "*putting-out system*", segundo o qual o comerciante fornecia ao artesão a matéria-prima necessária à fabricação das mercadorias. Dessa forma, os comerciantes se preveniam contra fraudes, desvios e adulterações nas mercadorias. Contudo, os produtores continuavam a produzir em suas próprias oficinas ou domicílios, o que impedia os comerciantes de fiscalizar efetivamente se os produtos adquiridos atendiam aos padrões de qualidade desejados.

Por volta dos séculos XV ou XVI, outro passo na alienação do produtor em relação aos produtos de seu trabalho foi dado: a criação da fábrica. Nesses estabelecimentos, os produtores diretos trabalhavam e recebiam remuneração segundo período de tempo ou tarefa cumprida, estando o tempo todo sob vigilância dos donos dos estabelecimentos. Dessa forma, a introdução do espaço fabril e do trabalho assalariado é que vai criar as condições necessárias para a difusão da alienação do trabalhador em relação aos produtos de seu esforço.

O espaço fabril consagrou a divisão social do trabalho no interior das fábricas. O processo produtivo foi parcelizado em uma série de tarefas nas quais os operários podiam se especializar, ganhando-se velocidade e produtividade. O resultado foi a imposição aos trabalhadores de uma série de tarefas repetitivas, de fácil aprendizagem, monótonas e estafantes. Dessa forma, a alienação se tornou completa: o produtor direto, que já não participa dos resultados de seu trabalho, apropriados que são pelos proprietários dos meios de produção, agora se aliena também do próprio processo de trabalho, cuja natureza, ritmo e intensidade lhe são impostos pelo patrão no interior da fábrica, em troca de um salário.

Desde então esse processo de alienação veio se ampliando cada vez mais. A introdução das idéias de Taylor (1856-1915), com sua gerência "científica" e "racional", e depois das de Ford, com a introdução da linha de montagem, só fez por excluir ainda mais o trabalhador do controle sobre os produtos que gerava e sobre a forma como a produção se organizava.

Fica fácil entender, então, porque desde muito tempo uma das principais bandeiras do movimento sindical diz respeito exatamente à participação na gestão das empresas e nos lucros auferidos. Trata-se, pois, de iniciativas que podem abrandar o grau de alienação a que os trabalhadores estão submetidos, sem, contudo, aboli-lo. Pode-se presumir que nas empresas onde essas práticas foram adotadas a alienação será menor, em relação aos estabelecimentos onde elas não acontecem.

Essa alienação do trabalhador com relação ao seu trabalho e/ou seus frutos pode ser relativizada pelo empenho de suas entidades representativas em lutar pela apropriação de uma parte maior do excedente que é embolsado pelos capitalistas. De fato, os sindicatos podem obter dos patrões a participação no processo de gestão e organização do trabalho, bem como a participação nos lucros da empresa. Podemos imaginar que, nesse caso, o grau de alienação será menor.

As teorias identificadas com a ênfase nos aspectos de ordem cultural na interpretação das origens da sociedade capitalista contemporânea conheceram novo impulso a partir de Max Weber (1903). Ali a categoria do *ethos* aparece como principal fator explicativo para a ascensão da burguesia, da democracia e da própria sociedade capitalista ocidental. Recusando qualquer ênfase no determinismo econômico – que se tornou comum a um grande número de pensadores marxistas –, WEBER (1983) defende a tese de que teria sido certa formação cultural a responsável pela imposição a longo prazo do estilo de agir e pensar que torna historicamente possível uma sociedade capitalista. A doutrina protestante, com sua ênfase no trabalho árduo, num estilo de vida frugal e na positividade da acumulação de bens, é que teria desempenhado o papel central na construção do capitalismo. Por contraste, nos países onde tal doutrina era fraca ou inexistente, as relações capitalistas de produção teriam se imposto de forma parcial e tardiamente.

Já os pensadores liberais, como, por exemplo, SCHUMPETER (1911) e seus seguidores (MAYER, 1987), partem do ponto de vista de que os marxistas exageraram largamente o papel desempenhado pela burguesia no processo de construção da sociedade capitalista, bem como sobre a própria extensão que esse teria alcançado. Para eles, os principais eventos de seu tempo, como a corrida imperialista e a Primeira Guerra Mundial teriam sido produto de iniciativas das elites feudais e

burocráticas, ainda firmemente encasteladas no ápice da estrutura de poder dos Estados Capitalistas, mesmo decorrido tanto tempo da eclosão das Revoluções Burguesas. Sob o ponto de vista liberal, tanto a conquista de territórios para finalidades imperialistas quanto a guerra são atividades estranhas ao projeto capitalista, sempre tendente a enfatizar a liberdade da circulação de mercadorias e a não-regulamentação por parte do Estado das atividades produtivas.

Recusando a tese de que tanto a corrida imperialista do final do século XIX quanto a Grande Guerra (1914-1918) seriam produtos das contradições internas insuperáveis do capitalismo, os liberais defendem a idéia de que teriam sido justamente as elites políticas do Antigo Regime as responsáveis por tais políticas. Essas iniciativas teriam sido tomadas para frear o declínio social e econômico de que padeciam tais elites nos quadros de um capitalismo industrial em acelerada expansão.

Tais considerações remetem a uma série de questões relativas à forma como foi gestado o capitalismo industrial, à posição das elites políticas e econômicas no processo e às razões que levaram ao surgimento de diferentes tipos de sociedades urbanas e industriais no mundo contemporâneo. Em particular, no caso paranaense, cumpre examinar e avaliar o papel dos agentes históricos, do contexto institucional e das condições econômicas, culturais, sociais e políticas nos processos de urbanização e industrialização. Tendo já indicado que ambos os fenômenos datam do final do século XX, cabe discutir também as transformações operadas no capitalismo brasileiro e global naquela conjuntura.

2 CIDADE E INDÚSTRIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

No início do século XX, a Revolução Industrial já havia se disseminado largamente. Do núcleo constituído inicialmente apenas pela Grã-Bretanha, a industrialização abarcou toda Europa Ocidental e Estados Unidos. Esse processo foi largamente impulsionado, até onde se pode perceber, pela própria Grã-Bretanha. Já a partir do início do século XIX, aquele país se transformou num grande exportador de máquinas a vapor, carvão e material ferroviário. Mais ainda, a partir dos excedentes acumulados, Londres tornou-se o centro mais importante do nascente capitalismo financeiro. Assim, aquele país estava plenamente capacitado a produzir e financiar a exportação dos bens de produção que tornavam a Revolução Industrial possível para toda uma gama de países na Europa e América.

O êxodo rural, que já era intenso desde o cercamento dos campos, intensificou-se. De fato, já no século XIX, a proporção da população urbana da Inglaterra ultrapassa a rural. As cidades onde se localizavam os novos centros do poder econômico atraíam as multidões de trabalhadores, geralmente sem qualificação e com escassos recursos sociais e econômicos.

As cidades que foram se expandindo nos quadros da Revolução Industrial apresentavam fraca capacidade de gerenciar os problemas derivados de seu crescimento. A escassez de moradia, a falta de água tratada e esgotos, a convivência de indústrias altamente poluentes dentro das cidades, o despejo de detritos de todo tipo nos céus e nos rios, para não mencionar as precárias condições de vida da classe operária, derivadas dos baixos salários, tornaram-se comuns. A predominância de um padrão nefasto de urbanização provocou em todos os observadores da nova sociedade em formação uma série de descrições nas quais ressaltaram tanto o fascínio pelas possibilidades de lucro que se abriam, quanto o horror que as mazelas sociais e ambientais provocavam. De fato, tornaram-se célebres nas descrições legadas sobre aquele período os efeitos da mortalidade infantil, a mendicância, a prostituição, a violência urbana e as epidemias (ENGELS, 1975). Contudo, nos quadros de uma economia que ainda se pretendia liberal, toda e qualquer intervenção pública no espaço urbano era vista com reservas. Temia-se que o Estado – a pretexto de impor padrões

de salubridade ou segurança, fosse nos ambientes de trabalho, fosse na exploração do mercado imobiliário para as classes de baixa renda – terminasse por intervir na forma como a classe capitalista privada gerenciava seus negócios. Foi necessário o impacto da brutal degradação da qualidade de vida nas cidades, inclusive com a ocorrência de epidemias em larga escala, que vitimavam até mesmo a burguesia, para que se criassem as condições históricas para a intervenção dos poderes públicos na vida das cidades. Por volta do início deste século, as experiências acumuladas nesse campo já nos permitiam falar no aparecimento do Urbanismo, em que pesem às limitações impostas pela ideologia liberal.

Um dos componentes centrais da economia liberal então vigente era a prática da livre circulação de mercadorias e serviços, inclusive de bens de produção, como citado. O resultado é que já a partir de 1870, fosse pela aquisição de tecnologia importada, fosse por meio do desenvolvimento de seus próprios métodos de produção, expressiva soma de países europeus, bem como os EUA, já se encontravam em acelerado processo de industrialização. Nessa mesma época, em função do avanço das descobertas científicas e tecnológicas, novas formas de geração de energia e novos padrões produtivos começavam a se generalizar. A introdução dos motores de explosão e elétricos alterou radicalmente a paisagem industrial. Agora, ao lado das máquinas a vapor produzindo principalmente bens de consumo não-duráveis, generalizava-se o uso dos motores elétricos em toda uma gama de processos produtivos. Aliás, os próprios bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, etc.) começaram a ser industrializados em série. Data desse período o aperfeiçoamento dos motores de explosão, que possibilitou a disseminação em escala industrial, já em 1906, tanto de automóveis, quanto de motocicletas e aviões. Em função do deslocamento da principal matriz energética da industrialização do carvão para o petróleo e a eletricidade, tornou-se comum referir-se a esse período como uma Segunda Revolução Industrial. Esta teria, por sua vez, sido sucedida eventualmente por uma Terceira Revolução Industrial, caracterizada pela informática e pela energia nuclear.

Além dos seus efeitos sobre o processo produtivo, cabe destacar as transformações que a partir da Segunda Revolução Industrial se verificaram no setor dos transportes. Generalizou-se o uso do transporte marítimo a vapor, fosse movido a carvão, fosse a óleo combustível. Também as ferrovias cresceram em extensão de seus trilhos e ganharam na qualidade e eficiência de seus serviços. O resultado da expansão da malha de transportes em escala

continental foi a progressiva integração de vastas áreas ao mercado mundial. De fato, com transporte relativamente barato e abundante, ficou viável a comercialização de uma variedade bastante ampla de produtos primários. Por exemplo, tornou-se economicamente cada vez mais atrativo exportar banana da América Central para a Europa; café do Brasil para os EUA; carne da Argentina para a Inglaterra, e assim por diante.

O resultado é que essa integração de uma vasta gama de novas regiões à economia mundial configurou uma determinada divisão internacional do trabalho: por um lado, o núcleo do capitalismo industrial no plano mundial, localizado nos dois lados do Atlântico Norte, de outro, toda uma variedade de países de perfil primário-exportador, capazes de exportar alimentos, combustíveis e matérias-primas para os países do capitalismo central, ao mesmo tempo em que tinham nestes seus fornecedores de produtos industrializados de todo tipo.

O Brasil inicia sua industrialização no último quartel do século XIX, coincidindo o início do processo com a primeira fase da corrida Imperialista e a Segunda Revolução Industrial. Nessa conjuntura, o café passa a compor, aproximadamente, metade da pauta de exportações brasileiras, como se pode observar pela expressão percentual contida na tabela 4, a seguir.

TABELA 4 - PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - BRASIL, 1821-1910

ANO	CAFÉ	BORRACHA	AÇÚCAR	CACAU	ALGODÃO	COUROS E PELES	FUMO	MATE
1821-1830	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	-
1831-1840	43,8	0,3	24,0	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	0,4	26,7	1,0	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860	48,8	2,3	21,2	1,0	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6,0	3,0	1,2
1871-1880	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	8,0	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900	64,5	15,0	6,0	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1900-1910	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

FONTE: PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. A economia da borracha. In: FAUSTO, B. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. v.10, p.153

No Paraná, o início do processo de industrialização coincide com a intensificação das políticas migratórias e com o auge do Ciclo da Erva-mate. A vinda de imigrantes europeus ajudou a criar um mercado local para os bens de consumo não-duráveis, que são característicos da maior parte da primeira fase da industrialização. Ao mesmo tempo, os imigrantes ajudavam a compor o nascente mercado de trabalho urbano e industrial. Já o beneficiamento e empacotamento da erva-mate foi responsável pela maior parcela do valor da produção industrial e das exportações do período, além de gerar significativo número de empregos diretos e indiretos em vários setores produtivos. Mais ainda, as atividades relacionadas aos enfechos de mate ajudaram – talvez de forma decisiva – a criar uma sociedade de mercado, inclusive o mercado de trabalho assalariado no Paraná, expandindo as relações de produção capitalistas. A despeito disso, ainda no início do século, a posição do Estado do Paraná no conjunto da produção industrial jamais poderia rivalizar com aquela ocupada pelo Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e por São Paulo, como demonstram os dados – tabela 5, a seguir.

TABELA 5 - DADOS REFERENTES À INDÚSTRIA, POR ESTADO, 1913

ESTADO	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE OPERÁRIOS	CAPITAL CONTOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Distrito Federal	662	34.850	167.120	218.345
São Paulo	326	24.186	127.702	118.087
Rio Grande do Sul	314	15.426	48.206	99.779
Rio de Janeiro	207	13.632	85.795	56.002
Pernambuco	118	12.042	58.724	55.206
Paraná	297	4.724	20.841	33.085
Minas Gerais	529	9.405	26.820	31.880
Bahia	78	9.964	27.643	25.078
Pará	54	2.539	11.843	18.203
Sergipe	103	3.027	14.173	14.811
Santa Catarina	163	2.102	9.674	14.144
Amazonas	92	1.168	5.484	13.962
Alagoas	45	3.775	10.788	10.066
Maranhão	18	4.545	13.245	6.840
Mato Grosso	15	3.870	13.650	4.450
Paraíba	42	1.461	4.984	4.388
Ceará	18	1.207	3.521	2.951
Piauí	3	355	1.311	1.193
Rio Grande Norte	14	560	1.913	1.886
Espírito Santo	4	90	298	579
Goiás	18	90	180	357
TOTAL	3.120	149.018	653.556	731.292

FONTE: IMPRESSÕES do Brasil no Século XX: sua história, seu comércio, indústrias e recursos. Londres, Rio de Janeiro: Lloyds Greater Britain Publishing Company, 1913. p.332

Esse processo só ganhou impulso, verdadeiramente, a partir de 1960, quando as condições institucionais de intervenção do Estado brasileiro na promoção da industrialização já haviam produzido expressivos resultados, no plano nacional e regional. Suas manifestações mais visíveis, contudo, como a transformação dos métodos de trabalho, a generalização das formas de pagamento assalariado e a incorporação de forma sistemática de inovações tecnológicas, podem ser observadas já no final do século XIX. Assim, por meio da exploração do mate, da madeira e do café é que a industrialização do Paraná começa a se forjar. Além disso, em particular no que se refere ao café, tais ciclos econômicos ajudaram também a ampliar a urbanização, como a colonização do Norte do Paraná bem o demonstra.

3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA SOCIEDADE PARANAENSE: INDÚSTRIAS E CIDADES

3.1 O CASO DA INDÚSTRIA DA ERVA-MATE

Difícilmente poderíamos exagerar a importância da erva-mate para a História do Paraná. Usualmente descrita como mais um dos ciclos econômicos pelos quais passou o Estado, a exploração da erva-mate tornou-se rapidamente um dos temas clássicos de estudos acadêmicos. Acima de tudo, o efeito decisivo da introdução das atividades econômicas relacionadas ao mate foi a generalização das relações capitalistas de produção. Isso pode ser constatado ao se avaliar a contribuição do Ciclo do Mate para a generalização do trabalho assalariado, para a adoção de novas técnicas produtivas, de caráter marcadamente industrial, no impulso que as atividades de suporte à sua produção deram à urbanização e, finalmente, até mesmo na criação de uma burguesia industrial de origem paranaense.

Sendo a erva-mate um produto de exportação, levou à introdução de uma sofisticada divisão do trabalho no interior da economia paranaense. À medida que o produto ia angariando clientes no mercado interno e depois externo, sua colheita, beneficiamento e transporte iam agregando contingentes cada vez maiores de pessoas ao processo produtivo.

Numa primeira etapa de seu processo de produção, o mate requeria mão-de-obra abundante e barata, ainda que pouca ou nenhuma qualificação fosse necessária. No processo da colheita, as folhas da erva, nativa dos campos do Paraná, eram cortadas e amarradas para envio ao local de beneficiamento. No estágio seguinte, as folhas eram torradas e moídas em engenhos movidos a energia hidráulica ou animal. Finalmente, o pó assim obtido era socado dentro de sacos e enviado para comercialização.

Já no início do século XIX, a exploração da erva era corrente no Paraná e, por volta da década de 1820, teve início a exportação do produto para os países do Prata. Em meados do século XIX, a erva já era o nosso principal produto de exportação, posição que manteve sem dificuldades ao longo do período. Nessa conjuntura histórica, importa perceber a progressiva expansão do controle que os comerciantes de erva-mate exerciam sobre o processo produtivo.

Numa fase inicial, os elementos responsáveis pela comercialização recebiam a erva já beneficiada do produtor que, geralmente, era a mesma pessoa que havia colhido, secado e moído a erva. Essa prática sujeitava os comerciantes a aceitar um produto sobre cuja qualidade e, conseqüentemente, custo real eles não poderiam exercer qualquer controle. Gradualmente, e no decorrer de um processo cheio de conflitos entre produtores e comerciantes, estes últimos foram adotando determinadas práticas que convergiam para a obtenção de um nível de qualidade da erva a um custo que entendiam ser compatível.

O resultado final de todo esse processo foi a instauração de uma indústria da erva-mate. Nos engenhos de erva, que funcionavam no Primeiro Planalto e no Litoral do Paraná, por volta da segunda metade do século passado, observamos aquela que talvez tenha sido nossa primeira experiência com o capitalismo industrial. No interior dos engenhos, propriedade dos comerciantes que enriqueceram o suficiente com essa atividade para se permitir os investimentos necessários, vigoravam uma sofisticada divisão do trabalho e a remuneração em dinheiro por tarefa aos operários, traços característicos do capitalismo industrial.

Por ocasião da Emancipação Política da Província do Paraná (1853), encontravam-se em Morretes 47 engenhos de erva-mate e em Curitiba, 29. A construção da Estrada da Graciosa, iniciada em 1853 e concluída em 1873, intensificou ainda mais as atividades dessa indústria, ao colocar em contato mais fácil e rápido os fornecedores da folha da erva com os engenhos que se situavam a meio caminho entre estes e o Porto de Paranaguá (foto 1).

Foto 1

Carroças no Rio-Transporte de erva-mate em Carroções, Circa, 1880



FONTE: MIRANDA, N.; URBAN, T. *Engenheiros e barbaquás*. Curitiba: Posigraf, 1998. p.71

Simultaneamente, a indústria do mate gerou expressivo crescimento das atividades dedicadas ao seu suporte. A manutenção em funcionamento dos engenhos e a embalagem e transporte da erva requeriam considerável soma de empresas voltadas para áreas como metalurgia, madeireira e gráfica. Esse processo conferiu extraordinário impulso também ao conjunto da economia paranaense, pelo menos enquanto as exportações da erva se mantiveram em ascensão, o que ocorreu até a Crise de 1929.

Finalmente, a intensa dedicação das populações rurais à atividade ervateira as tornou dependentes do mercado para obter gêneros alimentícios. Isso desarticulou de vez a já frágil economia de subsistência, o que também contribuiu para a disseminação das relações de mercado.

TABELA 6 - EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE PELO ESTADO DO PARANÁ, 1851-1892

ANO	TONELADA	ANO	TONELADA
1851	7.109	1893	13.772
1852	4.698	1894	12.345
1853	6.990	1895	13.722
1854	5.573	1896	13.261
1855	6.105	1897	9.592
1856	6.906	1898	17.017
1857	6.077	1899	18.992
1858	4.974	1900	18.489
1859	5.657	1901	25.137
1860	6.123	1902	28.210
1861	4.441	1903	34.845
1862	4.811	1904	32.215
1863	5.582	1905	30.398
1864	8.632	1906	36.662
1865	8.218	1907	33.843
1866	6.877	1908	36.642
1867	12.462	1909	38.679
1868	12.813	1910	39.228
1869	13.354	1911	46.066
1870	14.284	1912	44.957
1871	13.714	1913	40.918
1872	16.632	1914	48.546
1873	13.442	1915	57.097
1874	11.706	1916	49.202
1875	11.569	1917	42.188
1876	12.702	1918	39.538
1877	13.290	1919	42.937
1878	12.971	1920	44.843
1879	14.088	1921	46.781
1880	12.699	1922	51.140
1881	12.943	1923	59.501
1882	15.167	1924	58.398
1883	15.310	1925	58.437
1884	14.524	1926	81.347
1885	13.452	1927	73.605
1886	14.324	1928	97.500
1887	18.559	1929	56.500
1888	18.254	1930	56.000
1889	18.330	1931	50.776
1890	20.593	1932	47.357
1891	18.373	1933	37.481
1892	19.352	1934	40.167

FONTE: KRUMHOLTZ, L. R. *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. São Paulo, 1985, p.262. Tese (Doutorado) - USP

A partir dos anos 30, a indústria do mate entra em crise e começa a ser substituída pela madeira e o café como carros-chefes da economia paranaense. Contudo, as exigências afetas ao trabalho nos engenhos criaram um expressivo contingente operário, engrossando ainda mais o processo de urbanização do período, então em franca ascensão devido à imigração. Porém, esse processo se restringe, no que se refere à crva-mate, ao Litoral e ao Primeiro Planalto.

3.2 A EXTRAÇÃO DA MADEIRA

Pela própria conformação de suas matas, o Paraná sempre contou, ao longo da sua História, com expressiva variedade de madeiras. Tanto na Mata Atlântica, com sua incrível variedade de espécimes, como na Mata de Araucárias encontravam-se praticamente todos os tipos de árvores conhecidas no Brasil, inclusive aquelas de alto valor econômico. A construção da Estrada da Graciosa e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá abriu novas possibilidades de exploração da madeira. A serraria tornou-se um estabelecimento comum à paisagem paranaense, resultado tanto do desenvolvimento da malha de transportes, quanto da demanda interna por madeira das cidades paranaenses em franco processo de crescimento. Finalmente, a madeira acabou por se converter em um dos nossos principais produtos de exportação e nosso maior ramo industrial, como se pode perceber pela tabela 7, a seguir.

A extração da madeira e as indústrias correlatas, como papel e papelão, mobiliário, etc., passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria, ao mesmo tempo que disseminavam a industrialização pelo interior do Estado. Mais ainda, à medida que iam sendo colonizadas as terras do Norte e Sudoeste do Paraná e ampliada a rede de transportes rodoviária e ferroviária, mais áreas da Mata Atlântica e de Araucárias iam se tornando disponíveis para exploração (foto 2).

TABELA 7 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO CLASSES E GÊNEROS DA INDÚSTRIA, NO PARANÁ - 1939-1980										
CLASSES E GÊNEROS DA INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS									
	1939		1949		1959		1970		1980	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Indústria Extrativa Mineral	55	1,98	31	3,00	91	0,90	201	1,42	280	1,85
Indústria de Transformação	1.777	98,02	3.429	97,00	6.326	99,10	10.654	98,58	13.856	98,15
Transf. de Minerais não-metá.	187	15,17	582	10,21	973	16,82	1.428	15,16	2.144	13,16
Metallurgia	40	6,52	48	2,18	167	1,39	373	2,60	922	3,44
Indústrias Mecânicas(1)	14	8,52	51	0,76	195	1,47	670	3,04	1.205	6,17
Mecânica	6	4,73	19	0,33	44	0,55	280	0,69	669	2,58
Mat. Eléctric. e de Comunicação	1	0,98	3	0,05	26	0,09	107	0,41	138	0,99
Materiais de Transporte	7	2,62	29	0,38	125	0,86	283	1,95	398	2,61
Ind. de Madeira e Prod. Afins(1)	588	24,64	734	32,10	1.937	21,21	3.130	30,19	3.483	26,83
Madeira	507	17,10	561	27,67	1.459	16,21	2.307	22,74	2.417	21,25
Mobiliário	81	7,54	173	4,42	478	5,00	823	4,45	1.066	7,58
Papel e Papelão	5	0,93	18	0,27	21	0,52	85	0,33	131	0,78
Borracha	-	0,74	-	-	2	-	67	0,03	104	0,62
Couros e Peles	63	0,49	99	3,44	114	2,86	86	1,78	69	0,79
Ind. Químicas e Farmacêuticas(1)	40	1,70	57	2,18	114	1,65	135	1,78	241	1,24
Química	-	1,34	29	-	82	0,84	98	1,28	189	0,90
Produtos Farm. e Veterinários	-	0,08	3	-	6	0,09	6	0,09	12	0,06
Perfumaria, sabões e velas	-	0,28	25	-	26	0,72	31	0,41	40	0,29
Matérias Plásticas	-	0,67	(2)-	-	3	-	36	0,05	95	0,33
Textil	18	1,41	18	0,98	43	0,52	151	0,67	199	1,39
Vestuarío e Calçados	85	3,02	113	4,64	236	3,27	186	3,68	427	1,71
Produtos Alimentares	573	26,77	1.411	31,39	2.083	40,78	3.677	32,46	3.784	33,87
Bebidas	95	0,76	192	5,19	234	5,55	190	3,65	107	1,75
Fumo	-	0,06	-	-	-	-	2	-	8	0,02
Editorial e Gráfica	51	4,10	71	2,78	140	2,05	303	2,18	580	2,79
Diversas	16	2,53	(2)35	0,87	64	1,01	135	1,00	357	1,24
TOTAL	1.832	100,0	3.460	100,0	6.417	100,0	10.855	100,0	14.136	100,0

FONTE: IPARDES. Séries retrospectivas do Paraná: dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993. p.29

(1) Gênero de classificação do censo industrial de 1939, posteriormente desmembrado.

(2) No ano de 1949, os dados referentes a dois estabelecimentos existentes do gênero matérias plásticas encontram-se incluídos no gênero diversas.

A extração da madeira e as indústrias correlatas, como papel e papelão, mobiliário, etc., passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria, ao mesmo tempo que disseminavam a industrialização pelo interior do Estado. Mais ainda, à medida que iam sendo colonizadas as terras do Norte e Sudoeste do Paraná e ampliada a rede de transportes rodoviária e ferroviária, mais áreas da Mata Atlântica e de Araucárias iam se tornando disponíveis para exploração.

Foto 2

Serraria Santo Antonio, Serraria Santo Antonio, propriedade de Moyses Lupion – 1945



FONTE: VAZ, R. Lupion: a verdade. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986. p.400

O resultado foi a virtual destruição dessas matas, das quais hoje só podemos observar umas poucas áreas remanescentes, geralmente em regiões de difícil acesso, como a Serra do Mar, protegida por lei como reserva natural desde 1986. Por volta do fim da década de 70, a exploração da madeira nativa se encontrava virtualmente esgotada. A partir daí, as serrarias passariam a trabalhar com proporções cada vez maiores de madeira, oriunda de fora do Estado ou de reservas florestais mantidas por elas mesmas.

3.3 CAFÉ: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O cultivo do café se iniciou em escala apreciável no Paraná por volta de 1860. Nessa ocasião, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do Estado, que se tornou conhecida como Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Como decorrência desse fato, eram escassos os vínculos dessa região com o restante do Estado. Tanto o escoamento dessa produção quanto o abastecimento da região com os gêneros nos quais ela não era auto-suficiente se faziam pelo Estado de São Paulo. Seria somente a partir de 1924 que essa região começaria a se integrar de forma mais consistente à economia paranaense. Naquele ano, quase trinta mil sacas de café do norte do Paraná seriam escoadas pelo Porto de Paranaguá, em contraste com menos de duzentas sacas exportadas em 1920.

O quadro se altera radicalmente a partir da ocupação do assim chamado Norte Novo, abrangendo desde Cornélio Procopio até a região de Londrina. A colonização dessa região esteve a cargo da Companhia de Terras Norte do Paraná, fundada por empresários britânicos. Tendo comprado meio milhão de alqueires do governo do Estado em 1927, a Companhia se dedicou a partir daí à venda de lotes para pequenos e médios fazendeiros, em sua grande maioria interessados no cultivo do café. O tamanho dos lotes girava em torno de 15 alqueires. No início da década de 1950, quase 400 mil alqueires haviam sido vendidos, totalizando 26 mil lotes rurais.

O efeito dessa iniciativa sobre as estruturas demográficas e econômicas paranaenses foi enorme. Sabemos que a população do Paraná quase dobrou de tamanho entre 1940 e 1950, passando de 1.236.276 de habitantes para 2.115.547. Entre 1950 e 1960, dobrou de novo, atingindo 4.258.239. O ritmo de crescimento será mantido até o ano de 1970, quando se atingiu 6.929.868 habitantes. Boa parte desses índices deriva precisamente da ocupação, baseada na pequena e média propriedade, da região Norte do Estado. Somente na área da Companhia de Terras Norte do Paraná calcula-se que teriam se fixado 100 mil famílias já no início dos anos 50. O processo se completa em 1960, com a ocupação da região conhecida como Norte Novíssimo no Noroeste do Estado, também realizada sob os estímulos da cafeicultura.

Em função dessa colonização, a área plantada de café passa de 117 mil hectares em 1949 para 350 mil em 1952, marcando o auge do ciclo cafeeiro no Estado. No conjunto, a área plantada em todo o Estado passou de 1.350.000 hectares para 3.471.000, revelando os efeitos que a cafeicultura exerceu sobre o conjunto das atividades agrícolas.

Como não poderia deixar de ser, o café acabaria por desbancar os outros itens da nossa pauta de exportações, inclusive em tonelagem, como se pode observar pelos dados da tabela 8, a seguir.

TABELA 8 - MOVIMENTO DE MERCADORIAS NO PORTO DE PARANAGUÁ, 1948-55

ANO	EXPORTAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE A TONELAGEM)				
	CAFÉ	MADEIRA	MATE	MERCADORIAS DIVERSAS	TOTAL
1948	36	38	9	17	100
1949	46	39	9	6	100
1950	48	23	9	20	100
1951	61	19	6	14	100
1952	72	11	7	10	100
1953	74	7	5	14	100
1954	56	11	7	26	100
1955	50	34	8	8	100

FONTE: SILVA, C. C. da. *As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1746-1764*. Curitiba, 1984. p.84. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR

As atividades de suporte à cafeicultura, em particular no que diz respeito à comercialização, beneficiamento e transporte do produto, para não mencionar a prestação de toda uma gama de serviços de manutenção e intermediação financeira, levaram ao surgimento de várias cidades importantes no Norte do Paraná. Algumas delas foram resultado de iniciativa direta da Companhia de Terras Norte do Paraná, como Londrina e Maringá. A subdivisão dos municípios paranaenses daquela região reflete, em boa medida, a proliferação de pequenas e médias cidades, que se tomou típica do Ciclo do Café naquela região.

A concentração fundiária imediatamente posterior (1970-80) liquidou o projeto de democratização do acesso à terra, bem como fortaleceu o crescimento dos núcleos urbanos. Essa tendência pode ser captada por meio do número de núcleos que foram alçados à condição de municípios entre 1950 e 1990. Na década de 1950, surgiram 84 dos 325 municípios paranaenses existentes até aquela data (25%); na década de 1960, mais 130 (40%) e na década de 1970 apenas mais dois (0,6%), sendo os municípios restantes anteriores ou posteriores a essas balizas.

Tem-se então que 65% dos municípios do Paraná existentes até o início da década de 1990 surgiram entre os anos 1950 e 1960. E, nessas décadas, alguns anos em particular chamam a atenção pela profusão aludida: 1952, 41 novos municípios; 1955, 32; 1964, 30; e o recordista é 1961, somente ele com 81 novos municípios.

O surgimento de novas municipalidades guarda relação, é certo, com interesses políticos em geral e eleitorais em particular, mas traduz inegavelmente um padrão de adensamento urbano. Em 1940, o Sudoeste do Estado era formado apenas pelos municípios de Guarapuava, Foz do Iguaçu e Clevelândia, ao passo que o Norte Novo tinha apenas Londrina e Sertãozinho. Veja-se, por exemplo, Guarapuava: em 1946 deu origem a Laranjeiras do Sul (29.126 habitantes - 1950), em 1944 a Pitanga (54.738 habitantes - 1950), em 1961 a Inácio Martins (7.647 habitantes - 1970) e em 1965 a Pinhão (20.356 habitantes - 1970). Londrina deu origem, em 1944, a Apucarana (88.977 habitantes - 1950) e Rolândia (34.074 habitantes - 1950) e, em 1947, a Cambé (19.166 habitantes - 1950).

Pelos exemplos, fica claro que o Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de novos centros urbanos. No caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café. No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia.

O café legou também um expressivo parque industrial dedicado à torrefação e à moagem do produto. Posteriormente (1960-70), até mesmo empresas de café solúvel seriam instaladas na região Norte, numa etapa já avançada dos processos de criação de novos produtos derivados do café.

O ciclo cafeeiro começa a dar claros sinais de esgotamento no início da década de 1960. A expansão da área plantada, no Brasil e nos demais países concorrentes nesse mercado, gerou excesso de oferta do produto, levando a sucessivas tendências de baixa no preço do café. Cabe também mencionar a política do governo Juscelino Kubistchek (1955-61) de confisco cambial dos lucros dos cafeicultores envolvidos com exportação. Tudo isso acabou por levar o setor ao declínio. Com as intensas geadas que se abatem sobre os cafezais no fim da década de 60 e primeira metade da década de 70, sua erradicação em vastas áreas se torna inevitável, uma vez que o replantio se tornou inviável economicamente. Assim, o café, que em 1969 representava mais de um terço de nossas exportações, chega em 1974 mal alcançando 7%.

3.4 SOJA: ÊXODO RURAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Com o declínio da lucratividade da cafeicultura, a alternativa que pareceu mais atraente a uma maioria de grandes proprietários rurais foi a adoção da cultura da soja. Logo no primeiro governo da ditadura militar (1964-1985), o poder público federal começou a perseguir uma política de incremento das exportações. Dentre as iniciativas contempladas com financiamento público a preços acessíveis figura o plantio do soja. O crescimento da produção do soja no Paraná nos anos 1970 é dos mais expressivos na história econômica do país. Entre 1970 e 1976, a produção do soja no Estado passa de 24% a 40% do total da produção nacional. A área cultivada do produto também conheceu enorme crescimento, desbancando as culturas tradicionalmente adotadas. Em 1974, ela já ocupa a terça parte da área plantada do Estado. A tabela 9, a seguir, ilustra a proporção do crescimento do cultivo do soja.

TABELA 9
PRODUÇÃO - ÁREA CULTIVADA COM SOJA NO PARANÁ - 1970-78

ANO	PRODUÇÃO (1 000 t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	ÁREA CULTIVADA (1 000 ha)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
1970	368	100	304	100	1.211
1971	567	154	358	118	1.584
1972	966	262	453	149	2.133
1973	1.560	424	818	269	1.907
1974	2.240	609	1.100	362	2.086
1975	3.420	929	1.600	526	2.138
1976	4.500	1.223	2.083	685	2.160
1977	4.700	1.277	2.200	723	2.166
1978(*)	5.375	1.460	2.500	822	2.150

FORTE: BORGES, G. M. B. Soja: problema de escoamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.61, p.13, dez. 1977

(*) Estimativa DERAL/CEPA-PR.

Os efeitos da cultura do soja sobre a urbanização e a industrialização paranenses foram enormes. A intensiva mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grandes dificuldades para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: o soja. Ocorre

que, tanto pela escala da produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados. Não é por acaso que a população urbana paranaense finalmente ultrapassa a rural ao fim dos anos 70. Também foi durante essa década que a população total do Estado permaneceu praticamente a mesma, graças às migrações para as novas fronteiras agrícolas. Com efeito, não se registrou crescimento significativo depois de décadas seguidas de expansão.

Um segundo conjunto de efeitos relacionados à cultura da soja diz respeito à industrialização. Dispondo de tamanha produção de soja, o Estado reuniu vantagens comparativas muito favoráveis à instalação de um parque dedicado ao beneficiamento do produto, ao invés de se dedicar apenas à exportação do produto *in natura*. Repete-se, aqui, a história já conhecida com o café. O resultado foi a explosão dos indicadores de produção de derivados da soja, como o farelo e o óleo, como se nota pelos dados da tabela 10, a seguir.

TABELA 10
EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE ÓLEO E FARELO DE SOJA - 1969-76

(Em t.)		
ANO	ÓLEO DE SOJA	FARELO DE SOJA
1969	-	24.037
1970	-	157.833
1971	-	252.569
1972	-	374.105
1973	34.150	544.444
1974	4.872	135.132
1975	81.234	1.412.103
1976	175.862	1.921.921

FONTE: BORGES, G. M. B. Soja: problemas de escoamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.61, p.33, dez. 1977

4 A FORMAÇÃO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO

4.1 O PAPEL DO ESTADO E DA CLASSE EMPRESARIAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a difusão da industrialização e da urbanização e a correspondente proeminência adquirida pela burguesia, seu papel nas sociedades capitalistas contemporâneas cresceu. Em várias esferas de atividades públicas, os donos dos meios de produção e/ou seus gerentes executivos passaram a gozar de considerável ascendência política, social, econômica e cultural. Cabe aqui notar que, se como norma geral, em determinado momento do desenvolvimento da sociedade contemporânea os empresários acabam por obter tal ascendência, as condições para que isso ocorra ainda são objeto de debate. Apresentam-se aqui alguns elementos centrais nessa discussão.

Nas sociedades capitalistas e democráticas contemporâneas, verifica-se historicamente um enorme esvaziamento do debate ideológico. Aparentemente, nenhum grupo social importante cogita seriamente erradicar o modo de produção capitalista, ou alterar as regras de seu funcionamento. A associação recorrente entre democracia e economia de mercado e a avaliação negativa da experiência das sociedades ditas do socialismo "real" nos países do Leste Europeu (1917-1991) contribuíram e contribuem decisivamente para esse esvaziamento. Assistimos a partir daí à instauração daquilo que vários observadores vêm denominando de "crise das utopias".

Nesse cenário, as práticas políticas, de fato, tendem a se restringir ao atendimento de demandas concretas: melhores salários para os trabalhadores, mais verbas para a educação, saúde, habitação, etc. É como se o eleitor tivesse sido reduzido à categoria de consumidor de bens e serviços, renunciando a reestruturar minimamente a sociedade em que vive, ou mesmo a discutir tal possibilidade. Trata-se de um fenômeno que pode ser descrito adequadamente como "despolítica da política".

Uma vez restrito o debate político ao atendimento de demandas econômicas particulares de vários grupos sociais, o crescimento econômico passa a ser uma prioridade da mais alta importância para todo e qualquer político que seja alçado ao poder. Afinal, somente o crescimento econômico permanente pode gerar os excedentes necessários

ao atendimento das demandas materiais dos eleitores. Assim, não é exagero afirmar que todo candidato a cargo eletivo, independentemente de suas inclinações ideológicas, está interessado no crescimento econômico e na prosperidade material da sociedade.

Existe uma outra razão importante para que o debate político esteja tão voltado para o tema do crescimento econômico. Numa sociedade capitalista, a maior parte – senão todos – dos bens e serviços é provida pela iniciativa privada. Se levamos em conta o enorme leque de responsabilidades que está a cargo da iniciativa privada, teremos razões para afirmar que do seu bom desempenho depende o destino de toda sociedade. E isso pelo menos por dois motivos.

O primeiro é que bens como alimentação, vestuário, calçados, meios de transporte, etc., enfim, tudo ou quase tudo de que dependemos para levar uma existência civilizada, é produzido no âmbito da iniciativa privada. Em face do furor privatizante da atual conjuntura histórica brasileira, temos razão para crer que, muito em breve, até mesmo a totalidade dos serviços públicos, como a geração de energia elétrica e correios, terá passado para a esfera da iniciativa privada. Nessas circunstâncias, o bem-estar geral da população passa a depender precisamente do bom desempenho dos empresários privados.

Uma conjuntura marcada pela baixa produção de mercadorias e pela escassa oferta de serviços acaba afetando toda a coletividade, implicando efeitos terríveis sobre o nível de emprego e sobre a inflação. Se a produção baixa, serão necessários menos empregados e funcionários, o que leva ao aumento do desemprego. Mais ainda, com a queda da produção, verifica-se a escassez de bens e serviços, levando ao surgimento daquilo que os economistas denominam de uma "inflação de demanda".

Ocorre que, numa sociedade regida pela economia de mercado, as decisões afetas ao nível de investimento necessário para se garantir o crescimento continuado da economia estão, em grande parte, senão totalmente, nas mãos da iniciativa privada. São os empresários particulares que decidem como, quando, onde e quanto investir. À medida que são livres para administrar os recursos disponíveis para investimento, cabe a eles grande dose de responsabilidade pelo desempenho da economia como um todo.

Se os empresários, motivados pelo desejo de maximizar seus lucros e minimizar riscos e incertezas, decidirem reduzir o nível de seus investimentos na manutenção e expansão do processo produtivo, o resultado será uma grave redução do ritmo da atividade econômica, resultando, como se disse, em inflação e desemprego. Se, por outro lado, os empresários se sentirem encorajados a investir cada vez mais capital no desenvolvimento e ampliação da capacidade produtiva, então o nível de crescimento econômico será mantido, levando à abundância de mercadorias e serviços e ao aumento das oportunidades de emprego.

O que se deduz dessas constatações preliminares é que, numa sociedade cujo debate político é dominado pelo tema do crescimento econômico, todo grupo político que seja conduzido ao poder terá interesse em criar e manter condições que incentivem a continuidade do investimento privado. Assim, passa a ser do interesse do governo que a iniciativa privada tenha êxito e prosperidade. Somente assim serão logrados abundância de bens e mercadorias e pleno emprego, de que tanto depende o sucesso de todos os governos nas sucessivas disputas eleitorais que caracterizam as democracias.

O segundo motivo pelo qual a prosperidade econômica de toda a sociedade é dependente do êxito dos empresários privados diz respeito à relação entre crescimento econômico e nível de arrecadação de impostos. O governo depende, no que diz respeito à arrecadação de recursos para atender a suas responsabilidades, de um número limitado de fontes de renda. Por um lado, o governo pode fabricar dinheiro, já que dispõe do monopólio da emissão de moeda; por outro, ele pode recorrer aos empréstimos, internos e/ou externos para obter divisas. Finalmente, ele pode arrecadar dinheiro por meio de impostos. É claro que a emissão de moeda e a contratação de empréstimos implicam problemas graves que podem comprometer todo o desempenho da economia, seja pela inflação, seja pelo peso do endividamento sobre as contas públicas. Daí se entende o interesse do governo em maximizar a arrecadação de impostos.

Ora, o volume de impostos que podem ser arrecadados depende diretamente do desempenho da atividade econômica. Se os negócios vão bem, as vendas estão em alta e há demanda para todos os tipos de serviços, então o volume de recursos obtidos pela arrecadação de impostos cobrados sobre essas atividades será alto. Tendo abundância de recursos assim obtidos, o governo poderá executar as obras de infra-

estrutura necessárias ao bom desempenho do setor produtivo e oferecer ampla gama de serviços afetos ao bem-estar da população, particularmente no que diz respeito à saúde, educação, habitação, etc., ampliando assim as bases da sua legitimidade.

De outra maneira, numa conjuntura em que os empresários se recusam a investir, fazendo declinar o nível de atividade econômica, o montante de dinheiro arrecadado será bem menor. Nessas circunstâncias, o governo ver-se-á em dificuldades tanto para atender às demandas sociais, quanto para fomentar a continuidade das atividades produtivas. Numa situação marcada pela escassez de bens e serviços (tanto públicos quanto privados) e desemprego em alta, a legitimidade do governo é rápida e irreversivelmente erodida. Nessa conjuntura, verificam-se distúrbios e convulsões da ordem social, que podem levar, senão à destruição do regime, certamente à derrota dos candidatos do governo em eleições futuras.

É precisamente por essa circunstância que jamais se assistiu à instauração de regimes socialistas por meio do voto. O período de transição ao socialismo, no qual o Estado vai gradualmente encampando ou socializando as atividades produtivas, inevitavelmente instaura uma crise econômica, derivada precisamente da relutância do empresariado privado em investir numa conjuntura em que sequer tem garantias de que continuará a ser dono daquele empreendimento no qual está investindo seu capital. Se não há investimento, verifica-se logo o declínio econômico, ou mesmo instaura-se o caos no setor produtivo. O resultado é uma crise econômica que retira o apoio eleitoral ao governo socialista, o que pode levá-lo a recuar nos seus propósitos. A partir daí dois cenários são historicamente possíveis: ou o governo leva até o fim a instauração do socialismo pela imposição de um regime ditatorial (caso da URSS na década de 1930), livrando-se do desgaste político derivado do caos econômico, ou uma contra-revolução de extrema-direita interrompe o processo de socialização dos meios de produção que estaria sendo legitimamente referendado pelas urnas (tal como aconteceu no Chile de Allende, em 1973).

Em face dessas motivações, torna-se do interesse de qualquer governo, independentemente de suas orientações ideológicas, que a iniciativa privada prospere e tenha êxito em seus negócios. A necessidade de se manter o crescimento econômico e a arrecadação de impostos faz

com que também os partidos de esquerda, quando eventualmente chegam ao poder, tenham tanto interesse na prosperidade das empresas privadas quanto os governos considerados de "direita", "reacionários" ou "conservadores". Foi precisamente isso o que aconteceu com a vitória eleitoral de vários partidos de inspiração social-democrata na Europa. Verifica-se, então, sob o capitalismo, uma situação que é descrita adequadamente por vários autores como a Dependência Estrutural do Estado face ao Capital (OFFE, 1985; PRZEWORSKI, 1989; LIMDBLON, 1981).

Estreitamente ligada a essa situação de dependência está a percepção geral de que os empresários são portadores dos interesses universais da sociedade. Esse ponto é de crucial importância e exige uma explicação adicional. Numa sociedade dividida em classes, como a capitalista, verifica-se a existência de um sem-número de grupos de interesse, todos reivindicando junto ao Estado o atendimento de suas demandas. Todos eles aparecem, então, como portadores de demandas específicas do seu grupo social, em disputa com os outros, na tentativa de influenciar os detentores do poder no que diz respeito à elaboração e execução de políticas públicas.

Ora, à medida que o crescimento econômico depende umbilicalmente do investimento privado e, mais ainda, à medida que do êxito dos empresários dependem o nível de emprego e a oferta de bens e serviços, então o atendimento às demandas desse setor passa a ser considerado como do interesse de todos. Trata-se de uma situação que deriva justamente da forma pela qual a sociedade de mercado está organizada. Note-se que, por exemplo, não há ameaça de recessão econômica se os trabalhadores reivindicam melhores salários e não são atendidos. Igualmente, não há tal perigo quando os profissionais de classe média deixam de ver contempladas suas demandas por melhores condições de vida e trabalho. Já os empresários, por seu turno, se recusarem a continuar investindo na manutenção e ampliação de suas atividades, o resultado será uma recessão econômica que afetará todos os setores sociais. Dessa forma, já que todos os grupos sociais têm interesse em que os empresários continuem investindo, passa a ser do interesse geral a criação de um ambiente que estimule e sustente esse investimento privado. Assim, as reivindicações dos empresários deixam de ser vistas como de interesse particular de seu setor e passam a ser encaradas como de interesse geral, de toda a sociedade.

Se a criação de um ambiente que estimule e sustente o investimento privado é do interesse de toda a sociedade, então, muito provavelmente, todos os governos adotarão como prática rotineira o atendimento das demandas empresariais. Claro que nem todas as demandas precisam ser atendidas para que os empresários se sintam estimulados a investir. Mas, nem por isso os governos poderão se dar ao luxo de deixar de ouvir as reivindicações dos empresários. Numa situação extrema, o empresariado sequer precisaria formular quaisquer reivindicações, cabendo ao governo antecipar e prever que medidas poderiam incentivar a iniciativa privada a continuar investindo.

Essa necessidade de se dar ouvidos às reivindicações empresariais acaba levando à criação de mecanismos de consulta e transmissão de informações entre governo e iniciativa privada. Essas práticas são denominadas pela literatura sociológica de corporativistas (ALMEIDA, 1994). Esse corporativismo tanto pode se dar de maneira formal, quanto informal. No corporativismo formal, os representantes do empresariado participam das instâncias decisórias do Estado em caráter permanente, com direito à voz e, por vezes, voto, garantidos por lei. Já o corporativismo informal se dá quando os governos adotam o hábito de, no processo de tomada de decisão, consultar empresários que eles consideram lideranças do setor. Tanto num caso como no outro estamos diante de um privilégio que só é concedido a esse grupo social. Nenhuma outra classe ou fração de classe é agraciada com tais direitos especiais de consulta e acesso aos sistemas de decisão por parte dos poderes públicos. Tais privilégios justificam-se pela percepção generalizada de que o atendimento às demandas empresariais é do interesse de toda coletividade.

Além desse acesso privilegiado dos empresários às arenas decisórias, cumpre notar que esse grupo dispõe de vários outros instrumentos capazes de influenciar o jogo do poder nas sociedades democráticas. E a existência de tais instrumentos deriva justamente da possibilidade de se usar recursos econômicos para obtenção de poder político. O mais óbvio desses instrumentos é a prática de se financiar partidos, campanhas e candidatos. Tendo um substancial montante de recursos à sua disposição, fica fácil para os empresários viabilizar a vitória eleitoral de candidatos a cargos públicos comprometidos com suas teses. Mais ainda, à medida que eles são os principais anunciantes nos meios de comunicação de massa, fica igualmente fácil pressionar os órgãos da imprensa escrita e falada para que divulguem suas demandas e projetos junto à sociedade. Nesse caso, sequer é necessária a

ameaça de rompimento dos contratos de publicidade. Sendo do interesse dos proprietários dos órgãos de imprensa manter-se em boas relações com seus anunciantes, pode-se imaginar que esses dificilmente oporão resistência à divulgação daquilo que interessa ao empresariado ou, inversamente, abrirão espaço para a divulgação de teses contrárias ao espírito da "livre iniciativa".

Mais ainda, os empresários têm vantagens adicionais em relação a outros grupos sociais, no que diz respeito à sua capacidade de atuar politicamente. É sabido que qualquer ação política requer organização. Nenhum movimento político ou social pode abrir mão de um nível mínimo de organização se quiser influenciar os poderes públicos ou mobilizar o apoio popular. Para tanto, são necessários recursos materiais, como instalações físicas, telefones, faxes, computadores, etc., e recursos humanos, como secretárias, tesoureiros, publicitários, etc. Ora, qualquer grupo social que precise lançar mão desses recursos terá de custeá-los com recursos do próprio bolso. Os empresários não precisam se sujeitar a esses gastos extraordinários, à medida que suas empresas já reúnem esses recursos. Tanto os recursos materiais quanto os humanos das empresas estão permanentemente a serviço dos interesses políticos dos seus empresários. Daí a conhecida afirmação de GRAMSCI (1932) de que certas instituições privadas são perfeitamente capazes de atuar como partidos políticos.

Em suma, se levarmos em conta todas essas vantagens (a transmutação de seus interesses particulares em demandas de interesse geral, acesso privilegiado às arenas decisórias, recursos e organizações que sustentam a luta política), só podemos concluir que o jogo democrático numa sociedade capitalista está estruturalmente enviesado de forma a favorecer os interesses dos empresários.

Esboçado esse quadro geral da relação entre Estado e Sociedade no capitalismo contemporâneo, examinaremos agora como ela opera no Paraná Contemporâneo.

4.2 OS PROJETOS INDUSTRIALIZANTES DA CODEPAR E DO BADEP

É perfeitamente possível perceber a preocupação das elites locais com a efetivação de um projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização já a partir do início da década 1960. Vários fatores concorreram para uma drástica revisão dos pressupostos desses dirigentes com relação à ênfase exclusiva na natural vocação agrícola do Paraná. Por mais paradoxal que possa parecer, isso se deu justamente no instante em que o Paraná se converteu no maior exportador de café do Brasil, com a abertura de novas frentes pioneiras e de colonização que avançavam do Estado de São Paulo.

Ocorre que o sucesso do Paraná como exportador de café trazia em seu bojo alguns processos inquietantes para as elites paranaenses. O principal é que essas áreas tinham conexões econômicas não com o Estado do Paraná, como se pode supor, mas sim com a cafeicultura paulista. Dessa forma, essas populações não só adquiriam os produtos industrializados e de consumo necessários em São Paulo, como exportavam o seu café pelo Porto de Santos.

Dai adviriam duas conseqüências graves para as elites políticas do Paraná: a evasão de divisas e a possível quebra da unidade territorial do Estado. Este último temor é uma constante na história política dessa unidade da federação, remontando à criação da província do Paraná (desmembrada precisamente de São Paulo em 1853), passando pela experiência do Contestado (1911) e pelo desmembramento temporário do Sudoeste, sob a forma do Território Federal do Iguaçu (1937-1946), e sendo reatualizado com as propostas contemporâneas de criação do Estado do Parapanema (às custas do desmembramento do Norte do Estado, 1991-1992).

Em função da percepção de ambos os perigos, começou a ser gerado no Paraná um projeto de industrialização do Estado, que fosse capaz tanto de promover o desenvolvimento econômico, evitando a evasão de divisas, quanto a integração territorial, afastando o perigo de desmembramento de partes do território. A administração Ney Braga (1961-1966) irá dar forma concreta a esses projetos. De fato, o Governador do Partido Democrata Cristão (PDC) assume o governo colocando essas preocupações como

centrais no seu programa de governo.¹ Para tanto, ele se empenhou em racionalizar a máquina administrativa,² a fim de capacitá-la para atuar como propulsora do desenvolvimento econômico, e, comprometendo-se com um plano de governo que privilegiava a diversificação econômica, deslançou ambicioso programa de industrialização. Uma das conseqüências desse processo de racionalização foi conferir à tecnocracia do Estado considerável dose de autonomia frente ao Legislativo estadual. A esse processo a literatura afeta à Ciência Política denomina de "insularização tecnocrática" (SOLA, 1994).

Essa conjuntura foi marcada também pela ascensão da Ideologia Desenvolvimentista no plano nacional. Em sua composição figuram em lugar de destaque tanto a noção de que o Estado deveria ser o agente indutor do crescimento industrial, quanto a idéia de que a efetiva independência econômica requeria a industrialização. A intervenção do Estado na economia, em que pesem às críticas de segmentos identificados com o Liberalismo, firmou-se de forma consistente como resultado da Crise de 1929. A crise, de fato, ao quase inviabilizar o funcionamento da economia de mercado – e isso em nível mundial –, derrubou as resistências políticas, baseadas na defesa política do liberalismo, que se opunham à intervenção estatal. O apelo em prol da industrialização ganhou ressonância com a crise e se tornou quase hegemônico ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-45). No caso latino-americano, dois fatores parecem ser decisivos nesse processo: a deterioração dos termos de troca entre periferia e núcleo do capitalismo e a ressonância da proposta elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

¹Há uma associação evidente entre a Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais (SAGMACS), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o propósito dos governantes desse partido de pautar sua atuação pelo planejamento e pela racionalização. O primeiro governador do país a elaborar um plano de governo foi o de São Paulo (Carvalho Pinto, 1961); o segundo foi o do Paraná (Ney Braga, 1963); ambos os governantes eram do PDC, e os dois planos foram formulados pela SAGMACS. O prefeito de Curitiba, à época da elaboração do Plano Diretor de Curitiba, que previa a criação de um distrito industrial na capital, vale lembrar, também era do PDC.

²"Data desta época a criação de uma extensa 'administração paralela' que visava precisamente contornar a ineficiência da administração pública tradicional sem atingir interesses estabelecidos. Surgem aí a CAFE do Paraná (agropecuária), a Fundepar (educação), Sanepar (água e esgoto), a Telepar (telecomunicações), a Celepar (informática), a Cohapar (habitação) e a Codepar (fomento econômico)" (AUGUSTO, 1978, p.29).

A deterioração dos termos de troca refere-se ao progressivo rebaixamento dos preços dos produtos primários no mercado mundial ao fim da Segunda Guerra Mundial, resultado da integração cada vez mais completa de toda uma série de economias de perfil primário-exportador ao sistema capitalista. Essa integração aumentou o volume de bens primários oferecidos no mercado, derrubando sistematicamente seus preços. Dessa forma, as economias dos países exportadores de alimentos e matérias-primas se tornavam crescentemente incapazes de gerar os recursos necessários para o pagamento das suas importações – geralmente de produtos industrializados, que eles não produziam.

A solução para esse impasse que mais ressonância política e social obteve foi a "substituição de importações", proposta pela Cepal. O que essa instituição defendia era, nada mais, nada menos, que os países latino-americanos criassem as condições para deslanchar a sua própria industrialização. Tal processo destinava-se a lograr a auto-suficiência industrial de cada país, iniciando-se pela produção interna dos itens que mais fortemente pesassem na sua pauta de importações (geralmente bens de consumo), estendendo-se depois para todo o parque industrial.

Essa proposta tinha um irresistível apelo nacionalista: construir uma indústria nacional, que tornasse o país menos dependente (ou mesmo auto-suficiente) de importações e mais capaz de se equipar para defender a si mesmo das ameaças externas. Tais temas já vinham sendo divulgados pela burguesia industrial brasileira desde a fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em 1928 e acabaram por ser compartilhadas por expressivos setores da esquerda e dos movimentos sindicais, identificados com o combate à dependência externa, em geral, e com o imperialismo das potências capitalistas, em particular.

Tanto nacionalismo quanto a industrialização eram temas comuns à retórica das forças políticas que dominavam a República Populista (1945-1964). Contudo, tais temas conheceram o auge de seu prestígio na vigência do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o **Desenvolvimentismo** se tornou a ideologia oficial do Estado.

A ideologia desenvolvimentista e as propostas da Cepal encontraram ampla ressonância entre as elites paranaenses preocupadas com o futuro do Estado do Paraná. Por um lado, era visível que o predomínio quase que exclusivo da agricultura de exportação não prometia muito futuro no que diz respeito ao crescimento econômico. Por outro, temia-se a

dependência econômica do Paraná com relação ao núcleo do capitalismo brasileiro: o Estado de São Paulo.

A resposta à evasão de divisas (tanto por meio da compra de mercadorias industrializadas, quanto pelo escoamento do café paranaense pelo Porto de Santos) foi o surgimento de uma versão paranaense da ideologia Desenvolvimentista. Noções tomadas de empréstimo à terminologia Cepalina e Desenvolvimentista, como **satelitização**, **periferia**, **dependência**, etc., configuram uma transplantação do quadro teórico criado para entender as relações entre as diversas partes do sistema capitalista no plano mundial para o cenário interno brasileiro. O trecho a seguir é representativo da retórica que se tornou usual evocar para a justificativa tanto das políticas estaduais, para promoção da industrialização, quanto do apoio ao empresariado privado.

...governo e iniciativa privada empreendem uma só batalha – da produção – desde a agricultura à indústria. O exemplo do Paraná cuidando mais de progredir do que receber favores, implantando um sistema de firmação de recursos para o desenvolvimento com a prata da casa, provém da política a que se impôs e deve ser seguida por outros estados. Em matéria de planejamento regional, de que é tão escasso este país, o Paraná aponta o caminho certo. (...) Neste caso, o Paraná está dando aulas ao Brasil, parecendo que o segredo de seu êxito está contido no apoio irrestrito à atividade privada, a mola da produção de nosso sistema democrático. (...) Sempre na dependência, vivenda como sucursal de São Paulo, um estado com a área do Paraná (...) precisava apenas da criação dessa consciência de um progresso compatível com seu valor, o que o governador Ney Braga acaba de implantar (PARANÁ...,³ citado por AUGUSTO, 1978, p.20).

A dependência do Paraná com relação a São Paulo e a necessidade de o Estado promover a industrialização como estratégia da sua superação também se manifestam claramente num dos mais influentes trabalhos sobre a economia paranaense, de um autor totalmente identificado com essas propostas:

³PARANÁ iniciou arrancada visando seu pleno desenvolvimento industrial. *Diário do Paraná*, 22 mar. 1963. p.4.

...a economia paulista passou a agir, ao tocante às dos outros Estados da Federação, como se fosse uma metrópole econômica. (...) O processo de industrialização paulista (...) conseguiu estabelecer vínculos de dependência, cada vez mais estreitos com todo o conjunto do país. Assim é que estados ou regiões do Brasil que antes viviam subordinados à periferia do exterior, passaram a depender e a gravitar em torno do centro dinâmico industrial. (...) esse processo se deu por etapas e (...) as regiões e estados mais próximos de São Paulo foram os primeiros a experimentá-lo (PADIS,⁴ citado por AUGUSTO, 1978, p.21).

Esse tipo de interpretação tornar-se-ia a matriz inspiradora de todas as políticas industrializantes de diferentes governos estaduais desde então e até o fim do século, como veremos no capítulo final deste trabalho.

As iniciativas de financiamento da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar), do governo do Estado, criada em 1962, alavancadas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) que ela geria, voltaram-se tanto para a criação de uma infra-estrutura propícia à industrialização, quanto para o financiamento direto às indústrias. No que se refere à infra-estrutura, a ênfase recaiu sobre energia e transportes – que era exatamente o mesmo atendimento às prioridades definidas pelo governo Kubitschek e sucessivos governos militares (1964-1985). Os dispêndios do FDE nessas áreas são ilustrados na tabela 11, a seguir.

TABELA 11
INVESTIMENTOS ESTADUAIS EM ENERGIA ELÉTRICA E RODOVIAS - 1961-66

ANO	INVESTIMENTOS EM ENERGIA ELÉTRICA			INVESTIMENTOS EM RODOVIÁRIAS		
	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)
1961	800	-	-	1.700	-	-
1962	2.800	1.526	55	4.400	1.270	29
1963	5.600	1.865	33	9.000	2.622	29
1964	10.500	3.732	36	22.700	10.388	46
1965	32.000	12.906	40	41.300	121.080	29
1966	45.700	15.662	34	50.400	12.600	25
TOTAL	97.400	35.691	36	129.500	38.960	30

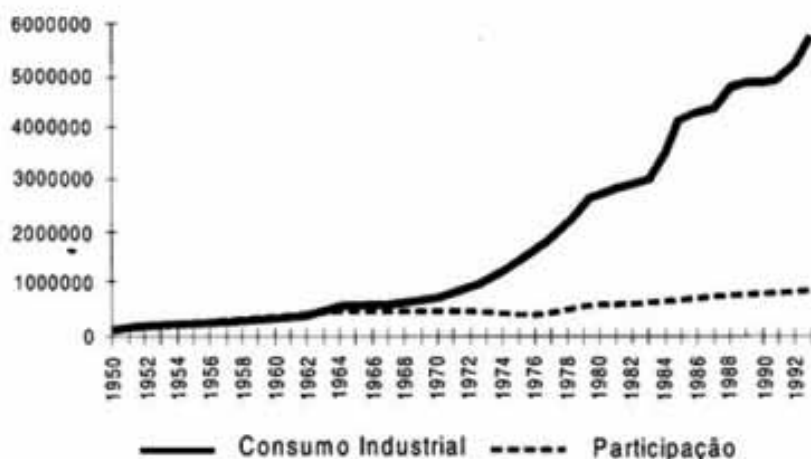
FONTE: SILVA, M. C. da. *As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964*. Curitiba, 1984. p.52. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

⁴PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado) - PUC/SP.

Como resultado dessas iniciativas, expandiu-se consideravelmente a malha rodoviária do Estado. Dentre tantas atividades, cabe destacar a construção da Rodovia do Café, tida como essencial para garantir que a integridade do escoamento do café colhido no Norte do Paraná se desse pelo Porto de Paranaguá, e não pelo de Santos. Não se pode descartar também a influência dos empresários na definição dessas prioridades, em particular os empreiteiros, congregados desde 1961 na Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP). De fato, eles seriam os maiores beneficiados no caso da adoção de um ambicioso programa de obras públicas dedicado à expansão das rodovias e da rede de geração e distribuição de energia.

No que se refere à energia elétrica, o principal aspecto a se destacar diz respeito ao crescimento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), fundada em 1954, cujo nome foi alterado posteriormente para Companhia Paranaense de Energia, porém permanecendo sua sigla (Copel). Graças aos recursos disponibilizados pelo FDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e agências de fomento estrangeiras, dentre outros, a Copel pôde deslançar uma ambiciosa política de construção de hidrelétricas. Dessa forma, a empresa pública conseguiu reduzir – se não eliminar – a necessidade de vultosos investimentos, por parte dos empresários privados, na autogeração de energia elétrica. De fato, até que a Copel se transformasse em uma entidade capaz de garantir o suprimento de eletricidade, a maior parte das indústrias era obrigada a garantir por si só o seu próprio abastecimento de energia. Essas empresas eram conhecidas como autoprodutoras, e sua participação no consumo industrial pode ser avaliada pelos dados do gráfico 1, a seguir:

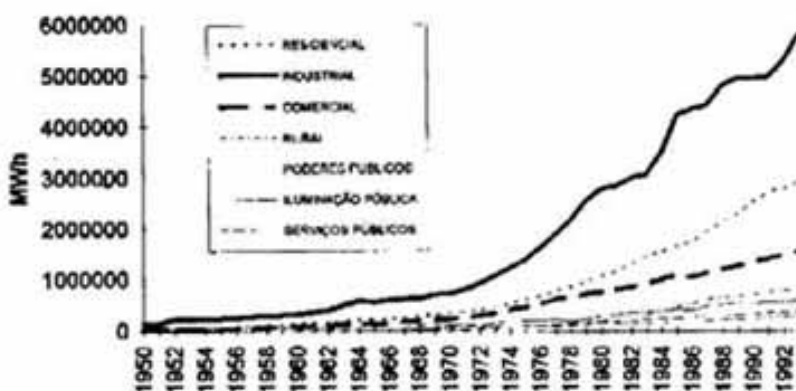
Gráfico 1
Participação das autoprodutoras e consumo industrial



FONTE:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 1 século de eletricidade no Paraná. Curitiba: Copel, 1993. p.88

Nos anos 70, depois de um extenso processo de encampação de empresas produtoras de energia de âmbito municipal e regional, a Copel entra de forma incisiva no ramo da distribuição de energia elétrica. Até então era comum que a Copel vendesse energia para uma série de empresas que eram apenas distribuidoras, renunciando assim a participar do processo de venda no varejo da eletricidade, a qual tem expressiva lucratividade. Tendo dominado a área de distribuição, a Copel se mostrou à altura da responsabilidade pelo fornecimento de energia ao setor industrial, exatamente na época em que crescia esse tipo de consumo. Aliás, existem referências a um excedente de energia elétrica no Paraná dos anos 70. Por exemplo, um dos fatores que levaram a Copel a se envolver com o projeto de criação da Cidade Industrial de Curitiba foi exatamente a oportunidade de aumentar o consumo de energia excedente (ANDREOLLI, 1992). A importância do crescimento do consumo industrial de eletricidade pode ser avaliada no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2
Evolução do consumo por categoria no Paraná



FONTE:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 1 século de eletricidade no Paraná. Curitiba: Copel, 1993. p.112

Se o papel da Codepar no financiamento da infra-estrutura de apoio à indústria se constituiu num êxito reconhecido, o mesmo não se pode dizer com relação ao seu apoio direto às empresas industriais. A ambição de se criar um capitalismo industrial de origem paranaense e de cunho democrático levou a empresa a restringir a concessão de seus financiamentos apenas a indústrias localizadas no Estado, ou que se dispusessem a transferir suas sedes para cá, e, mais ainda, que não se constituíssem em monopólios. O importante era garantir a auto-suficiência industrial do Paraná, abolindo-se a necessidade de se "importar" tais produtos de São Paulo. De fato, se examinarmos uma amostra formada pelos primeiros cem financiamentos da empresa, constataremos que apenas sete não foram concedidas a empresas do Paraná.

Assim, os empréstimos da Codepar acabaram por privilegiar indústrias produtoras de bens de consumo. Em 1965, por exemplo, 65,5% dos financiamentos foi destinado a empresas ligadas à transformação de produtos agropecuários. Cumpre notar que tal ramo de atividade estava fortemente exposto à concorrência nacional e internacional. Mais ainda, a economia brasileira passou, entre 1961 e 1968, por forte ciclo depressivo. Conseqüentemente, poucas empresas conseguiram pagar tais financiamentos sem passar por enormes dificuldades.

Com a transformação da Codepar no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep) em 1970, ocorre uma reorientação radical na abordagem da questão do financiamento da industrialização. Renunciando a qualquer velocidade de competir com o núcleo do capitalismo industrial (São Paulo) em todo e qualquer ramo, e desistindo dos intentos de "democratizar" o capitalismo, o Badep irá priorizar na sua política de financiamentos as empresas dos ramos de atividade nos quais o Paraná apresentava evidentes vantagens comparativas com relação a outros estados da Federação, bem como que tivessem uma dimensão na sua escala de produção capaz de suportar a concorrência.

Dessa forma, abriu-se oportunidade para o financiamento de grandes empresas, pertencentes a setores oligopólicos, geralmente de capital estrangeiro, ou a ele associadas. Dois setores foram, então, os privilegiados no novo enfoque: as empresas de bens de capital e bens intermediários afetas à indústria pesada e à própria agroindústria. Estas eram tidas como as mais capazes de sobreviver à recessão econômica pela qual passava o Brasil na segunda metade dos anos 60, justamente por ser capazes de – por meio de práticas monopolistas – garantir um mínimo de rentabilidade. E, no caso da agroindústria, relevaram-se as vantagens comparativas das quais era detentor o Estado do Paraná, já então um grande produtor de soja, madeira e carne.

A reorientação pela qual passaram as políticas de financiamento à produção também pode ser entendida a partir de condicionantes impostos pelo contexto institucional vigente na ditadura militar. Com a reforma tributária de 1966, concentrou-se a maior parte da arrecadação dos impostos na esfera federal. Assim, ao contrário da Codepar, que se sustentava com base na política tributária estadual, o Badep era dependente em larga medida do repasse de recursos autorizados no plano federal, ou captados no exterior.

Somadas essas condições (preexistência de infra-estrutura de transporte e energia e financiamento público à indústria) à conjuntura de extraordinário crescimento econômico nacional dos anos 70 (o chamado "milagre" brasileiro), entendemos o porquê do expressivo crescimento da indústria paranaense naquele década. Aliadas a esses fatores, mencionem-se as iniciativas isoladas do poder público federal, como a instalação da Refinaria de Araucária (1976) e da Cidade Industrial de Curitiba – CIC.

Desse processo, duas tendências centralizadoras bem conhecidas podem ser ressaltadas. A primeira se refere à concentração do capital, com reduzido número de empresas monopolistas responsável pela maior parte do valor da produção; e, a segunda, à concentração espacial, na qual Curitiba e Região Metropolitana configuram um núcleo industrial cujo peso é totalmente desproporcional ao do restante do Estado (tabela 12).

TABELA 12
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS DO PARANÁ NO VALOR AGREGADO DE VÁRIOS GRUPOS - 1975

GRUPO INDUSTRIAL	NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS	NÚMERO DE GRANDES EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS GRANDES EMPRESAS SOBRE O VALOR AGREGADO PELO GRUPO
Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins	1.204	6	28,42
Fabricação de Açúcar	4	1	72,16
Abate de Animais	120	2	40,20
Café Solúvel	2	2	100,00
Rações Balanceadas e Alimentos Preparados para Animais	19	3	66,47
Moagem de Trigo	44	1	50,43
Preparação de Leite e Fabricação de Laticínios	37	3	62,16
Beneficiamento de Fibras Têxteis	36	4	38,47
Desdobramento de Madeira	1.413	31	40,85
Produtos de Madeira Compensada, Aglomerada e Prensada	69	1	27,44
Cimento	3	3	100,00
Papel e Celulose	17	1	61,10

FONTE: IPARDES. Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná. Indústria 2ª fase. Curitiba, 1978. p.172

Note-se que a tendência ao monopólio é típica do capitalismo industrial, pelo menos desde a Segunda Revolução Industrial, quando diversos observadores, das mais variadas tendências, ocuparam-se em descrever a passagem de uma indústria nitidamente concorrencial para outra dominada pelos grandes monopólios e cartéis transnacionais. Essa tendência se aprofunda no segundo pós-Guerra com o surgimento de empresas multinacionais, isto é, capazes de organizar a divisão do processo de produção em escala planetária.

Assim, a ênfase das políticas industriais contemporâneas paranaenses no financiamento e apoio a esses grupos apenas e tão-somente se sujeita – e ao mesmo tempo confirma – a uma tendência firmemente estabelecida no interior do capitalismo industrial há pelo menos um século, intensificada, aliás, na conjuntura da globalização (1973-?).

Se, de fato, a tendência à monopolização jamais poderia ser contrabalançada pelas políticas públicas definidas regionalmente (exemplo da Codepar), o mesmo não se pode afirmar com relação à concentração espacial da indústria. Nesse particular, iniciativas como a da CIC (1973) e, mais tarde, do Pólo Automotivo (1996) apenas confirmaram e reforçaram a tendência à concentração industrial em Curitiba e Região Metropolitana, em prejuízo de uma possível distribuição mais equilibrada das atividades industriais pelo interior do Estado, que predominava até os anos 60. É o que se pode observar pelos dados da tabela 13, a seguir.

A partir do exame desses dados, pode-se concluir que se constituíram no Paraná apenas três regiões industriais de real significação: a de Curitiba propriamente dita, onde se concentram os novos ramos industriais dedicados aos bens de consumo duráveis e de capital; a de Ponta Grossa, responsável pela maior parte do complexo agroindustrial; e a de Londrina, onde se concentra alguma produção de bens de consumo não-duráveis. E, dentre estas, a região de Curitiba é, de longe, a mais importante. Com efeito, em meados dos anos 90 se constatava que – sozinha – Curitiba era a responsável por mais da metade (53%) da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Em segundo lugar, aparece Araucária, com não menos de 12% da arrecadação desse imposto. É previsível que, a partir da instalação integral do Pólo Automotivo em São José dos Pinhais, a participação na geração de renda e impostos de Curitiba e região cresça a níveis sem precedentes na história urbana do país.

TABELA 13
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE,
SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1975-1979

MRH	1975		1979			
	Abs.	%	Abs.	% (a)	% (b)	
268	Curitiba	3.883.123	32,3	52.082.141	52,7	41,7
269	Litoral Paranaense	183.570	1,5	1.997.519	2,0	2,5
270	Alto Ribeira	58.667	0,4	395.854	0,4	0,5
271	Alto Rio Negro Paranaense	2.354	0,0	61.768	0,0	0,1
272	Campos da Lapa	196.634	1,5	1.100.716	1,1	1,4
273	Campos de Ponta Grossa	1.881.627	15,6	10.289.883	10,4	12,8
274	Campos de Jaguariaíva	61.370	0,5	276.283	0,2	0,3
275	São Mateus do Sul	30.418	0,2	139.554	0,1	0,2
276	Colonial de Itaipó	120.483	1,0	779.234	0,7	1,0
277	Alto do Ivaí	9.456	0,0	60.792	0,0	0,1
278	Norte Velho de Wenceslau Braz	13.298	0,1	68.021	0,0	0,1
279	Norte Novo de Jacarezinho	455.385	3,7	2.742.012	2,7	3,4
280	Algodoeira de Assaí	105.708	0,8	690.746	0,6	0,9
281	Norte Velho de Londrina	1.742.395	14,5	9.459.708	9,5	11,7
282	Norte Novo de Maringá	841.563	7,0	3.574.526	3,6	4,4
283	Norte Novíssimo de Paranavai	254.575	2,1	578.408	0,5	0,7
284	Norte Novo de Apucarana	207.172	1,7	1.638.248	1,6	2,0
285	Norte Novíssimo de Umuarama	195.193	1,6	1.228.163	1,2	1,5
286	Campo Mourão	153.114	1,2	1.067.646	1,0	1,3
287	Pitanga	29.844	0,2	75.170	0,0	0,1
288	Extremo-Oeste Paranaense	499.450	4,1	3.496.110	3,5	4,4
289	Sudoeste Paranaense	194.468	1,6	1.143.754	1,1	1,4
290	Campos de Guarapuava	438.293	3,6	3.187.544	3,2	4,0
291	Médio Iguaçu	450.450	3,7	2.668.906	2,7	3,3
	TOTAL	12.008.607	100,0	98.802.804	100,0	100,0

FONTE: IPARDES. Subsídios do diagnóstico sócio-econômico do Paraná: indústria 2ª fase. Curitiba, 1978, p.140

(a) Participação no valor agregado total.

(b) Participação no valor agregado, excluindo-se de Curitiba e do total do Estado o valor agregado gerado pela Petrobras.

É importante notar que não foram apenas membros do governo e da burocracia pública os únicos a participar do processo de formulação das políticas industriais. Mesmo levando-se em conta a insularização já referida, pode-se observar a participação – ainda que em diferentes modalidades e com intensidade distinta – de membros da classe empresarial.

Os esforços do poder público eram apoiados por iniciativas paralelas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e da Associação Comercial do Paraná (ACP). Por exemplo, durante os anos 70 ambas as entidades pleitearam incansavelmente junto ao governo federal para que destinasse ao Estado pelo menos alguns dos seus projetos na área de siderurgia e petroquímica. Em parte graças a esses esforços é que em 1976 instalou-se uma refinaria da Petrobrás no município vizinho de Araucária.

Para os objetivos deste estudo, importa destacar duas conseqüências do fenômeno. A primeira é que a criação de tantas agências do poder público voltadas para o desenvolvimento econômico e o comprometimento do governo do Estado com os pressupostos e a mística do planejamento abriram oportunidades extraordinárias para a proliferação de técnicos em planejamento, os quais passariam posteriormente a ocupar posições de destaque nas administrações estadual e federal. Para citar dois exemplos de quadros oriundos da Codepar, temos o Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, e o Presidente do BNH, da Copel, da Eletrobrás, Febraban, e diretor do Bamerindus e da Inepar, Maurício Schulmann. Temos aqui as origens históricas da formação de uma elite de tecnocratas que exerceu e exerce papel da maior importância na História recente do Paraná.

A segunda conseqüência, em decorrência direta da primeira, foi a interação constante entre esses planejadores da administração pública e o empresariado industrial. Essa interação seria decisiva no detalhamento do projeto da Cidade Industrial de Curitiba.

Dessa forma, tanto em função da atuação consistente de suas entidades de classe (ACP e Fiep), quanto em função de sua relevância econômica (dado que o Estado e o país atravessavam justamente o momento em que o capital industrial superava o agrícola na composição do PIB), mas, talvez principalmente, em função da importância que as elites dirigentes do Estado atribuíam à sua contribuição para o desenvolvimento da economia local, o empresariado industrial conseguiu posição excepcional, de onde poderia influenciar o poder público para conseguir o atendimento de suas demandas.

Em 1971, a Associação Comercial do Paraná (ACP), em parceria com a Prefeitura Municipal, promoveu a 1ª Conferência de Desenvolvimento Econômico de Curitiba, com o propósito manifesto de reativar as

decisões e sugestões aprovadas no 1º Seminário de Desenvolvimento Industrial que havia se realizado seis anos antes. Tanto o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) quanto o Badep teriam se comprometido na conferência a expor os projetos e propostas que vinham detalhando para a promoção do desenvolvimento industrial para debate com os empresários (ATAS..., 1971, p. 6).

O resultado do encontro foi a deliberação em prol de uma política de desenvolvimento industrial baseada nos seguintes pontos: participação dos bancos de fomento econômico na atração de novas indústrias por meio de participação societária, fixação de áreas industriais obrigatórias e preferenciais, criação de organismos técnicos para o assessoramento de fusões e processos de modernização de indústrias, etc. (ACP..., 1971, p.8).

Definiu-se, assim, a forma pela qual iria atuar a Urbanização de Curitiba SA. (URBS) no processo de implantação da Cidade Industrial de Curitiba a partir do ano seguinte. Ainda na mesma ocasião, a ACP se congratulava pela sua bem-sucedida campanha em prol da instalação da nova refinaria da Petrobrás em Araucária, município da Região Metropolitana de Curitiba. Além disso, a ACP não deixou passar a oportunidade de clamar pela urgência na adoção das medidas preconizadas naquele evento, num editorial significativamente intitulado "Nossa industrialização precisa ser acelerada". "...o desenvolvimento (...) deve ser organizado, incentivado e disputado. Não se pode esperar que ele venha naturalmente, como se tem esperado até então, ainda mais no atual momento brasileiro em que as várias regiões travam quase que uma batalha cotidiana na disputa de investimentos particulares e estatais" (NOSSA..., 1971).

Essa preocupação com a atração de investimentos redundou na criação do Conselho de Política Financeira do Município de Curitiba, destinado a assessorar o Prefeito por meio da proposição de fórmulas para captação de recursos internos e externos. Compunham o conselho, presidido pelo Prefeito, o Secretário da Fazenda do Estado, o Presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), o Presidente do Badep, o Presidente do Banco Bamerindus, o Presidente do Banco Comercial do Paraná, o Presidente da ACP, o Presidente do Ippuc, o Diretor do Departamento da Fazenda e o diretor de Despesa do município. Assumimos aqui que o compartilhamento de um ideário comum a empresários e autoridades públicas foi decisivo para deslanchar todo um

leque de políticas industriais, notadamente a Cidade Industrial de Curitiba. E no lugar central desse ideário estava o projeto de se industrializar o Paraná, entendendo-se então a industrialização como a atração de plantas industriais para o nosso território.

4.3 REFORMA URBANA E INDÚSTRIA: O CASO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

A preocupação das elites dirigentes em Curitiba com a industrialização foi o principal fator no desencadeamento da discussão e adoção do atual Plano Diretor (1966). De fato, foi o desejo de criar um distrito industrial na capital do Estado que levou os poderes públicos a perceberem a necessidade de se dotar Curitiba de um plano que orientasse o crescimento da malha urbana. O resultado foi o surgimento do atual Plano Diretor de Curitiba que previa, desde o início, a reserva de uma área considerável da cidade para a instalação de plantas industriais. Originalmente chamada de Distrito Industrial, passou depois a ser conhecida como a Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

O primeiro documento legal que definia a Cidade Industrial de Curitiba foi a Lei Municipal n.º 4.199 de 1972. Sua implementação se deu a partir de 1973, com base em um projeto de zoneamento urbano, sistema viário e uso do solo elaborado pelo escritório de projetos de Jorge Whilhen, que havia sido contratado especificamente para essa tarefa.

Para viabilizar a construção da infra-estrutura necessária ao surgimento do novo distrito industrial, foi firmado em 1973 um convênio entre a prefeitura e o governo do Estado, no qual se definiam as atribuições de cada um dos órgãos que se veriam envolvidos no projeto.

Assim, estabeleceu-se que caberia à Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio da Urbs, elaborar os projetos de urbanização da CIC, inclusive terraplanagem e pavimentação, além da desapropriação, liberação e venda das áreas tidas como de utilidade pública para o projeto. Ao governo do Estado competia o atendimento às necessidades de infra-estrutura de água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar), energia elétrica (Copel), telefone e telex (Telepar), além da concessão de financiamento para implantação ou expansão das indústrias (Badep). Além disso, procedeu-se à concessão de generosos incentivos fiscais (isenção total de impostos por dez anos ou mais) e

até mesmo a integralização do capital necessário para a implantação das novas fábricas, entrando aí o governo do Estado – através do Badep – como acionista daquelas empresas. O caso mais conhecido foi o do fabricante de cigarros Phillip Morris. Tendo recebido diversos incentivos, acabou por encerrar suas atividades na CIC pouco tempo depois.

Os terrenos, uma vez urbanizados, seriam então revendidos às indústrias interessadas em se transferirem para Curitiba, ou que, já estando no município, não contassem mais com oportunidades de expansão das suas plantas nos locais onde se encontravam. Esse último ponto era de particular interesse para os industriais locais, principalmente para aqueles atingidos pelas mudanças no zoneamento urbano que tivessem restringido as atividades industriais. Nos preços de venda das terras, contudo, não foram contabilizados nem os custos da urbanização, nem os custos das desapropriações.⁵ Nesse sentido, os órgãos públicos subsidiavam clara e pesadamente a instalação e ampliação dessas empresas. Os gastos mais vultosos desse processo correram por conta da Urbs, empresa pública encarregada das atividades afetas à infra-estrutura urbana – inclusive da CIC –, gerando uma enorme dívida que não só não foi paga até hoje⁶ como – nas palavras de um dos idealizadores do projeto – "...liquidou com a capacidade de endividamento do município, e isso já há muito tempo..." (LERNER, citado por NAMUR, 1992, p.31).

As empresas estaduais de água, energia e telecomunicações ressarciram-se dos seus gastos com o subsídio à infra-estrutura instalada simplesmente repassando o prejuízo para a cobrança das suas contas. Dessa forma, segundo nota um observador "...todos os paranaenses pagaram em sua tarifa (de água, luz ou telefone) uma certa porcentagem do investimento realizado na CIC..." (NAMUR, 1992, p.114).

⁵Instaurou-se uma autêntica "indústria" das desapropriações na CIC, com os ex-proprietários requerendo na justiça indenizações que incorporavam a valorização das terras após a implantação da CIC. Depoimento de Luis Groff, ex-presidente da CIC (INSTITUTO..., 1991, v.6, p.90, 93).

⁶A dívida da empresa cresceu entre 1982 e 1990 de 31 para 150 milhões de dólares, sem que nenhum empréstimo adicional tivesse sido tomado ("Dinheiro Novo"), apenas com a rolagem da dívida, segundo Luis Groff, ex-presidente da CIC (INSTITUTO..., 1992, v. 8, p.87-103).

Mas não foi somente por meio do endividamento junto a bancos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, que a Urbs levantou fundos necessários para viabilizar o projeto da CIC. Parte muito substancial das suas próprias receitas, bem como a venda de terrenos públicos foram utilizadas nisso. Dentre esses últimos haveria numerosas áreas públicas destinadas à instalação de praças, parques e outros equipamentos coletivos, como escolas e hospitais, segundo denúncias veiculadas na Câmara de Vereadores (CURITIBA, 1983a, p. 2-4).

É certo que, dentre os dirigentes locais, havia a percepção de que o endividamento seria muito maior do que o previsto originalmente. Daí o surgimento de um acordo com o governo do Estado, segundo o qual esse repassaria 30% do ICM que fosse arrecadado entre as empresas recém-instaladas na CIC para a Urbs, para que esta se ressarcisse dos gastos realizados. Contudo, dois fatores frustraram a viabilização dessa fórmula.

O primeiro e mais óbvio é que os recursos assim gerados ficaram muito aquém do necessário, precisamente devido à renúncia fiscal implícita na política de atração dos novos investimentos industriais. O segundo é que tal acordo jamais foi formalizado junto ao governo do Estado, dependendo da boa-vontade dos titulares do Palácio Iguazu para ser viabilizado. O preço dessa conduta temerária logo seria pago: a partir de 1979, no início do segundo mandato do governador Ney Braga (CURITIBA, 1983b, p.1-3), o Estado deixou de cumprir a sua parte do acordo, lançando a Urbs e, depois a sua sucessora, a CIC S.A., num processo compulsório de rolagem autônoma das suas dívidas, com as conseqüências já descritas (CURITIBA, 1983a, p.1).

Sob outro ponto de vista, os resultados do processo são mais positivos. Depois da implantação da CIC, um número muito substancial de indústrias se deslocou para o novo pólo industrial, inclusive as tão cobiçadas empresas de bens de capital. Correspondentemente, alterou-se o perfil da economia urbana local, com significativo aumento da sua participação no PIB industrial do Estado e com o aumento do número de empregos gerados na indústria.⁷

⁷Segundo Luiz Antonio Fayet, ex-presidente do Badep, a participação do Paraná no PIB industrial do país teria, graças à atuação da CIC e do Badep, saltado de 2,3% para cerca de 7% em dez anos (INSTITUTO..., 1992, v.6, p.65).

Além dos resultados econômicos, também se verificaram importantes efeitos políticos. Pode-se perceber aqui um determinado padrão de institucionalização do relacionamento dos empresários do setor industrial com a administração pública, fruto da disseminação do projeto industrializante. Cabe descrever de que forma a implantação da CIC afetou o processo.

Inicialmente, cabe notar que a Urbs, empresa que deslanchou a implantação da CIC, era dirigida desde a sua criação em 1963 por um conselho de investimentos de oito membros e fiscalizada por um outro conselho de três membros. Participava do primeiro, um membro indicado pela Fiep e do segundo, um outro indicado pela ACP. Uma vez que desde 1964 a Urbs já vinha se envolvendo com o planejamento de um futuro distrito industrial, ambas as entidades conseguiram, pela indicação de seus respectivos conselheiros, um canal permanente e legítimo para levar à administração pública envolvida com parte importante do planejamento urbano as suas demandas e propostas. Com a criação da CIC S.A. desmembrada da Urbs, a prática se mantém.

A partir da consolidação da CIC, tem início o processo de formação da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC), entidade destinada, como se pode imaginar, a congregar e representar os empresários que se instalaram na CIC junto aos poderes públicos. Previsivelmente, o presidente da AECIC é geralmente o membro indicado pela Fiep para compor o conselho de investimentos da CIC. Pode-se falar aqui de um exemplo clássico de corporativismo formal.

Mas, o fenômeno mais interessante nesse processo talvez seja aquele realizado em sentido contrário. Assim como os empresários garantiram para si uma representação formal no interior da administração pública, também os planejadores acabaram obtendo formas de representação no interior dos grandes empreendimentos industriais. Nomes como os do ex-Prefeito Saul Raiz, do ex-Presidente do Ippuc e atual Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi⁸ e do ex-Ministro Karlos Rischbieter, por exemplo, segundo breve currículo constante na *Memória da Curitiba Urbana* (INSTITUTO..., 1991-1993), figuram na composição de conselhos administrativos de importantes empresas nacionais e estrangeiras instaladas na CIC. A partir daí, começou a

⁸Cássio Taniguchi justifica que "...mas os jetons destes conselhos eram puramente simbólicos..." (CURITIBA, 1983b, p.4).

materializar-se a aliança entre setores empresariais e a elite do planejamento urbano de Curitiba que, até tempos recentes, dominava a política estadual.⁹

A Urbs, criada em 1961, sempre se dedicou a executar os seus programas de obras, notadamente na área de pavimentação. Contudo, a partir de 1972 ela se envolve prioritariamente com o projeto da CIC. Coube à Urbs desapropriar, urbanizar e repassar à iniciativa privada os terrenos do futuro distrito industrial de Curitiba. Posteriormente, com o crescimento desse projeto, cria-se a CIC S.A., desdobrada da Urbs, a qual retoma então exclusivamente seu papel de implantação de infra-estrutura urbana.

O caso da CIC parece se constituir num êxito. De fato, a base econômica do município foi alterada significativamente com a instalação de tantas indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital. Contudo, esse êxito é empalidecido por erros de gerência na implantação do projeto e por imperfeições do contexto institucional no qual ele foi gerado. Cabe aqui nos referirmos tanto à dívida da CIC quanto às inúmeras ações judiciais que os proprietários originais despejados dos terrenos impetraram contra ela. Trata-se de erros colossais de gerência, cujas conseqüências o município de Curitiba terá de suportar por longo tempo. Resta ainda colocar a dúvida sobre o fato de que essas empresas teriam vindo para Curitiba de uma forma ou de outra.

Os problemas ambientais são, porém, os mais visíveis. De pouco ou nada adianta o poder local se vangloriar do caráter não-poluente das indústrias instaladas na CIC, se os descapitalizados municípios vizinhos permitem e/ou estimulam a implantação de todo e qualquer empreendimento industrial dentro

⁹Duas entidades informais emergiram a partir do final da década de 1980, as quais materializaram a aliança em questão: um grupo político e uma comunidade empresarial. O primeiro é conhecido como o grupo dos "Cinco Jotas", composto por José Richa, Jaime Canet (ex-governadores), Jaime Lerner (atual governador), José Carlos Gomes de Carvalho (ex-vice-prefeito de Curitiba, ex-senador) e José Eduardo de Andrade Vieira (ex-ministro da agricultura e último presidente do Banco Bamerindus; ex-senador). O segundo ficou conhecido como o "Grupo dos 13", e englobava 13 das maiores empresas e conglomerados do Estado: Banco Bamerindus (José Eduardo de Andrade Vieira), Olsen Veículos, Trombini S.A., Refripar, Impressora Paranaense, Hotéis Deville e Imobiliária Habitação (Jaime Canet Júnior), Placas do Paraná S.A., Nutritional S.A., C.R. Almeida (Henrique do Rego Almeida), Corujão Comércio de Automóveis Ltda. (José Carlos Gomes de Carvalho), Inpacel (idem), Iguaçu Celulose e Papel S.A., Civema Veículos, Lar Empreendimentos S.A e Indústrias Químicas carbomafra S.A., e Inepar S.A. (COUTC, 1998).

de suas divisas.¹⁰ Aí reside a principal deformação do contexto institucional ao qual aludimos anteriormente. Na inexistência de uma efetiva coordenação de iniciativas da área metropolitana, aos municípios vizinhos se dirigem todas as mazelas e problemas cujo ingresso foi vetado na capital.¹¹

Isso se dá não somente no caso da localização de atividades industriais perigosas ou incômodas, mas também do lançamento de novos loteamentos clandestinos e irregulares, com todo cortejo de problemas que eles sofrem e provocam. Dentre esses últimos, merece destaque a perda dos mananciais e das reservas de água, por meio da contaminação de esgotos e lançamento de lixo doméstico.¹² Ainda com relação a essa questão, frise-se que mesmo em Curitiba apenas 56% das moradias estão ligada à rede de esgoto, (percentual menos favorável do que os de São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo). É sabido que a mortalidade infantil, por sua vez, guarda estreita correlação com as condições ambientais e com a qualidade de vida da população em geral. Note-se que ela é duas vezes maior em Curitiba do que em Porto Alegre, cidades de tamanho quase igual (A CAPITAL..., 1993, p.69).

¹⁰Depoimento de Rafael Greca de Macedo, no qual o então prefeito de Curitiba diz que "...tenho a plena consciência de que a rigidez das posturas de Curitiba criou cidades -dormitórios, afastadas das sedes tradicionais, como o Jardim Monza em Colombo. É uma "Serra Pelada" do urbanismo, lá pode tudo. Ou a Vila Maria Antonieta, em Piraquara, onde também pode tudo..." (INSTITUTO..., 1992, p.52). Segundo MOURA (1991, p. 4) "...97,67% da população de Colombo reside fora da sede municipal, em áreas contíguas à Curitiba... em Piraquara 83,21%... em Almirante Tamandaré 74,4%... em Mandirituba 70,32%, em Campina Grande do Sul 68,30% e em Araucária 56,88%...".

¹¹Em 1991, a Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (Surrehna), órgão do governo estadual, constatava que existiam "...120 pequenas empresas de calcário em Colombo, Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, que despejam na atmosfera quantidades enormes de partículas sólidas, afetando a saúde dos moradores...". Já a chefe do setor de saúde da prefeitura de Colombo constatava que "...70% dos pacientes ali atendidos sofriam de complicações respiratórias causadas pela poluição" (OS INIMIGOS..., 1991, p.7-9).

¹²Segundo o Superintendente de Operações da Sanepar "...estimamos que 45% das residências, na região metropolitana, tenham esgoto - enquanto as restantes usam fossa sanitária. Mas em 40% delas o esgoto é lançado diretamente nas galerias pluviais, de onde vai para os rios." Na mesma matéria se constatava a morte dos rios que cruzavam Curitiba, os quais já há muito tempo não eram usados para abastecer a cidade (OS INIMIGOS..., 1991, p.9-11).

Cabe frisar que esse padrão de coexistência entre a capital e sua região metropolitana não é exclusividade curitibana, dado que se repete em maior ou menor grau em todo país. Contudo, no contexto local ele assume importância extraordinária, pela funcionalidade de que se reveste na preservação da positividade da imagem de Curitiba. Assim, de certa forma, pode-se dizer que a imagem de Curitiba existe tal como é precisamente apenas devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa da sua manutenção.

4.4 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E METROPOLIZAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE DO PARANÁ

4.4.1 Um Projeto: a Termelétrica no Litoral

Como visto, desde meados da década de 60 começou a se forjar entre as elites dirigentes locais uma estratégia de desenvolvimento baseada precisamente na execução de políticas agressivas de atração de investimentos industriais.¹³ Assim, a despeito de não se contar entre os quadros dirigentes locais com um único representante da indústria ou das grandes corporações capitalistas, percebe-se uma inequívoca opção por uma política de planejamento orientada para a construção de um cenário o mais favorável possível à realização dos interesses do capital industrial em geral.¹⁴

As informações disponíveis permitem concluir que, entre essas elites dirigentes, dominava a percepção de que a realização de seus projetos de desenvolvimento passava, necessariamente, pela adoção de tal estratégia.¹⁵ O resultado de tais pressupostos levou, no plano estadual, a iniciativas como a criação da Codepar nos anos 1960 e, no plano municipal, da CIC nos anos

¹³O fenômeno mais típico desse processo é, sem dúvida, a criação da CIC, como pólo industrial destinado a atrair novos investimentos para a capital.

¹⁴Frise-se que me refiro aos quadros **dirigentes**. O projeto da CIC contou, na sua fase de elaboração, como visto, com ativa participação de membros da Associação Comercial do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

¹⁵A esse respeito, ver o excelente livro de AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

1970. Em todas essas políticas foi determinante a noção de que o desenvolvimento econômico passava pelo estímulo ao investimento privado. Justificavam-se, dessa forma, tanto a concessão de generosos subsídios tarifários como uma temerária renúncia fiscal, que constituem as marcas mais características da experiência da CIC. Parece razoável descrever a atual estratégia de atração de investimentos levada a cabo no plano estadual como uma autêntica continuação do projeto da CIC, só que agora voltada para todo o Estado do Paraná. Tal continuidade torna-se ainda mais evidente se levarmos em conta que seus protagonistas são, no âmbito das classes dirigentes, os mesmos responsáveis pela instauração da CIC.

Além do atendimento às demandas particulares do empresariado, vestidas com a roupagem do desenvolvimento econômico e do interesse geral, verifica-se no Paraná a adoção de práticas de caráter marcadamente corporativista. Tanto no caso da administração da CIC quanto da recente proposta de criação de uma nova agência de fomento econômico em substituição ao antigo Badep, que é a "Paraná Desenvolvimento" (1996), verifica-se a participação, com direito à voz e voto, de representantes do setor empresarial. Curiosamente, mas não surpreendentemente como se vê, não se cogitou – como não se cogita – conferir tais direitos de acesso ao sistema de decisão aos representantes dos trabalhadores, ou de quaisquer outras categorias sociais, exceto numa primeira fase da Codepar, logo superada.

Além desse acesso privilegiado ao poder público paranaense, nossos empresários dispõem, obviamente, da faculdade de lançar mão de seus recursos com vistas a influenciar o resultado das eleições, de forma a garantir a vitória de candidatos identificados com suas teses. A hipótese do uso de suas empresas como "partido político" pode ser aventada, no mínimo, nos casos em que os próprios empresários se lançam candidatos aos cargos eletivos.¹⁶ É razoável supor que uma parcela considerável – senão todas – das atividades necessárias às suas campanhas eleitorais se faça com base nos recursos materiais e humanos de suas empresas. Também é lícito supor que os meios de comunicação de massa, organizados em bases capitalistas, confirmem aos empresários paranaenses espaço desproporcional em relação àquele que eventualmente venha a ser concedido a outros grupos sociais.

¹⁶Dentre os casos notórios, cabe citar os de José Carlos Gomes de Carvalho (Grupo Corujão) e José Eduardo de Andrade Vieira (Bamerindus).

Finalmente, em face da necessidade de cuidar de seus próprios negócios, os empresários podem achar preferível não participar diretamente da política, mas apenas e tão-somente financiar candidatos a cargos eletivos que persigam o atendimento de suas demandas, ou, no mínimo, não contrariem seus interesses.

De todos os grupos que tiveram a oportunidade de exercer o poder na política paranaense, poucos parecem ter sido tão sensíveis às demandas do empresariado como aquele que gravita em torno do ex-Prefeito e atual Governador Jaime Lerner. De fato, aí estão as iniciativas da CIC e a atual política de atração de investimentos industriais a confirmar amplamente tal afirmação. A compatibilização dos interesses da iniciativa privada com os pressupostos do planejamento urbano foi, segundo pudemos demonstrar em estudo recente (OLIVEIRA, 2000), a marca mais notável das suas três gestões como prefeito. Uma vez alçado ao governo do Estado, tal traço volta a se manifestar, só que agora em escala estadual. Para além do exame da história pessoal do personagem em questão, cabe levar em conta também a aludida disseminação de uma ideologia de caráter liberal na sociedade contemporânea.

Talvez o exemplo mais marcante dessa identificação do grupo político que se reúne em torno do Governador Jaime Lerner com os interesses empresariais seja aquele que é proporcionado pelos financiamentos de sua campanha ao governo e da campanha de seu auxiliar mais próximo à prefeitura, o atual Prefeito Cássio Taniguchi. A título de comparação, examinemos nos quadros a seguir a origem e o montante de recursos arrecadados por esses dois personagens em confronto com aqueles de seus concorrentes políticos mais próximos (quadros 1 e 2).

QUADRO 1 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE JAIME LERNER/DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS -1994	
PESSOA JURÍDICA/DEZ. MAIORES CONTRIBUINTES	VALOR
Refrigeração Paraná	300.000,00
Inepar S. A.	240.000,00
Cia. Bras. de Projetos e Obras - CBPO	200.000,00
BMC S.A.	160.000,00
CPM	150.000,00
Banco Rural S.A.	125.400,00
Klabin Fábrica de Papel e Celulose	112.500,00
Ultrafertil S.A. Ind.	100.000,00
Cia. de Cimento Portland	100.000,00
IBQ Ind. Químicas Ltda.	100.000,00
TOTAL	4.016.975,00

FONTE: TRE/PR

QUADRO 2 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ÁLVARO DIAS/DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS -1994	
PESSOA JURÍDICA/DEZ. MAIORES CONTRIBUINTES	VALOR
CBPO	300.000,00
DM Construtora de Obras Ltda.	250.000,00
Bauruense Serviços Gerais S/C	115.200,00
Cia. de Cimento Portland Rio Branco	100.000,00
Constr. e Com. Camargo Correa S.A.	100.000,00
Klabin Fábrica de Papel e Celulose S.A.	86.900,00
Trans. Rápido Paulista Ltda.	54.900,00
Cia. Cacique de Café Solúvel	54.240,00
Trombini Papel e Embalagens S.A.	50.000,00
Percy Tamplin e Cia. Ltda.	50.000,00
TOTAL	1.614.986,70

FONTE: TRE/PR

Do exame desses quadros, percebe-se a enorme discrepância dos recursos colocados à disposição de um e outro candidato pelas empresas privadas. A se acreditar na veracidade dos dados, o candidato Jaime Lerner teve quase que duas vezes e meia mais recursos que seu adversário Álvaro Dias. Jaime Lerner não mobiliza apenas mais recursos, mas consegue ter uma base de contribuições muito mais variada. Se considerarmos apenas as contribuições com valor acima de R\$ 1.000,00, verificamos que Lerner obteve tais valores de noventa e sete empresas. Já Álvaro Dias teve apenas dezessete contribuições acima desse valor. Mais ainda, a base de contribuintes de Jaime Lerner é muito mais "fiel", por assim dizer, que a de Álvaro Dias. Podem-se contar apenas umas poucas empresas que forneceram recursos para ambos os candidatos. A maioria preferiu mesmo financiar apenas um deles, no caso, Jaime Lerner.

Vale a pena refletir sobre esse universo aleatório dos dez maiores contribuintes. No caso de Jaime Lerner, representa aproximadamente 39% das contribuições declaradas de campanha. No caso de Álvaro Dias, o peso destes é bem maior, chegando a 65%. Contrastemos agora esse cenário com aquele da eleição de 1996 à Prefeitura da capital do Estado, onde, como é de conhecimento geral, o praticamente desconhecido candidato apoiado pelo governador obteve fácil vitória já no primeiro turno (quadros 3 e 4).

QUADRO 3 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE Cássio TANIGUCHI/DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS - 1996	
PESSOA JURÍDICA/DEZ MAIORES CONTRIBUINTES	VALOR
CBPO	500.000,00
Cotrans Com. e Transp. Ltda.	216.000,00
Inepar S.A. Eletr.	150.000,00
Estácio - Eng. e Aerolevantamentos S.A.	100.000,00
Cia. de Cimento Portland Rio Branco	100.000,00
Tucuman Eng. Empreendimentos	100.000,00
Postigraf	100.000,00
Inc. e Adm. Curitibaana de Shopping	50.000,00
Sita - Transp. Rod. de Carga	50.000,00
Britanite S.A. Ind. Química	41.265,00
TOTAL	2.469.582,39

FONTE: TRE/PR

QUADRO 4 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CARLOS XAVIER SIMÕES/ DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS	
MAIORES CONTRIBUINTES	VALOR
João Xavier Simões	20.000,00
Carlos R. Picolli	20.000,00
Cia. Auxiliar de Viação e Obras - CAVO	10.000,00
J. A. Borges S/C	10.000,00
Alecarela Inc. de Imóveis	10.000,00
Casarão Imóveis	1.600,00
TOTAL	167.872,66

FONTE: TRE/PR

Uma vez mais, constata-se a enorme discrepância entre os recursos alocados pelos empresários junto aos candidatos identificados com o grupo de Jaime Lerner e aqueles destinados aos seus opositores. Dessa vez, a diferença chega ao extremo, pois destinam-se quase quinze vezes mais recursos ao candidato do grupo de Lerner do que ao seu opositor mais próximo.

A novidade dessa campanha é o crescimento da dependência do candidato que se supõe estar mais próximo do empresariado em relação às contribuições de seus dez maiores contribuintes, que saltam de 39% para 57%. Outra constatação diz respeito à recorrência de certos nomes nessa lista. Tanto na listagem de Jaime Lerner quanto na de Cássio Taniguchi, verificam-se contribuições da Inepar, CBPO e Cia. de Cimento Portland Rio Branco. No que diz respeito ao tema ora em exame, interessa-nos de perto a participação da Inepar, empresa que esteve envolvida na proposta de construção da usina termelétrica no litoral do Paraná. Na campanha de Jaime Lerner ao governo do Estado, ela contribuiu com 5% do montante de recursos arrecadados; na de Cássio Taniguchi, o percentual sobe para 6%. Parece plausível supor que existe algum tipo de identificação dessa empresa com as propostas do grupo político ligado ao governador Jaime Lerner. Resta saber se a recíproca é verdadeira, isto é, se esse grupo tem se identificado com os propósitos daquela empresa e se mostrado inclinado a viabilizar as iniciativas desenvolvidas pela Inepar.

Se examinarmos alguns eventos que ligam as políticas públicas desenvolvidas pelo governo Lerner a determinados empreendimentos daquela empresa, essa hipótese ganha mais consistência. Tão logo teve início o atual governo, foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei que autorizava a Copel a se associar a empresas privadas como acionista minoritária na execução de projetos nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica. Cabe aqui mencionar a ascendência histórica que os Executivos estaduais exercem sobre o poder Legislativo no Brasil Contemporâneo.

Difícilmente poderíamos deixar de perceber o impacto dessa lei sobre o processo de privatização do setor energético paranaense ora em curso. Na prática, tal lei aboliu o monopólio da geração e distribuição de eletricidade no Estado, que, por meio da compra e pagamento das encampações, cabia a Copel. Como resultado dessa lei, a Copel se associou à Inepar, na condição de acionista minoritária, para executar a obra da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, projeto que alguns observadores consideram altamente lucrativo e isento de riscos. Nesse sentido, não se justificaria a participação do setor privado, tampouco a divisão dos lucros entre este e a Copel. Quando se planejou a construção de um gasoduto destinado a trazer gás natural da Argentina para o Paraná, uma vez mais as entidades inicialmente responsáveis pela obra foram a

Inepar e a Copel, esta última novamente na condição de acionista minoritária. A história se repetiu no caso da proposta da instalação da termelétrica em Paranaguá: entre as empresas envolvidas, estão a Inepar e a Copel, esta uma vez mais como acionista minoritária.

Para os propósitos deste estudo, não consideramos aqui o mérito dos processos que regeram a formação dessas sociedades entre Copel e Inepar, as diversas projeções disponíveis sobre o lucro que daí irá advir para cada um dos sócios, nem a forma como estes serão repartidos. Porém, consideramos importante sublinhar o fato de que, em face da experiência técnica adquirida nessas iniciativas, para não falar das alianças estratégicas aí formadas, talvez a Inepar já seja hoje a empresa politicamente melhor colocada para disputar o processo de aquisição da Copel, na eventualidade de esta vir a ser privatizada pelo governo do Estado.

A proposta de criação de uma usina de geração de eletricidade movida a carvão foi encampada pelo governo do Estado e contou com cerrada oposição das entidades organizadas da sociedade civil paranaense. Também expressivas lideranças técnicas, profissionais, políticas e acadêmicas se levantaram contra o projeto, por entender que a emissão de poluentes (inclusive de caráter mutagênico) por parte da usina causaria danos irreversíveis à saúde da população de Paranaguá, além de afetar gravemente o delicado equilíbrio ecológico dos ecossistemas da Baía de Paranaguá e da Serra do Mar – incluídas como área de preservação na Lei de 1986. Aliás, apenas as operações de transporte e estocagem do carvão (que teria de ser trazido de navio até o Porto) já traziam em si graves ameaças àquela região. As alegações do governo do Estado para apoiar a proposta invariavelmente remetiam aos supostos benefícios econômicos que a região iria auferir com a abundância de energia produzida pela usina. Nesse caso, acenava-se com a possibilidade de uma arrancada industrializante na região, sempre tão carente de opções para o seu desenvolvimento.

Contudo, diante da reação política e social a tal projeto, a proposta foi discretamente abandonada, de forma que – pelo menos até o momento – a instalação de uma usina termelétrica em Paranaguá não passa de um projeto.

4.4.2 Um Caso Concreto: o Pólo Automotivo

O governador Jaime Lerner lembrou ontem em seu discurso a guerra fiscal travada entre os Estados para a atração da nova leva de montadoras ao País. Ele reconheceu que os benefícios oferecidos nortearam as empresas para a instalação no Estado, principalmente no caso da Renault, que tem o governo como sócio. Jaime Lerner defendeu a política adotada pela sua administração e num tom quase que de desabafo disse que foi necessário dar incentivos para reverter o quadro nacional, onde apenas "os mesmos" Estados se beneficiavam com novas indústrias. "Tínhamos o sagrado direito de entrar na disputa", afirmou Jaime Lerner. Ele ressaltou que o Paraná precisava mudar seu perfil sócio-econômico, baseado na agropecuária, e por isso tomou a decisão de buscar investimentos internacionais. Ele afirmou que o Estado arraiu R\$ 15 bilhões em investimentos industriais, num período de quatro anos. O governador procurou enfatizar que não era defensor da guerra fiscal, mas a situação brasileira mostrou a ele que não havia outra alternativa. "A prática do incentivo se tomou comum entre os Estados brasileiros e por isso entramos nessa disputa", afirmou. Jaime Lerner disse ainda que a vinda da Renault para o Paraná foi um divisor de águas para o Estado. Havia um Paraná antes da Renault e agora há um outro Estado muito diferente. Foi nossa carta de alforria, declarou o governador, ao ressaltar que o tempo comprovará o que ele disse. Antes de encerrar o discurso, Lerner elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela instituição do regime automotivo brasileiro (MURARA, 1998, p. 1).

Com a presença de duas mil pessoas, ocorreu no dia 5 de dezembro de 1998 a cerimônia de inauguração da nova Fábrica da Renault em São José dos Pinhais, Paraná. Dentre os convidados, incluíam-se autoridades como o Presidente da República, ministros, o Governador do Estado, prefeitos, secretários de Estado, deputados federais e estaduais, além de importantes lideranças empresariais. Dentre os vários discursos proferidos naquela ocasião, destacam-se o de Fernando Henrique Cardoso e o do Governador Jaime Lerner. Para o primeiro, o início do funcionamento da fábrica marca, nada mais, nada menos, que a integração do Mercosul à Comunidade Econômica Européia, referindo-se ao esperado volume de comércio intra-empresa. Já para o Governador, a Renault é que irá possibilitar ao Paraná deixar a posição de Estado periférico para se tornar um pólo econômico de peso no país.

Do nosso ponto de vista, interessa destacar que o discurso de Jaime Lerner contempla praticamente todas as implicações e determinantes da sua política de atração de investimentos industriais: os subsídios oficiais variados (os "benefícios oferecidos"), chegando inclusive à participação acionária direta do Estado do Paraná (o "governo como sócio"), num esforço para contrabalançar as vantagens comparativas de outras regiões, candidatas a receber aquelas mesmas indústrias ("dar incentivos para reverter o quadro nacional"), baseado num certo diagnóstico do que venham a ser as prioridades do povo paranaense e o perfil da sua economia (a necessidade de "mudar seu perfil sócio-econômico, baseado na agropecuária"). Também estão presentes nesse discurso a condenação à disputa pela atração de investimentos ("não era defensor da guerra fiscal") e a participação nesta como uma imposição dos fatos ("mas a situação brasileira mostrou a ele que não havia outra alternativa"), tudo isso justificado pelos inegáveis e auto-evidentes efeitos positivos que a vinda daquela montadora terá para o Estado do Paraná ("a Renault para o Paraná foi um divisor de águas"). Finalmente, essa fala contempla também o contexto institucional em nível federal, responsável, em última instância, pelo atual *boom* dos investimentos das montadoras no Brasil ("o regime automotivo brasileiro"). Para que o discurso do Governador se constituísse num resumo perfeito dos eventos ocorridos em torno da vinda daquela montadora para o Estado do Paraná, faltaria apenas mencionar a questão ambiental (a Renault foi construída em área originalmente destinada à preservação de mananciais) e as disputas políticas com seus adversários (o uso do dinheiro público na atração da Renault deu margem a inúmeras críticas por parte da oposição ao Governador, bem como o levou a trocar de partido político em 1997, transferindo-se do PDT para o PFL).

Não é certo que as previsões das autoridades citadas, feitas durante aquela cerimônia, acabem por se revelar totalmente consistentes. Sem dúvida, porém, é o fato de que o papel desempenhado pelo governo do Estado na atração dessa fábrica – papel decisivo, diga-se de passagem – e de outras indústrias do ramo automotivo foi amplamente justificado com base nos efeitos positivos que tais iniciativas poderiam ter sobre a economia estadual.

É compreensível, pois, que a sociedade paranaense da segunda metade dos anos 90 tenha debatido os méritos da política de atração de investimentos industriais desencadeada pelo Governador Jaime Lerner

(1994-1998), reeleito para um segundo mandato. Tal política privilegiava o oferecimento de incentivos de toda sorte, a fim de fixar no Estado um conjunto de novas plantas industriais, capazes de alavancar o crescimento econômico e promover o pleno emprego. No centro dessa política estavam os esforços para a construção daquilo que, na retórica oficial, tornou conhecido como o "segundo pólo automotivo do país". Essa expressão refere-se aos supostos efeitos positivos decorrentes da vinda de três grandes montadoras de automóveis que escolheram a Região Metropolitana de Curitiba para a construção de suas novas linhas de montagem: Renault, Chrysler e Audi.

O estudo desse projeto de atração das montadoras de automóveis para o Estado do Paraná é de particular interesse para o entendimento das políticas públicas afetas ao desenvolvimento e reformas econômicas no Brasil Contemporâneo. Afinal, mesmo se tratando de um fenômeno relacionado à realidade de uma unidade subnacional, pode-se perceber nitidamente a intensidade de seus vínculos com a conjuntura histórica vivida pela política brasileira. Os aspectos dessa conjuntura que mais fortemente interagiram com a execução de tal política de construção de um pólo industrial automobilístico são o próprio regime automotivo brasileiro, definido no plano federal; a "guerra fiscal" travada pelas diversas unidades da federação brasileira pela atração de investimentos industriais; e as características do contexto institucional que rege a distribuição do poder nas unidades subnacionais que, devido às suas componentes marcadamente autoritárias, pelo menos um autor denomina de "ultrapresidencialismo estadual" (ABRUCIO, 1998).

Por outro lado, da mesma forma que tendências e processos políticos nacionais impactam a realidade local paranaense, essa mesma realidade tem ajudado a conformar e institucionalizar determinados padrões de funcionamento do sistema político nacional, como se pode perceber a partir do exame dessa política de atração de investimentos.

Finalmente, o estudo dessa política é de interesse também pela influência que certamente irá exercer sobre o cenário local e nacional. Afinal, a vinda das multinacionais do setor automobilístico ao Paraná se dá no exato instante em que a economia local parece entrar numa nova – e definitiva – fase de internacionalização. De fato, os anos 90 foram marcados pelo aprofundamento da desnacionalização da economia, tanto nacional quanto paranaense. No caso do Paraná, a penetração do capital

estrangeiro deu-se de forma particularmente agressiva, causando profunda impressão aos observadores locais. Afinal de contas, empresas que, justificadamente, podiam ser consideradas os ícones do capitalismo paranaense foram adquiridas nessa fase por empresários estrangeiros (MARCAS..., 1998).

Essa desnacionalização foi particularmente importante no setor industrial, não só pelo volume de recursos envolvidos nas aquisições e pelo lugar que essas empresas ocupavam na economia local, como também pelo simbolismo que elas exerciam sobre a cultura política paranaense. Por exemplo, na segunda metade da década, a Refripar, do empresário Sérgio Prosdócimo, quinta maior empresa do Estado do Paraná, com uma Receita Operacional Líquida (ROL) anual de cerca de R\$ 304 milhões, foi adquirida pela sueca Electrolux. A Batavo, líder no setor de laticínios com uma ROL de R\$ 94 milhões, está em vias de ser incorporada pela Parmalat italiana. A Impressora Paranaense, da família Schrappe, referência no setor de embalagens industriais, foi comprada pela norte-americana Dixie-Toga. E os exemplos de aquisições de indústrias por estrangeiros poderiam se seguir quase que indefinidamente.

O setor financeiro também foi e está sendo afetado pelo processo. O Bamerindus, que chegou a ser o quarto maior banco privado nacional, com uma ROL de mais de meio milhão de reais, foi comprado pelo HSBC de Honk Kong. O Banco do Estado do Paraná também foi privatizado em novembro de 2000, sendo comprado pelo Itaú.

Ainda, no que diz respeito às empresas públicas do Estado do Paraná, já foi marcada data para a privatização da Copel, que é a maior empresa em todo território paranaense, com uma ROL de mais de R\$ 619 milhões (1995). A empresa é também a maior geradora da ICMS do Estado, respondendo por 9% do total arrecadado. Segundo consta, o mesmo dar-se-á também em breve com a Sanepar, com uma ROL de mais de R\$ 192 milhões (1995), responsável pela distribuição de água e coleta de esgoto no Estado.

Mesmo no comércio, o processo foi, e está sendo, intenso e decisivo: a Corujão Veículos, do empresário José Carlos Gomes de Carvalho, quarta maior concessionária de automóveis do Estado, com uma ROL de R\$ 53 milhões, estaria passando ao controle da Audi alemã. E, recentemente, a maior rede de supermercados do Estado, o Mercadorama, foi comprada por empresários portugueses.

A vinda das montadoras em questão, viabilizada pela injeção de recursos públicos, seja sob a forma de investimento direto do Estado do Paraná, seja sob a forma de isenções fiscais, e a concessão de toda uma gama de subsídios, insere-se, pois, numa conjuntura marcada pela internacionalização da economia e, paradoxalmente, pela retirada do Estado de importantes ramos da atividade econômica. Entender como e porque tal paradoxo se tornou possível e quais as implicações dessa política para o cenário local e nacional exige uma reflexão sobre a conjuntura histórica de meados dos anos 90 e suas principais componentes: o Regime Automotivo Brasileiro, a guerra fiscal e o papel dos governadores na federação brasileira.

Em seu discurso por ocasião da inauguração da fábrica da Renault, o Governador Jaime Lerner fez questão de agradecer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pela instauração do regime automotivo brasileiro. O reconhecimento do governador ao Presidente tem sua razão de ser. De fato, seria difícil imaginar que tantas montadoras de automóveis se decidiram a vir para o Brasil nos últimos anos não fosse pelas vantagens a elas oferecidas pelo regime automotivo.

O ponto central dessa política nacional, implementada a partir de 1995, é a redução do imposto de importação de bens de capital, matérias-primas, autopeças e veículos montados. Nesse regime, vigora uma diferença decisiva no tratamento que é dispensado às suas beneficiárias diretas, as montadoras, tanto em relação à indústria de autopeças, quanto em relação às empresas que não têm plantas fabris instaladas em território brasileiro. Prevê-se um desconto de 85% na alíquota de importação de autopeças e outros insumos utilizados pelas montadoras, ao mesmo tempo que se impôs uma alíquota de 70% para a importação de veículos já acabados por parte de empresas que não têm montadoras instaladas no país. Estas últimas gozam de um desconto de 50% na tarifa de importação, pagando, pois, uma alíquota de 35%.

O que se observa é que tanto em face dos seus tradicionais fornecedores (no caso, o setor de autopeças), quanto no caso de seus concorrentes imediatos (os produtos importados), as montadoras instaladas no país – ou em processo de instalação – aparecem como as grandes beneficiárias do atual regime automotivo brasileiro.

A esses estímulos somam-se as tendências do mercado automotivo em âmbito mundial. Há uma firme tendência estabelecida no sentido de as montadoras transferirem suas unidades produtivas para a periferia do capitalismo, onde são esperados os maiores índices de crescimento do mercado consumidor no próximo século. Se na Europa existe uma expectativa de crescimento médio nas vendas de veículos da ordem de 1,5% ao ano, esse índice chega a ser de 17% no caso de algumas faixas de produtos comercializados na América Latina.

Além dessas tendências do mercado global, bem como dos estímulos propiciados pelo regime automotivo brasileiro definido no plano federal, cabe acrescentar mais uma componente importante na definição do processo de tomada de decisão das montadoras, em se tratando de alocação de novos investimentos: a guerra fiscal brasileira do final da década de 90. Por "guerra fiscal" queremos nos referir justamente à disputa pela atração de investimentos privados entre as diferentes unidades subnacionais, incluindo-se aí estados e municípios que têm na renúncia fiscal o seu principal instrumento.

A competição por investimentos industriais entre diferentes cidades e regiões é típica do modo capitalista de produção, mas parece assumir suas versões mais radicais sob os regimes federalistas. A existência de uma autonomia fiscal e tributária entre as unidades subnacionais acaba servindo, nesses regimes, como um fator de estímulo à adoção de políticas independentes no campo da atração de investimentos privados. A lógica dessa política é, em que pesem às isenções fiscais concedidas no curto prazo, maximizar o volume de impostos arrecadados no longo prazo. Afinal, apesar de por toda parte o Estado ou o município contarem com transferências de recursos de outras esferas administrativas, sua principal fonte de receita ainda são os impostos arrecadados localmente.

Dessa forma, em quase todo mundo se assiste ao esforço das municipalidades em atrair para suas cidades novos investimentos privados, novas empresas e, principalmente, novas fábricas, as quais são a um mesmo tempo fontes de recolhimento de tributos e fatores de geração de empregos. Esse esforço se tornou particularmente intenso a partir da recessão do início da década de 70, quando sucessivos governos centrais iniciaram políticas de cortes de investimentos em suas municipalidades.¹⁷

¹⁷Sobre a crise fiscal e a conjuntura de cortes federais em gastos públicos ver, entre outros: WIRT, F. M. The dependent city? external influences upon local control. *The Journal of*

Assim, desde pelo menos o início da década de 70 nota-se progressiva mudança de ênfase nas agendas dos planejadores urbanos. Na Europa, por exemplo, passou-se de um planejamento pautado na "desconcentração industrial" (a qual visava preservar a paisagem e a arquitetura tradicionais dos centros urbanos) para uma autêntica "competição entre cidades", em busca da atração de novos investimentos.

Esse novo estatuto da cidade pode ser entendido no contexto mais amplo da desindustrialização e da expansão do setor terciário (notadamente os setores financeiros, de consumo e entretenimento), fenômenos típicos dessa nova fase do capitalismo. Na tentativa de atrair novos investimentos, migrantes de nível social elevado e até mais turistas, as cidades passaram a tomar cuidado sem precedentes com a sua imagem, em especial no que diz respeito à organização de espaços urbanos espetaculares (HARVEY, 1992) e, claro, a conceder isenções tributárias a novos investimentos.

Um sem-número de planos de governo incorporou essas demandas, alcançando diferentes graus de sucesso. Dentre essas se destaca a terceira gestão do prefeito Jaime Lerner em Curitiba (1988-92). No Brasil, esse cenário de competição interurbana intensificada ganhou um estímulo a mais a partir da desconcentração industrial iniciada em meados da década passada.¹⁸ Naquela conjuntura surgiram novos estados de base industrial, perfeitamente capazes de atrair investimentos adicionais para o setor. Mais tarde, a partir do início do governo de Fernando Collor (1990-1992) a ausência de uma política industrial definida no plano nacional transformou os estados talvez nos maiores – senão os únicos – responsáveis pela atração de novos investimentos privados. Finalmente, tal guerra conheceu impulso decisivo a partir de 1988, também dada a ineficácia dos instrumentos institucionais de regulação das concessões de subsídios.

Politics, v.47, p.83-112, 1985; WOLMAN, H. Understanding local government responses to fiscal pressure: a cross national analysis. *Journal of Public Policy*, v.3, n.3, p.245-264; WARD, P. D. The measurement of federal and state responsiveness to urban problems. *The Journal of Politics*, v. 43, p.83-101, 1981.

¹⁸Ver RIZZI e GERMER (1991, p.179-219), onde os autores revelam que a participação da região Sudeste na composição do PIB foi a única que caiu entre 1970 e 1985 (de 65,5% para 57,6%), denotando um possível processo de desconcentração industrial. No mesmo período, o Nordeste salta de 11,7% para 13,1%; o Norte, de 2,2% para 3,9% e o Centro-Oeste, de 3,9% para 8,7% (dados IBGE).

Esse cenário produziu pelo menos dois resultados nefastos. Por um lado, lançou estados e municípios num autêntico "leilão às avessas", onde os governos aparecem sempre dispostos a reduzir cada vez mais suas alíquotas de impostos, num esforço para fazer da sua região a mais atrativa para o investimento privado. Tal processo atingiu com igual intensidade municípios e estados. Veja-se o caso da cidade de São Paulo, onde é cobrada uma alíquota de 5% do ISS, o Imposto Sobre Serviços. A cidade de Barueri, que fica a 25 quilômetros de São Paulo, ao baixar o ISS para 0,5% para a maioria das atividades e reduzir o IPTU a uma taxa quase simbólica no início dos anos 90, passou a funcionar como um ímã para as empresas prestadoras de serviço. Outras cidades pequenas nos arredores de São Paulo também passaram a cobrar a alíquota de 0,5%, expandindo as fronteiras da guerra fiscal. Algumas foram além. Poá, distante 30 quilômetros de São Paulo, tornou-se um autêntico paraíso fiscal. Desde janeiro de 1993, cobra 0,25% de alíquota de ISS de todos os prestadores de serviço. Empresas de processamento de dados migraram em peso para lá. Atualmente, a cidade conta com 2 500 empresas instaladas e arrecada perto de 350 000 reais por mês de ISS – quatro vezes mais do que em 1992 (FONTOURA, 1997). Cenário idêntico pode ser encontrado na Região Metropolitana de Curitiba e, temos razões para crer, em todo país.

Por força da progressiva equalização desse tipo de incentivo, produto da competição entre os diferentes municípios e estados envolvidos com políticas de atração de investimentos, tal instrumento acabou por perder sua eficácia. De fato, quando todos ou quase todos os estados e municípios adotam os mesmos incentivos, sua capacidade de se diferenciar dos demais na competição acaba sendo mutuamente anulada. Nesse cenário, os únicos vencedores são os investidores privados, ficando o poder público com sua capacidade de arrecadação gravemente comprometida.

Se um primeiro efeito perverso da guerra fiscal se dá no plano da finanças públicas, um segundo se verifica no próprio funcionamento do regime democrático, já que a guerra fiscal é caracterizada pela falta de transparência política e administrativa. Os termos do acordo entre o governo do Paraná e a Renault, por exemplo, foram ocultados por mais de um ano da opinião pública, sob a alegação da necessidade de se manter o sigilo bancário dos envolvidos. No Rio Grande do Sul, o governo tentou esconder o conteúdo do acordo com a GM, alegando segredo industrial.

Por exemplo, termos do acordo como a quantia de R\$ 253 milhões tirados dos cofres públicos e repassados à General Motors como competia ao governo do Estado enquanto co-financiador do projeto, entre outras cláusulas controversas, só chegaram ao conhecimento público por denúncia da oposição e por decisão judicial.

Uma vez mais cabe relacionar esses fatos com alguns elementos da conjuntura vigente na Federação brasileira nos últimos dez anos. O contexto institucional no período 1988-98 é marcado pela ascendência dos Estados enquanto unidades subnacionais mais importantes. Tal fato pode dever-se às mudanças políticas e institucionais operadas no Brasil a partir da promulgação da atual Constituição (1988), se bem que alguns autores datam-nas já do final da ditadura militar (1982). Os aspectos de maior significação parecem ser justamente o desmonte da capacidade de formulação e implementação de políticas públicas por parte do governo federal e a correspondente emergência dos governos subnacionais como atores da maior relevância no atual quadro político-institucional.

Nesse novo cenário, estados e municípios surgem como os grandes beneficiários da reforma tributária de 1988, aumentando sua participação nos tributos em detrimento da União. Eles também apresentam-se majoritários na geração de demanda por bens e serviços finais na economia. Em estreita relação com esse novo quadro, surge uma disputa pela receita tributária, estabelecendo-se uma política de acentuado caráter predatório, que configura uma "guerra fiscal" sem precedentes no país. A isso se soma uma crise no Estado em âmbito federal que – dada a vinculação da maior parte das suas receitas, sua escassa capacidade de implementação de políticas e a necessidade de organizar coalizões parlamentares no plano partidário, setorial e regional –, acaba por realçar ainda mais a importância dos governos subnacionais nessa nova fase histórica vivida pelo país (SILVA, 1995).

Em face a esse novo quadro, mais de um analista destacou a proliferação de centros de poder rivais pelos Estados e a crise de autoridade da União, manifesta, por exemplo, na sua incapacidade de subordinar à observância das normas vigentes os bancos estaduais, como as características mais notáveis do contexto institucional do Brasil pós-Constituinte (SOLA, 1994).

À medida que os governos subnacionais se transformaram em novos e vigorosos centros de poder econômico e político, que o déficit fiscal da União e o engessamento oriundo da vinculação de gastos orçamentários

paralisam a capacidade de investimento do governo federal, que a autoridade da União vem sendo recorrentemente desafiada pelos governos subnacionais, temos, enfim, um conjunto de fatores que apontam para a relevância de estudos que informem sobre as políticas públicas estaduais de desenvolvimento econômico e suas vinculações com o cenário político nacional. Não por acaso um número substancial de pesquisas recentes em ciências sociais, ainda inéditos, dedica-se precisamente ao entendimento do papel desempenhado pelas realidades regionais na configuração e/ou resolução da crise contemporânea do Estado Nacional (SILVA, 1995; DINIZ, 1995; RIBEIRO, 1994; SANTOS, 1995).

Ao lado do fortalecimento dos estados como os entes mais importantes da Federação brasileira, deve-se ressaltar também o fortalecimento do poder dos governadores na atual conjuntura, poder que se manifesta tanto frente aos executivos federal e municipais, quanto aos Legislativos e ao Judiciário estadual. De fato, a soma de poderes –, e o uso desses poderes para influenciar o processo político e eleitoral – tem levado alguns autores a descrever a atual conjuntura em termos de um "ultrapresidencialismo estadual".

Para ABRUCIO (1998), esse ultrapresidencialismo pode ser constatado a partir do peso que os governadores detêm no processo de formulação de políticas públicas em seus governos, na capacidade de eleger e/ou cooptar uma substancial – e, por vezes, invencível – base parlamentar de apoio, tanto em nível federal quanto estadual, na possibilidade de influir decisivamente na eleição da maioria dos prefeitos de seus estados, na escassa visibilidade por parte dos cidadãos das atribuições do governo estadual e das suas bases de sustentação fiscal, nos vultosos recursos investidos pelo governo do Estado na sua própria propaganda e, talvez o mais grave: na inexistência prática de quaisquer mecanismos institucionais para contrabalançar seu poder, fosse pela via parlamentar, fosse pela via judiciária.

Nesse caso é que se encaixa o governo do Estado do Paraná e sua política de atração de investimentos industriais. No processo de elaboração, implementação e controle de tal política, o Governador do Estado jogou sempre um papel decisivo, se não exclusivo, desenvolvendo tal política totalmente à margem da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, para não mencionar os movimentos organizados da sociedade civil e as forças de oposição política ao seu governo. Não

surpreendentemente, em que pese ao caráter polêmico de tal política, as únicas fontes de contestação e crítica a tal projeto partiram das forças de oposição encasteladas no Senado Federal. Nem a Assembléia Legislativa do Estado, nem as entidades representativas da sociedade civil foram convidadas a participar da discussão e debate sobre tal política adotando, quando muito, uma postura meramente reativa e defensiva em face da política de fatos consumados praticados pela administração estadual. Cabe então indagar como se desenvolveu o debate sobre a política de atração das montadoras e quais grupos e personagens estão envolvidos e suas posições.

Uma primeira constatação a ser feita sobre o processo de atração das montadoras de automóveis ao Estado do Paraná diz respeito ao caráter fechado da negociação entre o governo do Estado e as multinacionais. A esse respeito existe pouca dúvida de que somente alguns poucos membros do alto escalão do governo do Estado, além, é claro, do próprio governador, participaram efetivamente de tal negociação. Nem a Assembléia Legislativa, nem as próprias agências de planejamento econômico do governo do Estado e nem sequer as lideranças partidárias da bancada de apoio ao governo estadual na Assembléia Legislativa participaram ou, no limite, sequer tomaram conhecimento da íntegra da negociação que resultou, afinal, na vinda das montadoras ao Paraná.

Uma das poucas referências de que dispomos sobre as arenas decisórias, o *timing* da negociação e os agentes envolvidos no processo de formulação dessa política pública foi fornecida em 19.03.1996 pelo jornal "Diário Popular". Nessa edição informa-se que foi de vinte semanas o tempo de negociação gasto pela equipe de Jaime Lerner, composta por Cássio Taniguchi, Secretário do Planejamento, Alex Beltrão, Secretário da Ciência e Tecnologia, Rafael Dely, Secretário da Habitação, Ramiro Wahrahftig, Secretário da Educação, Giovani Gionédís, Secretário do Governo, e o Presidente da Copel, Ingo Hübert, para acertar os termos pelos quais a Renault seria convencida a investir no Estado do Paraná.

Além desses membros do primeiro escalão do governo, que é composto em sua maioria de auxiliares de longa data do governador, o próprio Lerner negociou com 22 missões de executivos franceses comandadas pelo Presidente da Renault do Brasil, Pierre Poupel. Outra informação diz respeito ao início do processo de tomada de decisão, à medida que esse mesmo jornal revela que já em setembro de 1995 Jaime

Lerner enviou fax à Renault para se credenciar na disputa pela fábrica. Como não podia deixar de ser, não falta menção justificando o caráter sigiloso das atividades daqueles que labutavam pelo desenvolvimento industrial do Paraná: "o sigilo se deveu à necessidade de não aumentar a pressão de outros Estados".

Dessa forma, a guerra fiscal acabou por impor às negociações entre governos e montadoras uma política de sigilo que, se desconsiderada, acabaria por fragilizar ainda mais a posição do setor público na barganha. Tal sigilo é incompatível, claro, com as normas e procedimentos que regem o funcionamento de qualquer regime republicano, para não dizer democrático. A transparência no uso e aplicação dos recursos públicos, bem como o acesso à informação sobre esses usos é uma das mais antigas aquisições enquanto direitos dos cidadãos no mundo contemporâneo. Contudo, como norma geral, os governadores dos estados tratam as negociações com as montadoras como se fossem segredos de Estado, ou assuntos afetos à segurança nacional e que, portanto, jamais devem ser objeto de conhecimento por parte dos cidadãos, contribuintes e eleitores. Tanto no caso do Rio Grande do Sul (GM), quanto no caso do Paraná (Renault), os governadores se recusaram a publicar os termos dos acordos firmados com as montadoras, obrigando as oposições e entidades representativas da sociedade civil a adotar medidas judiciais para ter acesso ao conteúdo daqueles documentos.

O incidente envolvendo a divulgação do acordo entre o governo do Estado do Paraná é elucidativo do grau a que já atingiu no Brasil a disseminação de certa concepção bem pouco republicana do poder entre os governadores de Estado e, no limite, do revigoramento do tipo de "regionalismo radical", característico da época da Codepar, enquanto subproduto ideológico inevitável da guerra fiscal.

Uma vez que o governo do Estado se recusava a tornar público o conteúdo dos acordos, e já que a via judicial se mostrava por demais lenta e incerta, coube à oposição ao governador no Senado desenvolver uma nova tática. Sabendo que o Paraná precisava do aval do Senado para contrair mais empréstimos internacionais, numa conjuntura em que suas contas apresentavam um desempenho sofrível (PARECER..., 1997), os senadores Osmar Dias e Roberto Requião, ambos de oposição ao governo Lerner, conseguiram fazer com que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) condicionasse a apreciação do pedido de aval

aos empréstimos ao envio àquela comissão dos documentos relativos aos acordos com as montadoras (A COMISSÃO..., 1997).

Naturalmente, o governo do Estado se recusou a apresentar tais documentos. Nessas circunstâncias, os pedidos de empréstimo ficaram parados no Senado, enquanto o governador lutava em duas outras frentes: por um lado, ele tentou anular a exigência da apresentação dos acordos, alegando que os pareceres técnicos do Tesouro Nacional sobre o esgotamento da capacidade de endividamento do Estado eram infundados e indignos de crédito. Por outro, tratou de convencer o Senado da República a aprovar seus pedidos de empréstimo. Tanto uma estratégia quanto a outra demoraram mais de um ano para darem resultado (CAE..., 1997).¹⁹ De fato, foi somente a partir da entrada do Governador Jaime Lerner no Partido da Frente Liberal (PFL) e sua adesão à campanha reeleitoral de Fernando Henrique Cardoso que ambos os pleitos foram atendidos. Assim se referiu a revista "Veja" (IACOMINI, 1997) sobre esses episódios: "o empréstimo foi liberado na semana passada, depois de ficar 538 dias mofando nas gavetas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em razão do boicote de Requião e Dias. O empréstimo só foi autorizado por pressão do PFL, que saiu em socorro de seu novo governador." Se Jaime Lerner não fosse do partido, não estaria recebendo nossa ajuda", disse o Senador Antônio Carlos Magalhães. "O PFL teve uma participação muito grande no esforço para corrigir essa injustiça que estava cometendo contra o povo do Paraná", afirma Jaime Lerner. Além do PFL, o governador teve auxílio do Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Contrariando o parecer técnico da Secretaria do Tesouro, órgão subordinado ao seu próprio Ministério, Malan recomendou aos senadores que o empréstimo ao Paraná fosse aprovado (IACOMINI, 1997).

Contudo, a oposição, que pleiteava a divulgação dos acordos firmados com as montadoras, conseguiria de uma forma ou de outra acesso àqueles documentos. Os protocolos firmados com a Renault acabariam sendo lidos na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado por

¹⁹Lerner afirmou: "...uma injustiça contra o Paraná foi reparada". Até o final do ano, existe a possibilidade de o Estado retirar o dinheiro junto às Instituições internacionais. Parecer do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, derrubou outros dois desfavoráveis, do Tesouro Nacional e do Banco Central.

um dos principais membros da oposição, revelando-se, enfim, seu conteúdo (O DEPUTADO..., 1998). Em mensagem àquela casa de leis, assim o governador Jaime Lerner se referiu a esses episódios:

Poderíamos estar muito à frente, não fora o odioso episódio imposto por dois representantes do Paraná no Senado aos financiamentos internacionais destinados a programas sociais no campo e na cidade (...) Mas traidores do nosso Estado, numa manobra nunca antes vista em toda a longa história do Senado, adiaram em 538 dias a chegada dos recursos. Foi preciso que senadores de outros Estados levantassem a sua voz para impedir que se perpetrasse a grave injustiça (...). Vejam o caso da Renault, emblemático porque abriu o grande ciclo da industrialização. Confinado à condição de exportador de matérias-primas, energia e impostos, o Paraná usou de instrumentos consolidados e de uma fórmula criativa para atrair a fábrica francesa. Foi uma vitória histórica, mas os inimigos do Paraná não tiveram folga até que conseguissem revelar para o resto do Brasil o nosso segredo. Por uma leitura torta e mal intencionada do protocolo com a Renault, tentaram dar contorno de escândalo para um documento cuidadosamente elaborado, juridicamente perfeito, estrategicamente vantajoso para o Paraná. O que conseguiram com isto? Além de manchetes sensacionalistas, conseguiram entregar para os Estados concorrentes a nossa fórmula. Isso em tempo de guerra equivaleria a entregar segredos militares para o inimigo (PARANÁ, 1997).

Essa retórica com forte sabor de "regionalismo radical" estadualista tornou-se típica do período, e remete à conjuntura da Codepar. Também o deputado Valdir Rossoni, líder do governo na Assembléia Legislativa, classificava as notícias sobre a falência do Paraná como campanhas difamatórias conduzidas por estados que não desejam a industrialização do Paraná. Para ele

A população deve entender agora, que já não se trata mais de uma disputa entre políticos locais, mas de uma orquestração nacional que se coloca frontalmente contrária à política de incentivos que o governo do estado tem adotado, contrária ao nosso estado, ao nosso povo e ao nosso desenvolvimento. (...) Os grandes estados não suportam a idéia de estarem perdendo indústrias importantes como a Renault e a Audi para o Paraná. Estas montadoras serão responsáveis pela criação de milhares de novos

empregos diretos e indiretos, e o fato de nosso estado ter conseguido oferecer condições mais favoráveis às indústrias, que transformarão a nossa economia, está provocando esta onda de descontentamento naqueles que desejam que o Paraná continue na condição de Quinta Comarca (de São Paulo) (PARANÁ, 1997).

Um exame das vantagens e incentivos concedidos pelo governo do Estado à vinda da Renault do Paraná permite entender um pouco melhor a dimensão dos recursos públicos que estavam em jogo. Para começar, a empresa fez jus a um empréstimo de R\$ 300 milhões, via Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), a título de participação acionária. O governo do Estado entrou como sócio do empreendimento com cerca de R\$ 1 bilhão, detendo a participação de 40% da fábrica e 40% também na rede de revenda dos carros, mas exclusivamente por meio de ações sem direito a voto. O citado empréstimo tem dez anos de carência para início do pagamento, sem juros nem correção monetária. Ainda na parte financeira, concedeu-se prorrogação do pagamento de ICMS, no mínimo, por seis anos. Além disso, a fábrica recebeu um terreno de 2,5 milhões de metros quadrados, no valor de R\$ 10 milhões; terraplanagem e drenagem do mesmo, no valor de R\$ 18 milhões; uma subestação de energia elétrica, no valor de R\$ 15 milhões; tarifa diferenciada de energia elétrica, 25% mais barata; estação de tratamento de efluentes; terminal exclusivo com 27 mil metros quadrados no Porto de Paranaguá; água à vontade, etc. Audi e Chrysler, que deverão investir R\$ 500 milhões e R\$ 315 milhões, respectivamente, de acordo com a revista "Exame" do dia 12 de março de 1997, terão vantagens semelhantes. Calcula-se que o dispêndio feito pelo governo Lerner para atrair as três montadoras (Renault, Chrysler e Audi) seja superior a R\$ 1 bilhão.

Diante de valores tão substanciais despendidos pelo governo do Estado do Paraná, num momento em que o poder público federal caracterizava a insolvência da administração pública estadual e a desnacionalização da economia paranaense entrava em nova e definitiva fase, surpreende a fraca intensidade e ressonância do debate sobre a política industrial do governo Lerner. Realmente, tal debate parece ter mobilizado, além das forças políticas que apoiavam ou se opunham ao governo Lerner, apenas um escasso número de lideranças empresariais e a militância do movimento ambientalista.

Dentre as entidades que se manifestaram a favor da política industrial do governo Lerner, destacam-se a Associação das Empresas de Cidade Industrial de Curitiba, a Federação da Indústria do Estado do Paraná, a Associação Comercial do Paraná, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Paraná e a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Paranaguá. Seus titulares, em diferentes oportunidades, manifestaram-se favoráveis àquela iniciativa do governo Lerner reproduzindo, quase que literalmente, os argumentos positivos produzidos pelo Palácio Iguazu sobre a vinda das montadoras.²⁰ O movimento sindical, por sua vez, pouco ou nada se envolveu nesse debate. Por exemplo, a única fala sobre o tema do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sérgio Butka, dizia respeito à necessidade de se investir na mão-de-obra local, capacitando-a a assumir os postos de trabalho que seriam criados.

Já os principais focos de crítica, por vezes radical, a essa iniciativa do governo do Estado podem ser encontrados justamente nos partidos de oposição. São parlamentares estaduais e federais de oposição que fazem os principais ataques e denúncias às negociações entre o Palácio Iguazu e as montadoras. Mas mesmo entre a bancada de apoio ao governo podem-se encontrar aqueles que fazem reparos àquela política. Para o Deputado do PTB, Geraldo Cartário: "Há um descontentamento muito grande no interior com a administração de Jaime Lerner, que vem sendo conhecido como o governador de Curitiba." Já segundo os opositoristas Luiz Carlos Romanelli e Caíto Quintana (ambos PMDB), "os 400 empregos diretos que estão sendo anunciados representam uma quantia insignificante frente às vantagens fiscais oferecidas pelo governo, como financiamento de impostos, com destinação de recursos do Fundo Estadual de Investimentos e energia elétrica subsidiada". (*Jornal do Estado*). "Só uma cooperativa de Capanema, no Sudoeste do Estado, sem incentivo do governo gera mais de mil empregos", segundo Caíto

²⁰A Associação Comercial Industrial e Agrícola de Paranaguá: "... todos serão beneficiados, desde os trabalhadores, seus familiares, o comércio e a indústria" (*O Estado do Paraná*); o Presidente da AECIC- Empresário Martinho Faust: "As empresas do Paraná esperavam com grande expectativa a vinda de uma indústria de grande porte, capaz de sustentar e ampliar a produção do Estado" (*Folha de Londrina*, 30 mar. 1996); o presidente da Fiep, José Carlos Gomes de Carvalho: "Só a Volvo não era suficiente para consolidar um centro de autopartes. A vinda da Chrysler fará surgir um grande pólo de autopeças no Estado" (*Jornal do Estado*, 24 out. 1996).

Quintana. Por exemplo, para o Deputado do PSDB, José Maria Ferreira, de Londrina: "Corremos o risco de daqui a algum tempo nos tornarmos como é São Paulo hoje. (...) a concentração de investimentos na região de Curitiba não favorece nem a capital, com o aumento da migração, e nem o interior, além de acirrar as diferenças econômicas entre as regiões." Tal retórica tornou-se comum na campanha eleitoral, onde o caso era descrito invariavelmente como "o escândalo da Renault".

Finalmente, um outro pólo de contestação à política industrial do governo do Estado do Paraná se constituiu em torno do movimento ambientalista local. Afinal, a área escolhida pela Renault para instalar sua fábrica não tinha apenas boas vantagens locais, do ponto de vista dos transportes e comunicações. A área escolhida se localizava dentro da Bacia do Alto Iguaçu, principal manancial de abastecimento de água para grande parte dos dois milhões de habitantes da Região Metropolitana de Curitiba.

Aqui cabe frisar que a preocupação com a questão ambiental sempre foi um dos pontos fortes da carreira do arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Na terceira gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba (1989-1992), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, incorporando o conceito de desenvolvimento sustentado, passou a conduzir a política ambiental de Curitiba dentro dos pressupostos da moderna ecologia urbana e do princípio de que a ação local deve ser inspirada por uma preocupação global. O destaque dado naquela ocasião à questão do lixo e de sua reciclagem, associado aos programas de educação ambiental, evidencia a dimensão atribuída à participação comunitária no desenvolvimento de ações de regeneração ambiental, bem como da inserção dessas ações em programas mais amplos, que envolvem a saúde pública, as condições de saneamento da cidade, a higiene dos indivíduos e o desenvolvimento de atividades que proporcionassem uma fonte de renda às pessoas carentes (TRINDADE, 1997). O programa de reciclagem do lixo teve sua eficiência reconhecida internacionalmente por meio do *United Nations Environment* conferido pelo programa *Award for Achievement* da Organização das Nações Unidas (INSTITUTO..., 1993, v.8, p.93). Graças a esse programa, a administração municipal não apenas economiza nos gastos com a coleta e seleção de lixo, mas, principalmente, consegue fazer com que amplos setores da população se sintam participantes de um projeto comum de cidade: "O segundo reconhecimento internacional à eficiência das ações inovadoras de Curitiba foi a premiação pelo *International Institute*

of Energy Conservation - Award for Achievement in Global Energetic Efficiency. O motivo: o sistema integrado de transporte, cuja concepção prioriza o transporte coletivo sobre o transporte individual..." (INSTITUTO..., 1993, V.8, p.94).

Por tudo isso, a atitude do governo do Estado frente às questões ambientais no caso da Renault só pode ser descrita como paradoxal. Permitir e, aliás, até incentivar na qualidade de sócio do empreendimento a ocupação de uma área de preservação por um complexo industrial é uma atitude que deve ter deixado perplexos seus aliados de véspera entre o movimento ambientalista do Paraná, como o Partido Verde, que apoiou a coligação que elegeu Jaime Lerner governador. Extra-oficialmente, comentava-se que teriam sido justamente as excepcionais condições ambientais que teriam levado a Renault a escolher aquela área para erigir sua futura fábrica. Afinal, dispondo de água de boa qualidade em abundância, localizada longe dos centros urbanos potencialmente poluidores, próxima à Serra do Mar, integralmente tombada como área de preservação desde 1986, aquela região reuniria as melhores condições possíveis para a estocagem de veículos novos a céu aberto.

Diante da forte e incansável oposição do Fórum de Entidades Ambientais de Curitiba, bem como do Partido Verde, o governo do Estado produziu um Estudo de Impacto Ambiental no qual não aparecia nem a Renault nem qualquer um de seus fornecedores, descrevendo assim um Distrito Industrial no qual todas as indústrias têm alto controle de qualidade e rígidos padrões de controle ambiental. Mesmo assim, o Estudo apontava riscos para o abastecimento público, caso ocorresse a implantação do Distrito. Isso sem considerar que já estava criado, por lei municipal da cidade de São José dos Pinhais, um distrito industrial destinado a abrigar um pólo automotivo, que dificilmente se enquadraria naquele conceito.

As entidades ambientalistas promoveram uma série de demonstrações públicas de protesto, visando pressionar politicamente para que se revertesse a decisão tomada, por um lado.²¹ Por outro, usavam

²¹ Antônio Vilaça Torres, Secretário da Indústria e Comércio de São José dos Pinhais, disse que a área está degradada. Mais de 60 representantes de organizações não-governamentais ambientalistas dos países do Mercosul aprovaram uma moção de repúdio à instalação da fábrica na área. Enviaram o documento aos presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, à

das vias judiciais para contestar a legalidade da permissão obtida pela fábrica para se instalar no local pleiteado.²² Essas iniciativas fracassaram tanto porque não lograram galvanizar a opinião pública para o episódio, quanto pela manobra legislativa executada pelo Palácio Iguazu. Quase que simultaneamente, usando de decretos, o governo do Estado reduziu o conceito e a superfície dos mananciais, definido desde 1981 também por decreto. Em todo o episódio, a principal agência pública dedicada à defesa do meio ambiente no Estado, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), adotou uma postura que só pode ser descrita como de inação. De fato, foi apenas a partir da pressão do movimento ambientalista que o IAP logrou exercer, pelo menos por alguns momentos, seu papel de monitoramento ambiental e de combate às ações criminosas contra o meio ambiente. É difícil imaginar que a postura daquela agência não fosse resultado de deliberação oficial. O resultado dessa estratégia foi, por um lado, o licenciamento do empreendimento e, por outro o desgaste daquela instituição pública dedicada à defesa do meio ambiente.

Igualmente intrigante é o exame das contas públicas do Estado no momento em que foi decidido o firmamento dos acordos com a Renault (1996). O Estado do Paraná tinha, por ocasião do início do primeiro mandato do Governador Jaime Lerner (1994), um PIB de mais de 33 bilhões de reais. Desse total, 58% cabiam ao setor terciário da economia (R\$ 19,246 milhões), 30% ao setor secundário (R\$ 9,95 milhões) e ao setor primário apenas 12%

Justiça, ao Presidente da Renault, ao embaixador da França no Brasil e a Jaime Lerner. O Partido Verde (PV) acusa a empresa "Unilivre", contratada para avaliar a área (RIMA), de omissão. O IAP, a Sanepar e a Comec não podem permitir autorização e levantam questões à 'Unilivre' (QUESTIONAMENTO..., 1996).

²²Pedidos apresentados pelos ambientalistas: realização de relatório sobre os impactos sócio-econômicos-ambientais do conjunto dos empreendimentos no parque industrial de São José; criação de um sistema de monitoramento ambiental mínimo para São José e a Região Metropolitana de Curitiba; necessidade de monitoramento sistemático, e com periodicidade definida, da contaminação das águas subterrâneas e solos pela Audi; maiores esclarecimentos quanto à quantidade e qualidade dos efluentes tratados que serão despejados pela Audi no Rio Campina; apresentação de simulação que comprove que a fábrica não vai alterar a qualidade do ar da região; esclarecimentos quanto aos critérios para definição do local que servirá de "bota-fora" dos resíduos não recicláveis; que o IAP determine à Renault a execução de Relatório de Impacto Ambiental, ainda não apresentado". (AMBIENTALISTAS..., 1997).

(R\$ 3,98 milhões). O Estado vem desde então operando com déficit público crescente. Somava R\$ 244,9 milhões em 1994. Saltou para R\$ 402,6 milhões em 1995 e encerrou 1996 com R\$ 358,6 milhões. Uma das causas fundamentais do desequilíbrio estava na folha de pagamento de pessoal. Em 1994, a folha consumia 51,1% da receita, passou para 76,8% e, 1995 e terminou 1996 com 74%. Outra causa provável pode estar nos gastos com propaganda que, no governo Lerner, atingiram a elevada soma de R\$ 334,8 milhões no período 1994-98. Só para se ter uma idéia, na mesma época o governo do Estado de São Paulo, que tem uma população quatro vezes maior, gastou com propaganda apenas a metade daquele valor.

Esse é o quadro das finanças públicas do Estado que se destacou em meados dos anos 1990 pela adoção de uma agressiva estratégia de atração de investimentos industriais, cuja manifestação mais visível é a instalação em seu território de um considerável número de montadoras de automóveis (Renault, Chrysler, Audi) e seus fornecedores.

Tal política se deu em uma conjuntura histórica marcada pela adoção, no plano federal, de um regime automotivo que concedia enormes vantagens para montadoras que quisessem se instalar em solo brasileiro. Tal conjuntura é caracterizada também por uma intensa guerra fiscal, onde as unidades subnacionais competem entre si pela atração de investimentos privados com base em toda sorte de incentivos oficiais, notadamente a renúncia fiscal. Finalmente, é também marcante nesse período o fortalecimento do poder dos governadores, capazes de eliminar a influência, ou mesmo o papel de contrapesos à sua autoridade, tanto por parte do Legislativo e do Judiciário, quanto por parte das oposições político-partidárias.

O debate sobre os méritos dessa política teve escassa repercussão na sociedade paranaense. Apenas as elites políticas e econômicas do Paraná, além do movimento ambientalista, nele se envolveram. Podemos constatar, pois, que importantes setores da sociedade civil e do movimento sindical mantiveram-se alheios a essa discussão. A relutância da grande imprensa paranaense em polemizar sobre o episódio, por sua vez, pode ter algo a ver com os expressivos gastos do governo do Estado com propaganda. Cabe aqui lembrar as características estruturais da imprensa, que se organiza enquanto propriedade privada numa sociedade capitalista, que a tornam totalmente dependente das verbas publicitárias públicas e privadas (OLIVEIRA, 1991b).

Além dessa curiosa limitação do número de interlocutores, nota-se também uma clara delimitação dos temas que são objeto de debate. Nota-se que existem, de fato, setores políticos e sociais que realizam considerável oposição a essa política. Sua crítica, contudo, dirige-se aos custos do projeto, sejam financeiros (o volume de recursos públicos investidos em relação às prováveis contrapartidas), sejam ambientais (a degradação dos mananciais de água que abastecem Curitiba). Dessa forma, permanece alheia à crítica e à contestação o próprio processo decisório que redundou na adoção de tal estratégia de desenvolvimento econômico. Esse processo teve como principais características o fato de ser fechado, ter sido mantido em sigilo e tratado como assunto do interesse apenas do Palácio Iguazu e das montadoras. Mais ainda, foram alvo de pesadas críticas aqueles que se esforçaram por tornar público o conteúdo dos documentos firmados entre o governo e as indústrias. Na retórica dominante na época, esses eram os "traidores" do povo do Paraná que estava vivendo uma autêntica "guerra" com outras unidades da federação.

Parece plausível qualificar a retórica oficial como autoritária e elitista. Também as práticas do governo estadual se pautam pelo mesmo perfil centralizador e bem pouco republicano da era do "ultrapresidencialismo" estadual. O bloqueio dos novos pedidos de empréstimo do governo do Estado do Paraná se resolveu no Senado essencialmente a partir de uma manobra política. Os pareceres técnicos do Tesouro Nacional, atestando a situação crítica das contas públicas do Estado do Paraná, foram desautorizados pelo próprio Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Mais ainda, conseguiu-se obter a maioria necessária de votos para derrubar a exigência do envio dos protocolos firmados pelo governo do Estado e as montadoras à CAE, como pré-requisito para o desbloqueio dos pedidos. Tudo isso graças à adesão do Governador Jaime Lerner à grande aliança política em torno do projeto de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, materializada na sua filiação ao PFL.

Ainda, ao permitir que as indústrias em questão se instalassem em uma área em que originalmente havia grandes limitações legais ao uso de seu meio ambiente, o governo do Estado abriu um grave precedente, deslegitimando e esvaziando a atuação da legislação e dos órgãos oficiais de defesa ambiental, como o Instituto Ambiental do Paraná, e a prática das audiências públicas para aprovação dos relatórios de impacto ambiental.

A política do governo do Estado do Paraná se insere num quadro nacional e, à medida que é uma inserção exitosa (afinal de contas, o Paraná "venceu" importantes batalhas na guerra fiscal), acaba servindo de modelo de atuação para as outras unidades da Federação. Não é por acaso que o Palácio Iguazu lamentou a divulgação de seus acordos até então mantidos sob absoluto segredo: uma vez tornados públicos, é de se esperar a imediata adoção de tais práticas por outros estados (ou seja, por aquilo que o Governador Jaime Lerner chama de "nossos concorrentes"), anulando assim a vantagem inicialmente gozada pelo Paraná. Mais ainda, desenvolvendo uma política industrial que é tida como modelo a ser seguido pelo país, o Estado do Paraná acaba reforçando as piores tendências autoritárias e elitistas do processo político e da cultura política nacional contemporâneos.

5 CONCLUSÃO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO DO PARANÁ NO III MILÊNIO

As políticas industriais do Paraná Contemporâneo deslanchadas a partir dos anos 60 perseguiram, da forma que lhes pareceu ser a mais consistente, em cada conjuntura histórica específica, a industrialização do Paraná. Ao assegurar o financiamento direto ao produtor para expansão e criação de plantas industriais de vários ramos de atividade e bancando os investimentos na infra-estrutura produtiva (na versão Codepar), buscou-se tornar o Paraná auto-suficiente no que diz respeito à produção industrial, procurando-se romper com aquilo que se acreditava ser uma situação de dependência com relação a São Paulo.

Na versão do Bادهp, redirecionaram-se os investimentos públicos para o financiamento aos setores dotados de melhor capacidade empresarial e competentes na gerência de investimentos de longo prazo de retorno, nos quais desfrutassem de vantagens comparativas. O preço a pagar foi a renúncia a qualquer pretensão de se constituir um capitalismo autenticamente paranaense, bem como o reforço dos monopólios de todo tipo.

Na versão local da CIC, agregou-se a esse esforço a oferta de excelente infra-estrutura urbana a preço subsidiado, além das auto-evidentes vantagens comparativas da capital do Estado: melhor infra-estrutura urbana, mão-de-obra melhor qualificada, vantagens locacionais, etc.

Considerando-se que há uma continuidade na composição das elites políticas e econômicas que gerenciaram todos esses processos não é, em absoluto, surpreendente que a atual versão da política pública estadual de industrialização, do qual o parque automotivo é sua manifestação mais evidente, possa ser encarada como um aprofundamento da proposta da CIC, só que agora em escala estadual. Afinal de contas, trata-se basicamente dos mesmos dirigentes, dispostos a executar uma política que prioriza a industrialização concebida nos mesmos termos da Teoria da Dependência, agora atualizada nos termos da guerra fiscal, da qual padece a Federação brasileira. Mais ainda, a própria ênfase na industrialização – entendida aqui como a atração de plantas industriais dedicadas à montagem final de produtos dos grandes monopólios multinacionais e associados – também reflete a influência daquela Teoria.

As políticas inspiradas pelo Badep, quando a ênfase na atração de plantas industriais visava tanto aproveitar as vantagens comparativas quanto promover a auto-sustentabilidade, ou quase isso, da própria política industrial, lograram êxito pelo menos em algum grau. De fato, expressivo número de plantas industriais, dedicadas ao beneficiamento das matérias-primas aqui disponíveis em abundância, destinadas à montagem final de bens de produção duráveis, ou mesmo bens de capital, aqui se instalaram. Cumpre notar que seu impacto a longo prazo sobre o nível de emprego e a própria arrecadação, para não falar do aumento da dívida pública, ainda é motivo de controvérsia. Sem dúvida, tal modelo era consistente, pelo menos em relação a seu paradigma de industrialização. De fato, na época da substituição de importações "Industrializar" significava basicamente "atrair indústrias", e era usual se referir à industrialização enquanto "produção de mercadorias".

No capitalismo contemporâneo, as fontes do poder político, militar e econômico residem não na fabricação de produtos (que pode ser licenciada a outros interessados, pela cessão de marcas e patentes), mas sim no seu desenvolvimento. É evidente que a competitividade e a lucratividade da indústria serão tanto maiores quanto maior for a componente tecnológica agregada a seus produtos. Nesse sentido, uma verdadeira política industrial deveria contemplar, acima de tudo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos e aperfeiçoamento constante dos processos produtivos. Veja-se, por exemplo, a importância dessas medidas na política industrial perseguida por países como o Japão e a Coreia (KENNEDY, 1989).

A mera construção de plantas industriais dedicadas à montagem final de produtos cujo desenvolvimento nos é estranho ou ininteligível se constitui, nos termos impostos pela lógica da competição internacional capitalista, numa definição anacrônica do que seja um autêntico processo de industrialização para o próximo século. Os resultados do investimento nas áreas de criação de produtos de tecnologia de ponta podem ser aquilatados pelo custo (em dólar) por peso (em libra-peso) de alguns deles (tabela 14).

TABELA 14
VALOR ACRESCIDO RELATIVO ÀS MANUFATURAS

PRODUTO	VALOR ACRESCIDO (\$/libra)
Satélite	20.000
Caça a jato	2.500
Supercomputador	1.700
Motor aéreo	900
Jato jumbo	350
Câmera de vídeo	280
Computador de grande porte	160
Semicondutor	100
Submarino	45
Televisão em cor	16
Máquina-ferramenta NC	11
Automóvel de luxo	10
Automóvel padrão	5
Navio cargueiro	1

FONTE: KENNEDY, P. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p.147

Vista numa perspectiva histórica, a atual política industrializante parece uma sobrevivência no tempo. É grande a tentação de explicá-la enquanto um *deja vu* da época juscelinista, quando a produção de automóveis "nacionais" empolgava a imaginação política e seduzia a classe média que reivindicava uma chance de possuir seu próprio automóvel. Para além disso, a política automotiva de JK produziu, de fato, importantes efeitos sobre a industrialização brasileira. Ao exigir – como contrapartida das montadoras aos incentivos para virem ao país – a obrigatoriedade da compra de componentes aqui mesmo no Brasil, o governo brasileiro logrou criar uma expressiva indústria nacional de autopeças. O resultado foi a expansão do crescimento industrial do período – e mesmo durante muito tempo depois; o alargamento do mercado de trabalho formal; a transferência de tecnologia das montadoras às empresas nacionais fornecedoras; e toda uma gama de efeitos positivos que as literaturas econômica e sociológica demonstram à exaustão.

Na atual conjuntura, fica difícil prever se com a instalação do Pólo Automotivo na Região Metropolitana de Curitiba serão logrados os mesmos efeitos positivos. Contudo, se a experiência histórica serve como

referência do que pode advir no futuro, cabe aqui uma reflexão sobre as práticas das empresas do setor e seus fornecedores que já estavam instaladas no Estado (Volvo, Bosch, etc.) A tabela 15, a seguir, permite aquilatar a proporção em que essas empresas adquirem seus insumos no Paraná, em outros estados da Federação e no exterior.

TABELA 15
VALOR DAS COMPRAS E DAS VENDAS DO GÊNERO MECÂNICA, SEGUNDO ORIGEM E DESTINO, NO PARANÁ - 1986-89

ORIGEM DO DESTINO	1986	1987	1988	1989
Entradas⁽¹⁾				
Do Estado	29,22	24,47	24,96	27,29
De outros Estados	61,60	68,57	68,62	68,89
Do Exterior	3,10	2,33	2,62	2,06
Ativo Fixo				
Do Estado	50,53	41,6	51,09	59,01
De outros Estados	48,10	44,77	42,34	34,61
Do Exterior	1,37	13,63	6,57	6,38
Saídas⁽²⁾				
Para o Estado	28,04	22,39	21,77	23,17
Para outros estados	59,47	62,53	60,44	55,20
Para o Exterior	3,09	3,11	3,61	3,18

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SEFA

- (1) A soma dos percentuais das entradas difere de 100% pelo montante dos estoques iniciais existentes nos estabelecimentos em 1º de janeiro de cada ano.
- (2) A soma dos percentuais das saídas difere de 100% pelo montante dos estoques finais existentes nos estabelecimentos em 31 de dezembro de cada ano.

O que se percebe é que, mesmo quando vigorava uma economia fechada, na qual o mercado interno era protegido da concorrência internacional pelas barreiras protecionistas típicas do modelo desenvolvimentista brasileiro, o setor metalmecânica paranaense adquiria a maioria de seus componentes fora do Estado, preferencialmente em São Paulo. A proporção em que isso se dava aumentava de ano a ano, até a abertura da economia sob o governo Collor (1989-92), quando se franqueou a importação de autopeças estrangeiras com tarifas muito acessíveis. É presumível que, numa era de economia globalizada, o recurso à importação de autopeças – ao invés da sua aquisição de produtores locais, preferencialmente paranaenses – seja predominante, ainda mais se levarmos em conta as especificidades já descritas do regime automotivo

brasileiro. Cabe lembrar que se sobre a importação de automóveis prontos recai uma tarifa de 70%, sobre as autopeças são cobrados penas 2% de imposto, incrementando-se a competitividade dos produtos importados.

Independentemente dos resultados finais, e dos custos com que o contribuinte paranaense terá de arcar para bancar tal política, parece inquestionável que todas as políticas industriais paranaenses tiveram como efeito (ainda que tal não tenha sido previsto ou desejado) o inchaço de Curitiba e Região Metropolitana. Acredita-se que tal tendência não será revertida tão cedo. Pelo contrário, ela deverá inclusive se intensificar.

Tudo indica também que o predomínio da população urbana sobre a rural irá se ampliar. No processo de crescimento das suas cidades, o Paraná repete um padrão bem conhecido da história urbana brasileira recente: as grandes cidades tendem a ficar cada vez maiores, configurando um processo de metropolização; as médias tendem a crescer também, se bem que não na mesma proporção; e as realmente pequenas tendem a ficar ainda menores. Esse cenário pode ser aferido pela tabela 16, a seguir.

ESTRATOS DE TAMANHO	POPULAÇÃO					
	1970		1980		1991 ⁽¹⁾	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1 a 2 000	131.487	5,3	73.483	1,6	51.053	0,8
2 001 a 5 000	312.036	12,5	314.851	7,0	412.082	6,7
5 001 a 10 000	264.052	10,5	403.758	9,0	504.533	8,1
10 001 a 20 000	366.620	14,6	525.495	11,8	663.189	10,7
20 001 a 50 000	416.875	16,6	787.981	17,6	817.981	13,2
50 001 e mais	1.013.308	40,5	2.366.993	53,0	3.744.262	60,5
TOTAL	2.504.378	100,0	4.472.561	100,0	6.193.100	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

(1) Resultados preliminares.

A progressiva metropolização das cidades paranaenses coloca toda uma série de desafios que deverão ser enfrentados no próximo século: meio ambiente, saúde, educação, segurança pública, etc. Em particular, as questões afetas à qualidade de vida nas grandes cidades é que certamente irão suscitar um debate sobre os méritos e restrições das políticas dedicadas a enfrentá-las.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Luiz F. **Os barões da federação**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ACP preocupada com o desenvolvimento. **Folha do Comércio**, Curitiba, 1/7 nov. 1971. p.8.
- ALMEIDA, Maria H. T. O corporativismo em declínio. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.51-59.
- AMBIENTALISTAS protestam contra industrialização descontrolada que ocorrerá em São José dos Pinhais após a vinda da Renault. **Folha de Londrina**, 8 maio 1997.
- ATAS de reunião da ACP: 97ª reunião, 4.10.71. **Folha do Comércio**, Curitiba, 18/24 out. 1971. p.6.
- AUGUSTO, Maria H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BORGES, G. M. B. Soja: problemas de escoamento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.61, dez. 1977.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CAE aprovou empréstimos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 dez. 1997.
- A CAPITAL de um país viável. **Veja**, p. 69, 31 mar. 1993.
- A COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado decidiu, ontem, paralisar todos os pedidos de empréstimos feitos pelo governo do Paraná... **Folha de Londrina**, 21 maio 1997.

- COUTO, Isabel C. **Ação política empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) - 1990/1998.** Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Comissão Parlamentar de Inquérito do IPPUC:** depoimento de Jaime Lerner. Curitiba, 01 ago. 1983a.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Comissão Parlamentar de Inquérito do IPPUC:** depoimento de Cássio Taniguchi. Curitiba, 19 ago. 1983b.
- DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade metropolitana.** Brasília: Ed. da UNB, 1982.
- O DEPUTADO Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) revela, em tom acusatório, o protocolo assinado pelo governo do Estado e Renault. **Folha de Londrina**, 29 jan. 1998.
- DINIZ, E. **Governabilidade, democracia e reforma do Estado:** os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *Paper* apresentado no 19. Encontro Anual do ANPOCS, 1995.
- ENGELS, Frederic. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** Porto : Afrontamento, 1975.
- FONTOURA, M. Paraísos fiscais sob medida, As "ilhas Cayman" ao redor de São Paulo só prosperam. É a Guerra Fiscal, para atrair as empresas prestadoras de serviço. **Exame Brasil**, São Paulo, 12 fev. 1997.
- GARCIA, Feranda E. S. **Cidade espetáculo:** política, planejamento e city marketing. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.
- GIANITTI, José A. (Org.). **Karl Marx.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores)
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- IACOMINI, F. O Estado modelo foi à lona: com as finanças arruinadas, o governo paranaense não tem dinheiro para pagar suas contas. **Veja**, São Paulo, 17 dez. 1997.
- IMPRESSÕES do Brasil no século XX: sua história, seu comércio, indústrias e recursos. Londres, Rio de Janeiro: Lloydes Greater Britain Publishing Company, 1913.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, 1991-1993.
- IPARDES, **Séries retrospectivas do Paraná** dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993.
- IPARDES, **Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná** indústria 2.ª fase. Curitiba, 1978.
- KENNEDY, Paul. Tema: as mudanças econômico-estratégicas a partir do segundo pós-guerra: Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980: os instáveis equilíbrios econômicos. In: _____. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 393-416.
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p.147
- KROETZ, Lando R. **As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)**. São Paulo, Tese (Doutorado) - USP.
- LEÃO, Igor Z. C. Indústria no Paraná. In: PAZ, F. (Org.). **Paraná: cenários de economia e sociedade**. Curitiba: Ed. Prephácio, 1993.
- LIMA, C. de A. **Ocupação urbana em áreas de mananciais e os desafios ao planejamento urbano**. Curitiba, 2000. Exame de Qualificação (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR.
- LIMDBLON, Charles. **O processo de decisão pública**. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

- **MARCAS do passado: empresas que fizeram história no Paraná desapareceram sem deixar rastro.** *Revista Paraná e Cia*, Curitiba, n. 3, abr. 1998.
- **MARX, Karl. Crítica de la filosofía del derecho de Hegel.** Buenos Aires: Nuevas, 1968.
- **MAYER, Arno. A força da tradição.** São Paulo: Cia. da Letras, 1987.
- **MIRANDA, Nego.; URBAN, Tereza. Engenhos e barbaquás.** Curitiba: Posigraf, 1998.
- **MOORE JUNIOR, Barrington. As imagens sociais da ditadura e da democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- **MOURA, Rosa. Contradições do desenvolvimento na região de uma das "três melhores cidades do mundo".** Curitiba: IPARDES, 1991.
- **MURARA, Carmen. "Renault foi nossa carta de alforria", diz Jaime Lerner. Folha do Paraná, 05 dez. 1998. Caderno de Economia, p. 1. Sessão especial dedicada à inauguração da fábrica da Renault em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, 5/12/1998.**
- **NAMUR, Marli. Estado e empresariado em Curitiba: a formação da cidade industrial (1973-1980).** São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - FAU/USP.
- **NOSSA industrialização precisa ser acelerada. Folha do Comércio, Curitiba, 15/21 nov. 1971. Editorial**
- **OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1985.
- **OLIVEIRA, Dennison. Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.
- **OLIVEIRA, Dennison. Estado e mercado: telecomunicações no Brasil.** Curitiba: Prephácio, 1991b.

- OLIVEIRA, Dennison. O campo do planejamento urbano em Curitiba. **História: Questões e Debates**, Curitiba, p. 220-238, dez. 1991.
- PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Discurso do governador Jaime Lerner na Assembléia**. Curitiba, 15 dez. 1997.
- PARECER técnico da Secretaria do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda) diz que o Paraná não apresenta capacidade de pagamento de três empréstimos pleiteados a serem analisados pela CAE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 dez. 1997. -
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as imagens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO, Maria L.; CAPELATO, Maria H. A economia da borracha. In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981. v.10.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e sociologia democrática**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- QUESTIONAMENTO do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) quanto à instalação da Renault em uma área de preservação ambiental e de importância para o abastecimento de água. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 abr. 1996.
- RIBEIRO, V. M. R. **A revisão constitucional: reforma ou contra-reforma?** *Paper* apresentado na 18. Encontro Anual da ANPOCS, 1994.
- RIZZI, Altair T.; GERMER, Claus M. A acumulação de capital e a questão regional. **História: Questões e Debates**, Curitiba, p. 179-219, jun./dez. 1991.
- SANTOS, Antônio C. de A. **Memórias e cidade: depoimentos e transformações urbanas de Curitiba, 1930-1991**. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SILVA, P. L. B. A nova natureza do conflito federativo no Brasil. *Paper* apresentado no 19. Encontro Anual do ANPOCS, 1995.

- SOLA, Lourdes. Estado, regime fiscal e ordem monetária: qual Estado? *Paper* apresentado no 18. Encontro Anual da ANPOCS, 1994.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TRINDADE, Etelvina. M. C. (Coord.). **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba, Unilivre, 1997.
- -
- ULTRAMARI, Clóvis.; MOURA, Rosa. (Org.). **Metrópole grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **1 século de eletricidade no Paraná**. Curitiba: Copel, 1993.
- VAZ, Raul. **Lupion: a verdade**. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986.
- WARD, P. D. The measurement of federal and state responsiveness to urban problems. *The Journal of Politics*, v. 43, p. 83-101, 1981.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pionira, 1983.
- WIRT, F. M. The dependent city? external influences upon local control. *The Journal of Politics*, v. 47, p. 83-112, 1985.
- WOLMAN, H. Understanding local government responses to fiscal pressure: a cross national analysis. *Journal of Public Policy*, v. 3, n. 3, p. 245-264.

BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS COM SINOPSE

- BIBLIOGRAFIA -

- AUGUSTO, Maria. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.
 - Trabalho clássico e indispensável para o entendimento das políticas industriais paranaenses nos anos 1960 e 1970.
- BERGER, Susan.; DORE, Richard. (Org.). **National diversity and global capitalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
 - Coletânea de artigos que discutem as diferentes formas de assimilação das transformações do processo produtivo associadas à globalização numa perspectiva comparativa de casos nacionais.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades; uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
 - Uma série de documentos da maior importância para o entendimento da história do urbanismo, com comentários e contextualização.
- DAGNINO, Eveligna. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 - Trata-se de coletânea de textos dedicado ao tema do corporativismo e suas transformações numa conjuntura histórica na qual as políticas públicas brasileiras estavam superando o modelo desenvolvimentista e adotando uma orientação liberal.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. v. 8.
 - Texto central nos estudos da industrialização brasileira, constituindo-se em referência indispensável.

- DICIONÁRIO histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain: Banestado, 1991.
 - Obra de referência da maior utilidade para os estudos de História do Paraná, contendo numerosos verbetes dedicados aos temas da industrialização e urbanização.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 - Este trabalho pode ser considerado um clássico dos estudos da ação política empresarial no país. De particular interesse é o exame que a autora faz dos debates travados no interior das agências decisórias do poder público com relação ao protecionismo e ao liberalismo.
- DREYFUSS, René. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREYFUSS, René. A. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
 - Ambos os trabalhos reconstituem o processo de organização da classe empresarial e sua atuação política. O primeiro analisa o envolvimento de empresários e políticos (inclusive do Paraná) na conspiração que levou ao Golpe Militar de 1964. O segundo tem o mesmo recorte, mas se remetendo à conjuntura crítica da última Assembléia Nacional Constituinte (1986-88).
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
 - Talvez a mais influente interpretação da forma pela qual se constituiu o capitalismo industrial brasileiro. Nesse livro é apresentado ao leitor o processo de formação histórica do "tripe", isto é, a divisão do mercado interno brasileiro entre três grandes blocos de capital: o estatal, o privado nacional e o privado estrangeiro.
- FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29, p.98-119, mar. 1991.
 - Excelente artigo dedicado às transformações da paisagem urbana brasileira, fazendo uma síntese das mudanças e tendências mais relevantes em nossa malha urbana.

- GARCIA, Fernanda E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.
 - Esse livro examina o processo social de construção de uma certa imagem da cidade de Curitiba que se tornou hegemônica no período 1992-1998. Mais ainda, a autora insere de forma pertinente o processo local de marketing urbano na conjuntura mais ampla da era da globalização.
- GOMES, Angela M. C. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1981.
 - Trabalho fundamental para se compreender os conflitos de classe e a conjuntura na qual foi forjada a legislação trabalhista brasileira, boa parte da qual subsiste até hoje.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
 - Coleção de livros do conceituado historiador marxista britânico que se constituiu em obra da maior importância para o entendimento da era Contemporânea.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
 - Texto já tornado clássico entre as interpretações sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, com excelentes descrições sobre as principais componentes dos processos de urbanização e industrialização.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
 - O autor enfoca, sob o ponto de vista da antropologia, as dimensões políticas e culturais relacionadas ao urbanismo modernista, o qual exerceu enorme influência sobre o processo de urbanização brasileira.

- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
 - Ambos os livros são extremamente úteis para se entender as transformações do capitalismo contemporâneo. O primeiro examina o equilíbrio do poder entre as principais sociedades industriais no período 1500-2000. O segundo examina tendências transnacionais e faz uma descrição acurada dos fenômenos centrais da era da globalização.
- KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC/UNRISD, 1988.
- KOWARICK, Lúcio. (Org.). **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 - Ambos os livros interpretam, do ponto de vista da sociologia, as implicações políticas e sociais da metropolização e urbanização brasileiras, com ênfase no papel desempenhado nesses processos pelos movimentos sociais urbanos.
- MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente a experiência de Curitiba**. Campinas: Papyrus, 1996.
 - Interessante reconstituição histórica das políticas públicas dedicadas ao meio ambiente na cidade de Curitiba.
- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
 - Talvez o maior clássico dos estudos urbanos. O livro cobre praticamente toda história urbana ocidental, sendo um guia útil para se iniciar nos estudos dos temas urbanos.
- OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
 - Esse livro examina as razões que teriam levado à constituição e reprodução da imagem de Curitiba enquanto "cidade modelo" no período 1965-2000, com ênfase no estudo do contexto institucional e da ação política das classes empresariais.

- PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- Excelente estudo do jogo do poder no Brasil da época da Primeira República. O autor faz uma análise penetrante das origens da burguesia industrial brasileira e do próprio processo de industrialização.

- FONTES -

- **ANÁLISE CONJUNTURAL**. Curitiba: IPARDES, (1980-2000).
 - A revista é referência central na divulgação de artigos dedicados ao exame da realidade sócio-econômica paranaense. Incontáveis textos abordam os temas da urbanização e da industrialização, prestando-se ao papel de apoio a toda uma gama de pesquisas nas áreas das ciências humanas e aplicadas.
- **CALÇADÃO: vinte anos depois. Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, 1992.
 - A exemplo de todas as obras dessa coleção de boletins, pode-se encontrar aqui valioso acervo de informações sobre a história urbana da capital. Contudo, não se pode perder de vista, no exame desse material, de que se trata de obra de divulgação do poder estabelecido.
- **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. 20 anos de IPPUC**. Edição comemorativa. Curitiba, 1985.
- **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Uma experiência em planejamento urbano**. Curitiba, 1975.
- **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, 1992.
- **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Participação da CIC - Cia. de Desenvolvimento de Curitiba na MERCOSOFT/95**. Curitiba, 1995.
 - Essas obras do IPPUC traduzem com fidelidade o ponto de vista oficial a respeito da história do planejamento urbano de Curitiba.

- INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Rio de Janeiro, 1975. Relatório de pesquisa do IUPERJ ao MENTIR.
 - Talvez o mais importante estudo pioneiro realizado sobre a reforma urbana de Curitiba. Trata-se de obra encomendada pelo Ministério do Interior, mas que ainda assim permite avançar no entendimento de como as implicações de ordem política afetam o processo decisório do planejamento urbano.
- IPARDES - **Séries retrospectiva do Paraná** dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993.
 - Apesar de se dedicar à apresentação dos dados estatísticos da industrialização paranaense, a obra traz informações abundantes sobre o processo de urbanização. Todos os municípios são abrangidos no trabalho, o que faz dele obra de referência indispensável.
- IPARDES. **Temas estratégicos para o Paraná.** Curitiba, 1994.
 - Um dos mais relevantes trabalhos de pesquisa já realizados pelo IPARDES. Aborda questões fundamentais para o futuro do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que elabora sínteses consistentes e aponta para as tendências mais importantes afetadas aos processos de urbanização e industrialização.
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba: BADEP, 1970-1980.
 - Coleção de revistas editada pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná. Traz artigos dedicados a aspectos tanto da industrialização quanto urbanização paranaenses. Além da relevância das informações dos artigos ali contidos, a coleção se presta também ao objetivo de entender a política de fomento à economia do Banco e suas motivações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. L. (Org.). **A questão urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- ALVES, J. F. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.
- ARAGÃO, Murilo. A ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 6/7, p. 149-167, 1996.
- ARBIX, Glauco.; ZILBOVICIUS, M. (Org.) **De JK a FHC: a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.
- CODATO, Adriano. N. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1997.
- COSTA, M. B. Associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba. In: BOSCHI, R. R.; VALLADARES, L. P. (Org.). **Experiências comunitárias em assentamentos urbanos de baixa renda**. Rio de Janeiro: BNH/IUPERJ, 1981.
- DANIEL, Claudio. Poder local no Brasil urbano. **Espaço e Debates**, ano 8, n. 24, p. 26-39, 1988.
- DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- DELLE DONNE, M. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. p. 77-120.
- DROZ, Bernard.; ROWLEY, A. **História do século XX**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

- FERGUSON, Thomas. **Golden rule: the investment theory of party competition and the logic of Money-Driven Political Systems.** Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- FRAGOSO, João.; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. F. **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 27-44.
- GONÇALVES JUNIOR, A. J. et al. **O que é urbanismo.** São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros passos, n. 246).
- LAMOUNIER, Bolivar.; FIGUEIREDO, R. **As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira.** Brasília: MH Comunicação, 1996.
- LINDBLOM, Charles. **O processo de decisão política.** Brasília: Ed. da UNB, 1981.
- LINDBLOM, C. **Política e mercados: os sistemas políticos e econômicos do mundo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- OLIVEIRA, Dennison. Planejamento urbano e processo decisório: o caso de Curitiba. **Boletim do Departamento de História da UFPR, Curitiba,** p.55-63, 1994.
- RAGO, Luzia, Margareth.; MOREIRA, E. F. P. **O que é taylorismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- REQUIÃO, Roberto. O direito à cidade. **Cadernos de Comunicação Social, Curitiba,** n. 1, fev. 1986.
- RIBEIRO, Luiz. Carlos. Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SAES, Décio. Democracia e capitalismo no Brasil: balanços e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba,** n. 6/7, p. 129-148, 1996.

- SAMEK, Jorge. **A Curitiba do terceiro milênio**. Curitiba: Ed. Palavra, 1996.
- SAMPSON, Anthony. **O homem da companhia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- SAUNDERS, Peter. **Social theory and the urban question**. London: Hutchinson University Library, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. A Nova República: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 267-321.
- SOUZA, M. C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- TELLES, V. S.; BAVA, S. C. O movimento de ônibus: a articulação de um movimento reivindicatório de periferia. **Espaço e Debates**, ano 1, n. 1, p. 77-102, 1981.
- THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria - ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

- ANJOS, Maria. A. **Uma experiência de industrialização** Cidade Industrial de Curitiba. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- BENATTE, A. P. **O centro e as margens: boemia e prostituição na Capital Mundial do Café**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- BERBERI, Elizabeth. **Impressões: a modernidade através das crônicas de revistas no início do século em Curitiba**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- BLASKEVICZ, Livia. I. M. **Construindo um inimigo coletivo** uma história da quinta coluna no Brasil. Curitiba, 1992. Monografia (Conclusão de Curso) Curso de História, UFPR.
- BOSCHILIA, Roseli. **Condição de vida e trabalho** a mulher no espaço fabril curitibano (1941-1964). Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- BUENO, Wilma. de L. **Curitiba uma cidade bem amanhecida** vivência no trabalho das mulheres no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CANCIAN, Nadir. A. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CARDOSO, Alcina. M. de Lara. **Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno 1941/1971**. Curitiba, 1976. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- CARON, L. de A. **Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná 1897-1977**. Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CARVALHO NETO, J. B. P. **Floriano Essenfelder a trajetória de um empresário paranaense: Curitiba 1890-1925**. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CASSOL, E. **Política tributária do Paraná na Primeira República 1890-1930**. Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CASTRO, R. A. A. **O cotidiano e a cidade: práticas, poesias e representações femininas, em Londrina (1930-1960)**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- COSTA, F. L. da. **Trabalho, solidariedade e tolerância a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados: 1912-1989**. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- COSTA, I. A. da. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943)**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- CUNHA, A. C. da. **O Homem Papel: análise histórica do trabalhador das indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A., 1942-1981**. Curitiba, 1982. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- DALLEDONE, Márcia. T. A. **Condições sanitárias e as epidemias de varíola na província do Paraná, 1853-1889**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- DENIPOTI, Claudio. L. **Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- DIAS, Dirce W. **A indústria de cimento no Paraná, 1930-1977**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- FACHINI, J. **A significação social do planejamento urbano** estudo do caso de Curitiba. Porto Alegre, 1975. Dissertação (Mestrado) - FAU/UFRS.
- FELIX, M. I. **Combatendo a miséria: a prática assistencial em Rolândia - 1949-1983**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- FERNANDES, A. **Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo**. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - UFRJ.
- GANZ, A. M. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- GARCIA, Fernanda E. S. **Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - IPPUR/UFRJ.
- GARCIA, Maysa D. **O MAB: Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política**. Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UFSC.
- GIACOMITTI, J. **Realidade sócio-econômica do Alto Vale do Ribeira Paranaense e Vale do Capivari, 1920-1980**. Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- GONÇALVES, José Henrique R. **História regional & ideologias: em torno de algumas coreografias políticas do norte paranaense, 1930-1980**. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- IMAGUIRE JUNIOR, Key. **Arquitetura no Paraná: contribuição metodológica à história da arte**. Curitiba, 1982. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- **KARVAT, E. C. Discursos e práticas de controle: falas olhares sobre a mendicância e vadiagem (Curitiba 1890-1933).** Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LAMB, R. E. Uma jornada civilizadora: imigração conflito social e segurança pública na província do Paraná, 1867-1881.** Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LAVALLE, Aída M. A madeira na economia paranaense.** Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LEANDRO, J. A. Palco e tela na modernização de Castro.** Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LOYOLA, R. C. A formação de grupos de dominação.** Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LUZ, C. F. C. A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava, 1915-1974.** Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **LUZ, R. M. A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense: Curitiba, 1890-1925.** Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **MENDES, A. M. Origem e composição das fortunas na sociedade paranaense - Pahuas, 1859-1933.** Curitiba, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **MEZZOMO, D. da C. Médicos educadores: a disciplinarização da família, Curitiba 1890-1930.** Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- **MIRANDA, B. T. de M. Aspectos demográficos de uma cidade paranaense no século XIX: Curitiba, 1851-1880.** Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- MUSSALAN, R. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos.** Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- OLIVEIRA, Dennison de. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Estado e sociedade no capitalismo contemporâneo: o caso do Paraná.** Texto apresentado à Mesa Redonda "Poder e política no Paraná e suas influências nas decisões" do Fórum Matriz Eletroenergética e as Conseqüências da Opção Termoeétrica, realizado pelo NIMAD/UFPR, em 1997.
- OLIVEIRA, M. C. de. **Estado da crva-mate no Paraná, 1939-1966.** Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- PERARO, M. A. **Estudo do povoamento, renascimento e composição da população do norte do Paraná de 1940-1970.** Curitiba, 1979. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- PEREIRA, Luiz Fernando L. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República.** Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- PEREIRA, Magnus R. de M. **Fazendeiros industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889).** Curitiba, 1990. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- PEREIRA, V. V. V. de R. **Fórum sindical em Paranaguá: tecendo um princípio.** Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- PIRAGIS, Cleide M. E. **Paraná concreto: fluxo e influxo da política economia financeira e seus reflexos no mercado imobiliário.** Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- QUELUZ, M. L. P. **O olho da rua: o humor visual em Curitiba, 1917-1931.** Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- RODRIGUES, S. B. P. **O planejamento urbano brasileiro: uma introdução crítica.** Brasília, 1979. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - DU/UNB.
- ROLIM, M. C. M. B. **Favelas, movimentos associativos e planejamento urbano em Curitiba.** Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) - IUPERJ.
- SANTANA, A. L. J. de M. **Tributação versus constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná; 1892-1918.** Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SCHINIMANN, Fernando. **A batalha da carne em Curitiba, 1945-1964.** Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SÊGA, Rafael. **A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do Prefeito Candido de Abreu, 1913-1916.** Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SILVA, E. A. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa, 1904-1973.** Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SILVA, Fabiane I. **A questão do urbanismo ecológico de Curitiba em 1989/1992.** Curitiba, 1994. Monografia (Conclusão de Curso) - Curso de História, UFPR.
- SILVA, Maclóvia C. da. **As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964.** Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SIQUEIRA, A. B. de. **Sindicato, controle estatal e negociação coletiva de trabalho.** Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.

- STECZ, Solange S. **Cinema paranaense, 1900-1930**. Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SUTIL, Marcelo S. **O espelho e a miragem: ecletismo moradia e modernidade na Curitiba no início do século**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- SZENZ, C. M. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas, 1889-1921**. Curitiba, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias**. Curitiba, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- VANHUCHI, M. I. B. **A indústria de papel no Paraná, 1890-1971**. Curitiba, 1977. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Abranches: paróquia de imigração polonesa: um estudo de história demográfica**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/UFPR.